

MESTRADO EM TURISMO

Título – Turismo Cultural: entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar – Razões e contributos para um roteiro de património cultural em Vila Nova de Gaia.

Autor – Alice João Maçana Cardoso

M

2016



Nome do Estudante

Alice João Maçana Cardoso

Título da dissertação

Turismo Cultural: entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar – Razões e contributos para um roteiro de património cultural em Vila Nova de Gaia.

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pela Professora Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

Título da dissertação

Turismo Cultural: entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar – Razões e contributos para um roteiro de património cultural em Vila Nova de Gaia.

Nome do Estudante

Alice João Maçana Cardoso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pela Professora
Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira

Membros do Júri

Professor Doutor Luis Paulo Saldanha Martins
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Sara Cristina Dias de Melo
Instituto Superior do Serviço Social do Porto

Professora Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 15 valores

*Ainda hoje está dizendo
Na tradição popular,
Que o nome tem — MIRAGAIA
D'aquelle fatal mirar.*

Almeida Garrett, *Miragaia* ¹.

¹ [https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_\(Almeida_Garrett\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_(Almeida_Garrett)), acedido em 06.02.2016.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é produto também do envolvimento de diversas pessoas e instituições.

Desde logo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dos professores na licenciatura e dos professores no curso de Mestrado em Turismo.

A todos o meu agradecimento.

Uma palavra de reconhecimento pela colaboração aos entrevistados para este trabalho.

Um agradecimento particular à Professora Doutora Natália Azevedo pela orientação, pelo apoio e pela disponibilidade demonstrada. Com exigência e rigor.

Finalmente, aos meus pais pelo apoio constante nesta caminhada.

RESUMO

O presente trabalho envolve a procura e o evidenciar de razões e contributos para a possibilidade de estabelecimento de um roteiro cultural no percurso de ligação entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, num trajecto de cerca de 15 km.

Constituem fundamentos geográficos e históricos da ideia do roteiro a sua coincidência parcial com a estrada romana de Olisipo a Bracara Augusta, que atravessava o actual território de Vila Nova de Gaia, os relatos de peregrinações a Compostela pelo caminho de Santiago em Portugal, de sul para norte, e a coincidência como percurso das deslocações dos monges agostinhos entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar, deslocações com várias explicações: de ordem climática, de intuitos pastorais, de organização interna da ordem dos agostinhos, ou outras, ocorridas a partir dos inícios do século XVI.

Centrado no âmbito do turismo cultural o roteiro propõe-se contribuir para o objectivo da divulgação do património adjacente a esse percurso – entre outros, o mosteiro de Grijó, a serra de Canelas/Negrelos como património ambiental e com um pequeno troço tido como de calçada da via romana, o Solar Condes de Resende, onde viveu Eça de Queirós, e o Coreto, em Canelas, a casa onde nasceu o escultor Soares dos Reis e a sua estátua no jardim com o mesmo nome, a Quinta da Boeira, a Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo, os ceramistas, santeiros e statuários de Vila Nova de Gaia, o edifício da Câmara Municipal, a casa Barbot na avenida da República e, por fim, o mosteiro da Serra do Pilar.

Daqui a possibilidade da diversificação da oferta turística no município de Gaia dando notícia desse património aos milhares de visitantes atraídos pelos centros históricos do Porto e de Gaia e por tudo o que encerra a classificação de Património Mundial do mosteiro da Serra do Pilar. Mosteiro que, sendo especialmente utilizado como janela do património a Norte, facilitaria também a diversificação da oferta dos espaços patrimoniais do município onde está situado, Vila Nova de Gaia.

Palavras-chave: Património; Percurso; Roteiro; Turismo cultural; Vila Nova de Gaia.

ABSTRACT

This work involves looking and highlighting reasons and contributions to the possibility of establishing a cultural route in the connection path between the monastery of Grijó and the monastery of Serra do Pilar in Vila Nova de Gaia, a journey of about 15 km.

There is geographical and historical background to its partial coincidence script idea with the Roman road Olisipo to Bracara Augusta, which crossed the present territory of Vila Nova de Gaia, reports of pilgrimages to Compostela by the Santiago's path in Portugal, from south to north, and the coincidence as a path of travel of the Augustinian monks from the monastery of Grijó and the monastery Serra do Pilar's monastery, traveling with several explanations: climatic, pastoral intentions, the internal organization of the order of Augustinians, or other, occurred from early sixteenth century.

Centred in the context of cultural tourism the roadmap aims to contribute to the objective of heritage dissemination adjacent to that route - among others, the Grijó's monastery, the Canelas / Negrelos sierra as environmental heritage and a short section of the Roman road, the Solar Condes de Resende, where lived Eça de Queirós, and the Bandstand in Canelas, the birthplace of the Soares dos Reis sculptor and his statue in the garden with the same name, Quinta da Boeira, House-Museum Teixeira Lopes and Galleries Diogo de Macedo, potters, sculptors and saint makers of Vila Nova de Gaia, the Town Hall, Barbot House on avenue of the República and, finally, the Serra do Pilar's monastery.

Hence the possibility of diversification of tourism in the municipality of Gaia giving news of this heritage to the thousands of visitors attracted by the historic centers of Porto and Gaia and for all terminating the World Heritage classification of Serra do Pilar's monastery. Monastery, being used especially as heritage north window also to facilitate the diversification of the city's heritage spaces where it is located, Vila Nova de Gaia.

Keywords: Cultural tourism; Heritage; Route; Script; Vila Nova de Gaia.

ÍNDICE GERAL

iii	Agradecimentos
iv	Resumo
v	Abstract
vii	Índice de quadros, ilustrações e anexos
ix	Lista de siglas
1	 Introdução
5	 Capítulo 1. Conceitos de turismo, património e turismo cultural.
	Revisão da literatura
5	1.1 Turismo, turismo sustentável e dimensão ética do turismo
8	1.2 Património e turismo
13	1.3 Turismo cultural
29	 Capítulo 2. Políticas de turismo, interpretação do património,
	itinerários culturais e notas para a construção de um roteiro
29	2.1 Políticas de turismo
33	2.2 Interpretação do património
35	2.3 Sobre itinerários culturais
39	2.4 Notas para a construção de um roteiro
44.	 Capítulo 3. Um roteiro cultural –
	- do mosteiro de Grijó ao mosteiro da Serra do Pilar
44.	3.1 Sobre a estratégia de investigação do roteiro em estudo
47	3.2 Perfis dos visitantes: anotações
54	3.3 Notas históricas sobre Vila Nova de Gaia e a propósito do roteiro
61	3.4 O roteiro cultural que se propõe
70	3.5. Análise SWOT
71	 Capítulo 4. Conclusões.
72.	Referências Bibliográficas

ÍNDICE DE QUADROS, ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

QUADROS

- 78 | Quadro 1. Turismo de massas *versus* turismo sustentável
- 79 | Quadro 2. O turismo cultural, seus temas e suas fórmulas
- 80 | Quadro 3. Estabelecimentos hoteleiros, hóspedes e dormidas de VNGaia (2014)
- 80 | Quadro 4. Análise SWOT
- 81 | Quadro 5. Albergue de Grijó - dados por países emissores
- 82 | Quadro 6. Albergue de Grijó - dados das pernoitas mensais (2014/2015)
- 82 | Quadro 7. Albergue de Grijó - destinos dos peregrinos (2014/2015)
- 82 | Quadro 8. Albergue de Grijó - dados das pernoitas mensais (2016)
- 83 | Quadro 9. Mosteiro da Serra do Pilar - dados dos visitantes (2015)
- 84 | Quadro 10. Mosteiro da Serra do Pilar - dados dos visitantes (2016)

ILUSTRAÇÕES

- 85 | Ilustração 1. Mapa da geografia do município de Vila Nova de Gaia
- 86 | Ilustração 2. Fotografia do mosteiro da serra do Pilar
- 87 | Ilustração 3.1. Mapa de percurso (avenida da República – rotunda de S.to Ovídeo)
- 88 | Ilustração 3.2. Mapa de percurso (rotunda de S.to Ovídeo –saída A1/Grijó)
- 89 | Ilustração 3.3. Mapa de percurso (saída A1/Grijó – mosteiro de Grijó)
- 90 | Ilustração 4.1. Fotografia da entrada do mosteiro de Grijó
- 91 | Ilustração 4.2. Fotografia da fachada do mosteiro de Grijó
- 92 | Ilustração 4.3. Fotografia da igreja do mosteiro de Grijó
- 93 | Ilustração 4.4. Fotografia do claustro do mosteiro de Grijó
- 94 | Ilustração 4.5. Fotografia do túmulo de Rodrigo Sanches (mosteiro de Grijó)
- 95 | Ilustração 5. Mapa de percurso (mosteiro de Grijó – Perosinho)
- 96 | Ilustração 6. Mapa de percurso (Perosinho – Rechousa), pela
Serra de Canelas/Negrelos
- 97 | Ilustração 6.1 Fotografia do caminho de Santiago (serra de Canelas/Negrelos)
- 98 | Ilustração 6.2. Fotografia de troço de calçada romana (serra de Canelas/Negrelos)

- 99 | Ilustração 6.3. Fotografia de troço do caminho de Santiago
(serra de Canelas/Negrelos)
- 100| Ilustração 7. Mapa de percurso (Perosinho – Rechousa), pela rua Delfim Lima
- 101| Ilustração 7.1. Fotografia do Solar Condes de Resende (Canelas)
- 102| Ilustração 7.2. Fotografia da estátua de Eça de Queirós
(Solar Condes de Resende, Canelas)
- 103| Ilustração 7.3. Fotografia do coreto e igreja de Canelas
- 104| Ilustração 7.4. Fotografia do monumento a Eça de Queirós (Canelas)
- 105| Ilustração 8. Mapa de percurso (Rechousa – S.to Ovídeo)
- 106| Ilustração 8.1. Fotografia da rotunda de S.to Ovídeo
- 107| Ilustração 9. Mapa de percurso
(Rotunda de S.to Ovídeo – Largo Soares dos Reis)
- 108| Ilustração 9.1. Fotografia da rua da Montanha
- 109| Ilustração 9.2. Fotografia da casa onde viveu Soares dos Reis,
rua da Montanha (VNGaia)
- 110| Ilustração 9.3. Fotografia do largo Soares dos Reis
- 111| Ilustração 9.4. Fotografia da estátua de Soares dos Reis
- 112| Ilustração 10. Mapa de percurso (Largo Soares dos Reis –
Casa-Museu Teixeira Lopes)
- 113| Ilustração 10.1.Fotografia da estátua de Teixeira Lopes
- 114| Ilustração 10.2.Fotografia da Casa-Museu Teixeira Lopes e
Galerias Diogo de Macedo
- 114| Ilustração 10.3.Fotografia de detalhe dos portais da Igreja da Candelária
(Rio de Janeiro)
- 115| Ilustração 11. Mapa de percurso (Rua Cons.Veloso da Cruz –
- mosteiro da Serra do Pilar)
- 116| Ilustração 11.1.Fotografia do edifício da Câmara Municipal de VNGaia
- 117| Ilustração 11.2.Fotografia da Casa Barbot
- 118| Ilustração 11.3.Fotografia da igreja do mosteiro da Serra do Pilar
- 119| Ilustração 11.4.Fotografia do claustro do mosteiro da Serra do Pilar
- 120| Ilustração 11.5.Fotografia da estátua de D. Afonso Henriques,
mosteiro da Serra do Pilar
- 121| Ilustração 11.6.Fotografia da vista a partir do Mosteiro da Serra do Pilar

ANEXOS

- 122| Anexo 1. Guião de entrevista, Albergue de Peregrinos (Grijó)
- 122| Anexo 2. Guião de entrevista, Solar Condes de Resende (Canelas)
- 123| Anexo 3. Guião de entrevista, Casa-Museu Teixeira Lopes e
Galerias Diogo de Macedo
- 124| Anexo 4. Guião de entrevista, Mosteiro da Serra do Pilar

LISTA DE SIGLAS

AMP – Área Metropolitana do Porto

ATLAS – Associação para o Turismo e Educação do Lazer

DRCN - Direcção Regional de Cultura do Norte

GDT - Glossário do Desenvolvimento Territorial

EN1/IC2 – Estrada Nacional nº 1/Itinerário Complementar nº 2.

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

GDRC – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Global

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

INE – Instituto Nacional de Estatística

KEA – KEA European Affairs

NHK – Nippon Hōsō Kyōkai, Corporação de Radiodifusão Japonesa

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WTO – Organização Mundial do Turismo

INTRODUÇÃO

O título do presente trabalho, ‘Turismo cultural: entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar - razões e contributos para um roteiro de património cultural em Vila Nova de Gaia’, parece-nos deixar antever a finalidade para que foi abordado.

O turismo é reconhecido como um dos principais sectores da actividade económica portuguesa, criando riqueza, postos de trabalho e estando-lhe associada a melhoria das infraestruturas de cada local. Então, que o roteiro cultural proposto neste trabalho possa contribuir para a divulgação do património que lhe está associado, a sua preservação e conservação, aumentando a oferta turística local e, consequentemente, o potencial económico do município, numa perspectiva de turismo sustentável.

Este trabalho, por outro lado, para além da motivação académica, conjuga o intuito do aperfeiçoamento do desempenho de funções públicas profissionais na área do atendimento ao público turista. E, melhorando as competências, ajudará a que os visitantes voltem a Vila Nova de Gaia ou que transmitam uma mensagem positiva da visita efectuada.

Certamente que o turismo cultural exige tempo, disponibilidade mental, conhecimento ou vontade dele, o que concorrerá com algumas aparentes características ao nível da procura que predomina na zona histórica de Vila Nova de Gaia ².

Pela observação directa podemos notar: um grande número de turistas relativamente passivos (passeantes), grupos de visitantes em programas organizados, como se deduz da orientação por guias turísticos, o trânsito na beira-rio, sobretudo ao fim de semana da época alta, a oferta de viagens curtas de barco no Douro, os autocarros de *sightseeing* e os *tuk-tuk*. E, paralelamente, também os milhares de visitantes das várias caves de vinho do Porto. Ou os que se dirigem para o miradouro da Serra do Pilar usufruindo da magnífica vista sobre o rio Douro e as zonas históricas, muitos deles visitando o mosteiro da Serra do Pilar, de que conseguimos recolher números.

Caberá contudo aos criadores de públicos e da oferta turística a tarefa de suscitar a atenção de muitos dos visitantes para outro património de Vila Nova de Gaia, adjacente ao percurso proposto, entre outros, o mosteiro de Grijó, a serra de Canelas/Negrelos, com

² No capítulo 1. remetemos para um quadro comparativo teórico sobre as características que distinguirão o turismo de massas do turismo sustentável.

um pequeno troço considerado de calçada romana, o Solar Condes de Resende, onde viveu Eça de Queirós, e o Coreto, em Canelas, a casa onde nasceu o escultor Soares dos Reis e a sua estátua no jardim com o mesmo nome, a quinta da Boeira, a Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo, os ceramistas, santeiros e estatuarios de Vila Nova de Gaia, o edifício da Câmara Municipal, a casa Barbot na avenida da República e, por fim, o mosteiro da Serra do Pilar.

Modestamente, que esta investigação contribua para ser um ponto de partida do estabelecimento de um roteiro e, eventualmente, no sentido do aprofundamento do preenchimento de eventuais condições e elementos definidores de um potencial Itinerário Cultural associado ao caso em estudo.

Também na medida em que o património cultural compreende todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais grupos, e que suscita um sentimento colectivo de identidade, de estabilidade, e que propicia a revisitação da nossa memória colectiva, numa explosão de nostalgia.

É pacífico que a segunda metade do século XX consolidou e globalizou o fenómeno turístico, criando novos turistas e novos percursos. Assim, pretende-se também mostrar como as novas práticas turísticas cativam novos públicos, reinventam os territórios, onde o lugar assume novos significados: pela singularidade; pela identidade; pela ligação afectiva e pelo modo como ele é vivido (Marujo; Cravidão, 2012).

No capítulo 1. ‘Conceitos de turismo, património e turismo cultural (revisão da literatura)’, destacamos a tripla dimensão do fenómeno turístico: social, cultural e económico. Mas turismo sustentável, que é o que conduz a uma gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. Numa dimensão ética da sua gestão.

Abordamos depois a noção de património como conceito plástico.

E, de seguida, o que é o turismo cultural? Esta pergunta, aparentemente simples, é realmente difícil de responder porque existem múltiplas definições de turismo cultural. Que decorrem do que se pode entender por cultura, em dois sentidos: *o antropológico, de carácter humanista e civilizacional, e o sociológico, marcado pelos diferentes níveis de expressão e de legitimação cultural e artística* Azevedo (2014:80). Após uma aproximação com o conceito de itinerário cultural, a finalizar o capítulo considerações sobre o ‘olhar’ do turista e turismo criativo.

No capítulo 2. ‘Políticas de turismo, interpretação do património, itinerários culturais e notas para a construção de um roteiro’, citam-se considerações sobre os centros históricos das localidades e salienta-se a limitação das suas capacidades de carga.

Contudo, a ‘Estratégia de Marketing de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal, horizonte 2015-2020, de entre as opções estratégicas constam o ‘*touring* cultural e paisagístico’, promovendo rotas temáticas e genéricas que permitam valorizar a diversidade de recursos históricos e culturais.

Associado ou concomitante com o experienciar de cada percurso cultural pôr-se-à ainda a tarefa de interpretar o património adjacente, como o processo de comunicação que se estabelece entre o legado cultural e o público que o visita no seu tempo de ócio, com vista à transmissão do significado e valor dos bens culturais.

Abordamos no capítulo 3., ‘Um roteiro cultural – do mosteiro de Grijó ao mosteiro da Serra do Pilar’, e assumamos que, não sendo um roteiro já estabelecido no terreno, não houve a preocupação central de analisar os perfis e motivações dos visitantes dos diversos espaços que o bordejam, através de questionários adaptados aos visitantes de cada um. Contudo, seguindo Azevedo (2014:51), o caso metodológico, tendo por referência o território concelhio de Vila Nova de Gaia, poderia desdobrar-se nalguns casos em análise? Isto é, poderíamos separar cada espaço patrimonial e efectuar sobre cada um deles um estudo? Essa abordagem investigatória poderia enriquecer o trabalho, mas torná-lo-ia demasiado volumoso. Por outro lado, a ideia foi a de conceber uma proposta de roteiro cultural, num percurso e património concreto, mas que não deixará de ser um estudo de caso de objecto ideal. Roteiro que se concretiza em ‘3.4 O roteiro cultural que se propõe’.

Este entendimento não significa que não deixe de se dar notícia do que resultou da recolha de informação de uma pluralidade de fontes. Informação documental: sobretudo da bibliografia, da imprensa, dos *sites*, os folhetos disponíveis nos locais, de fotografias expressamente obtidas. Também do que foi possível observar directamente nas várias visitas aos espaços patrimoniais e do que por motivos profissionais se vê e se ouve, sobretudo na zona histórica de Gaia e aos seus visitantes. E ainda da recolhida nas visitas aos espaços referidos, bem como através das entrevistas aos responsáveis, como decorre de ‘3.1 Sobre a estratégia de investigação do roteiro em estudo’ e de ‘3.2 Perfis dos visitantes: anotações’.

O roteiro cultural proposto foi suscitado pela proximidade com o caminho de Santiago e com as estradas do império romano que atravessavam o município de Gaia, cujos ‘traçados’ são parcialmente coincidentes com o que se propõe neste estudo, e pelo

acompanhamento no terreno das deslocações dos monges agostinhos entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar. Dando nota do referido património adjacente a esses percursos. Ainda neste capítulo, como substracto de um roteiro cultural, a notícia histórica e lendária que envolve Vila Nova de Gaia em ‘3.3 Notas históricas sobre Vila Nova de Gaia’.

Efectuamos no final do capítulo 3. a análise SWOT. E, no capítulo 4., em ‘Conclusões’, elencamos algumas considerações finais.

Para concluir o trabalho são apresentadas referências bibliográficas e quadros, ilustrações e anexos.

CAPÍTULO 1. CONCEITOS DE TURISMO, PATRIMÓNIO E TURISMO CULTURAL - REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Turismo, turismo sustentável e dimensão ética do turismo

Os conceitos de turismo, património e turismo cultural não são estabilizados. Como é normal no âmbito das disciplinas que tratam estes conceitos. E vão sofrendo ‘actualizações’ à medida das investigações e da reflexão teórica no âmbito dessas disciplinas. É o caso do conceito de turismo, que tem numerosas e variadas conceptualizações. Leira (2003:252) transcreve a de Oscar de La Torre:

«El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario e temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a outro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica Y cultural».

Salientemos também esta definição da WTO:

‘Tourism is a social, cultural and economic phenomenon which entails the movement of people to countries or places outside their usual environment for personal or business/professional purposes. These people are called visitors (which may be either tourists or excursionists; residents or non-residents) and tourism has to do with their activities, some of which imply tourism expenditure.’³

Isto é, o turismo é um fenómeno social, cultural e económico que implica a deslocação de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou profissionais. Estas pessoas são designadas por visitantes, que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes. E o turismo tem a ver com as suas actividades, algumas das quais implicam despesa turística.

Refira-se a tripla dimensão do fenómeno turístico: social, cultural e económico.

O fenómeno turístico, sendo um fenómeno social, isto é, um fenómeno protagonizado sobretudo por turistas, pessoas nas suas relações com um ambiente diferente do da sua residência habitual, é objecto entre outras da sociologia do turismo,

³ <http://statistics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryen.pdf>, acedido em 21.07.2016.

da antropologia, da geografia, da história, da arquitectura, da economia, da ecologia e do marketing.

O estudo do turismo como uma especialidade da Sociologia ocorreu com maior incidência nos anos 1970, segundo Marujo com os ensaios de tipologia de Cohen (1972), onde apresentou quatro áreas de estudo relacionadas com a Sociologia do Turismo: o turista; a relação entre os turistas e a comunidade local; a estrutura e o funcionamento do sistema turístico; e, os impactos do turismo (Marujo, 2012).

Sendo necessária a sua intervenção no que respeita aos impactos do turismo, ao sociólogo do turismo caberá um sistema de indicadores que permitam a análise da capacidade de carga admissível, quanto ao património, ao visitante e à população local (Leira, 2003).

Isto é, o turismo sustentável, no seu sentido mais puro, é uma indústria que tenta impor um baixo impacto sobre o ambiente e a cultura locais, enquanto ajuda a gerar rendimento, emprego e a conservação dos ecossistemas locais. É um turismo responsável, que é ao mesmo tempo ecológica e culturalmente sensível, segundo a GDRC.⁴

Sobre a capacidade de carga e o impacto sobre o ambiente, Martins (2007:99) diz: *Estudar, definir e incorporar na proposta de política de turismo 'limites de carga', resulta assim num passo necessário para garantir o uso 'sustentável' dos territórios do turismo, sem os delapidar de modo irreversível.*

Assim, as actividades turísticas sustentáveis terão um impacto mínimo sobre o meio ambiente e a cultura da comunidade de acolhimento. De acordo com a Organização Mundial de Turismo, o turismo sustentável é o turismo que conduz a uma gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. Sendo que o turismo sustentável, definido como um processo que satisfaz as necessidades de turistas, satisfaz também as das comunidades de acolhimento. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, económicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo, em que deve ser estabelecido um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

⁴ <http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/st-codes.html>, acedido em 09.11.2015.

Assim, o turismo sustentável deve: 1) fazer uma utilização óptima dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, a manutenção de processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e biodiversidade; 2) respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património cultural construído, os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância inter-cultural; 3) certificar-se de operações económicas viáveis, a longo prazo, proporcionando benefícios sócio-económicos para todas as partes interessadas, distribuídos de forma justa, incluindo o emprego estável e oportunidades de geração de rendimento e serviços sociais às comunidades anfitriãs, e contribuindo para a redução da pobreza (UNEP).

O turismo sustentável refere-se a um nível da actividade turística que pode ser mantido a longo prazo, pois resulta num benefício líquido para os ambientes sociais, económicos, culturais e naturais da área em que ela ocorre (ICOMOS).

Também a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas define o turismo sustentável como o turismo que atende às necessidades actuais dos turistas e das regiões de acolhimento protegendo e valorizando simultaneamente oportunidades para o futuro. Ao invés de ser um tipo de produto, é uma ética que sustenta todas as actividades de turismo. Como tal, é parte integrante de todos os aspectos do desenvolvimento do turismo e gestão em vez de ser um componente a adicionar.

O objectivo do turismo sustentável é o de manter as vantagens económicas e sociais do desenvolvimento do turismo e ao mesmo tempo reduzir ou mitigar os impactos indesejáveis sobre o ambiente natural, histórico, cultural ou social. O que é conseguido através do equilíbrio entre as necessidades dos turistas e as do destino (WTO).

O Código Ético Mundial para o Turismo ⁵, aprovado em 1999 pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, nos seus dez princípios é uma referência fundamental para o turismo responsável e sustentável. É sobretudo dirigido aos governos, empresas turísticas e aos próprios turistas, no sentido de maximizar os benefícios do sector turístico, mas tentando minimizar as consequências negativas, designadamente na defesa do meio ambiente, do património cultural e das comunidades envolvidas. Não sendo vinculativo juridicamente, incorpora um mecanismo de aplicação voluntária, face

⁵ ethics.unwto.org/es/codigo-etico-mundial-para-el-turismo, acedido em 09.11.2015.

ao reconhecimento do papel do Comité Mundial de Ética do Turismo, em termos de aplicação e interpretação do Código Ético.

No mesmo sentido, Henriques (2006) afirma que o grande paradigma actual é o do turismo sustentável, no sentido de trazer ganhos económicos de longo prazo e benefícios para a população, de fazer bom uso dos recursos naturais e de valorizar a identidade e autenticidade sócio-cultural dos lugares de destino e suas comunidades.

Portanto, sustentabilidade numa tripla dimensão: económica, ambiental e sócio-cultural. Turismo sustentável que pode ser contraposto a turismo de massas em três campos - a estratégia de desenvolvimento, a oferta turística e a procura turística - segundo as várias dimensões constantes do Quadro 1, Anexos (p.78), quadro elaborado por Cupeto, C., *et al* (2010), citando Fullana e Ayuso (2002) ⁶.

Mas também sustentabilidade numa dimensão ética na prática e gestão do turismo, não como nova forma de turismo mas como conjunto de princípios gerais que devem nortear as condutas de todos os envolvidos, embora prevalecentes mais na teoria que na prática, que privilegia a esfera económica – emprego, investimento e consumo.

No caso do turismo português, apontando quotidianamente para uma melhoria da qualidade: da cidade, dos transportes, dos alojamentos hoteleiros, do comércio, da restauração. Melhorando a nossa tradicional qualidade de bem receber.

1.2 Património e turismo

A equação das várias possibilidades do turismo não deve alhear-se de que não é a oferta que comanda a procura, embora o leque de recursos turísticos, mesmo só os patrimoniais, seja hoje muito mais vasto, como decorre da dilatação do conceito de património, um conceito plástico segundo Henriques (2006). Este conceito de património cobre também a arquitectura erudita e a vernácula, o monumento isolado, os espaços envolventes, os jardins históricos. Património divulgado sob um correcto trabalho de *marketing*, que Henriques (2006) caracteriza como a descoberta dos desejos do turista, e depois, ir ao seu encontro e seduzi-lo.

Elencando quatro grandes vectores das tendências de mudança qualitativa na procura do turismo, Henriques (2006) junta ainda a tendência para a escolha dos turistas se fazer mais em função da forma das férias, menos que em função do destino. Perfilando-

⁶ <https://www.apambiente.pt>, disponível em 14.07.2016.

se assim novos mercados, novos nichos, onde entra o Turismo Cultural – um determinado museu ou monumento, um espectáculo ou evento.

O público dos museus e dos sítios históricos em geral é constituído por consumidores instruídos, no quadro actual de diversificação das motivações turísticas e de segmentação da procura, que abre novas possibilidades ao desenvolvimento de *circuitos turísticos temáticos*, com temas quase infinitos.

E, debruçando-se sobre o conceito de património, Henriques (2006) dá exemplos: i) tangíveis (moedas antigas, um fragmento de mosaico romano, uma catedral, uma velha destilaria, uma choça de palha de abrigo de pastores transumantes, moinhos de vento e azenhas, vias ou pontes romanas ou medievais, pelourinhos, oficinas de olaria, etc., e, ii) intangíveis (dialectos regionais, lendas, saberes populares, gastronomia, artes e ofícios tradicionais).

Num círculo que ultrapassa o da alta cultura – arquitectura religiosa gótica, estatuária barroca e vestígios megalíticos.

A propósito dos circuitos turísticos Henriques (2006) recorda projectos europeus criados no quadro do Conselho da Europa, designadamente o Programa das Rotas Culturais, concretizado na criação do Instituto Europeu das Rotas Culturais ⁷, corpo técnico responsável por monitorizar e acompanhar o trabalho de implementação das rotas no terreno. E dos exemplos citados o autor extrai lições: de gestão e governação do turismo e dos objectivos dos circuitos turísticos temáticos, para abrir caminho à valorização do património, natural e cultural, e à coesão das comunidades humanas onde se integra, numa dimensão formativa do turista, para além da diversão, da ilusão ou da fantasia.

Sendo que o turismo tem uma vertente centrada na apreciação do património desse meio envolvente, da região visitada, que mobiliza historiadores e arquitectos (Lopez, 2003:256).

⁷ No quadro de um acordo entre o Conselho da Europa e o Grão-Ducado do Luxemburgo, em 1997 foi criado o Instituto Europeu dos Itinerários Culturais, com sede na Abadia de Neumunster, tendo como missão pôr em marcha o programa dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, com base na promoção de projectos de turismo cultural que valorizem o património num contexto de desenvolvimento local. Trata-se de valorizar o território através da dinamização de um turismo cultural de qualidade, estruturado sobre um património que importa valorizar -

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Pages/DiaEuropeudoTurismopromoveasrotasculturais.aspx>, acedido em 21.07.2016.

«O património é um sistema que inclui: o acervo material (com os seus objectos e as chaves sobre a forma e o porquê de criá-los), os conhecimentos (com as pautas do comportamento) e os valores (crenças e tradições) (...).

E acrescenta que o património é uma construção social, que é seleccionado com o passar das gerações (2003:256).

Sobre o património, Dower, considera-o um trunfo para o desenvolvimento local ⁸, e, ainda que referindo-se ao meio rural, as suas considerações cabem naturalmente em ambientes semi-rurais ou urbanos. Seja património natural ou cultural, engloba nele a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros e calvários), que agrupa sob a designação de "pequeno património". A este património físico e construído acrescenta Dower tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer.

Para Silva (2000), o património não é só o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras, acepção clássica, mas também o legado que através de uma selecção consciente, um grupo, com uma ideia de posse que lhe é implícita, significativo da população deseja legar ao futuro. Neste sentido, citando Prats (1997) será uma «construção social» ou, se se quiser, cultural.

Pelo que o património cultural compreende todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. E que suscita um sentimento colectivo de identidade, de estabilidade, e que propicia a revisitação da nossa memória colectiva, numa explosão de nostalgia.

Daí a possibilidade de um mercado patrimonial como componente essencial da indústria turística, que se reclama como podendo fazer face a um turismo massificado que ameaça as identidades locais. Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, logo durável, assente em critérios de qualidade.

Referindo-se concretamente ao turismo português, (Martins, 2007:99):

⁸ <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/herit/art02.htm>, acedido em 09.11.2015.

O turismo deverá contribuir, desta forma, para a conservação dos valores do património humano e natural, reorientando o percurso 'normal' do turismo português, especialmente focado em processos de urbanização, para uma dimensão que assegurará a sua viabilidade, dando continuidade e reforçando as 'boas práticas' implementadas no turismo em espaço rural, nas aldeias históricas, no espaço termal ou nos centros históricos, que fixam a especificidade e a distinção no turismo português.

A partir da segunda metade do séc. XX, os mercados turísticos segmentaram-se e diversificaram-se. A par do turismo de massas, surgiram diferentes tipos de ofertas, diversificaram-se os públicos e as experiências turísticas. Neste quadro, um tipo singular de turismo foi ganhando uma importância crescente: aquele que se desenrola em contextos urbanos, particularmente os que registam uma forte influência de factores arquitectónicos, histórico-arqueológicos e monumentais (Fortuna, 1999).

Dito de outra forma, como factor de atracção turística, o património está tão relacionado com os aspectos físicos, enquanto património material e edificado, como com os aspectos socioculturais dos contextos urbanos, enquanto património imaterial, cultural e simbólico. Neste sentido, citando Baptista (2005), a 'indústria' do turismo objectifica e mercadoriza as cidades e os monumentos, a natureza e as paisagens, os costumes e os sentimentos, constituindo territórios lúdicos (Fortuna, 1999). Cidade turística (a cidade visível para os turistas) e a cidade real (a cidade vivida, parcialmente invisível para os turistas), qualquer imaginário turístico envolve aproximações e distâncias à cidade real (Fortuna, 1999). Num sentido semelhante, teoriza-se sobre um turismo de 'consumo emocional'.

Os postais, os roteiros para visitantes e os guias turísticos, por exemplo, são elaborados de forma a mostrarem certas fotografias da cidade e não outras, a contarem partes seleccionadas da história do lugar, a revelarem determinadas palavras e não outras, a sugerirem algumas experiências urbanas possíveis entre muitas outras, representando o património ao longo das últimas décadas um dos mais importantes recursos para atrair turistas. Ao longo das últimas décadas, o património tem representado um dos mais importantes recursos para atrair turistas (Fortuna, 1999).

Fortuna (1999) refere que vale a pena olhar, primeiro, para um lugar peculiar de construção de narrativas urbanas (Barreira, 2005) – os guias turísticos, que apresentam a cidade através da recomendação de visita a determinados locais, garantindo que se evitam desvios ao modo planeado de conhecê-la.

O património, material ou imaterial, sendo memória deve ser preservado. E o edificado, o de interesse cultural, deve ser conservado e protegido. Nesse âmbito, o ICOMOS é dedicado à conservação e protecção de monumentos, grupos de edifícios e sítios do património cultural. É a única organização não-governamental dedicada a promover a teoria, metodologia e tecnologia aplicada para a conservação, protecção e valorização dos monumentos e sítios. As suas obras são baseadas em princípios consagrados na Carta Internacional de 1964, relativa à conservação e restauro de monumentos e sítios, chamada Carta de Veneza. Constitui uma rede de peritos e beneficia das trocas interdisciplinares dos seus membros, entre eles arquitectos, historiadores, historiadores de arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas.

Os membros do ICOMOS contribuem para a valorização do património e do progresso de técnicas de restauração e o desenvolvimento de padrões para todos os bens do património cultural: edifícios, cidades históricas, jardins históricos, paisagens culturais e sítios arqueológicos. Em Dezembro de 2015 o ICOMOS tinha 9500 membros individuais em 144 países, 110 comités nacionais e 27 comités científicos internacionais ⁹.

O conceito de património pode apresentar-se na distinção ente património e cultura, na expressão turismo cultural e do património (‘*héritage*’). A sinalética na cidade do Porto utiliza a expressão *world heritage* para património mundial da Unesco.

O turismo cultural e do património é uma ferramenta de desenvolvimento económico que atinge o crescimento económico atraindo visitantes de fora de uma comunidade de acolhimento, que estão motivados, no todo ou em parte pelo interesse nas ofertas históricas, artísticas, científicas ou estilo de vida / herança de uma comunidade, região, grupo ou instituição (Silberberg 1995). Essa viagem está focada no experimentar de ambientes culturais, incluindo as paisagens, as artes visuais e performativas e estilos de vida especiais, valores, tradições e eventos (Rosenfeld, 2008) ¹⁰.

Também se utiliza o termo ‘acervo’ para designar uma colecção, um conjunto. Dizemos, acervo literário de Eça de Queirós. E acervo cultural de um povo, como conjunto de manifestações artísticas – tradições, costumes e hábitos. Passados de geração para geração.

⁹ <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos/introducao>, acedido em 13.07.2016.

¹⁰ https://www.researchgate.net/publication/237461371_CULTURAL_AND_HERITAGE_TOURISM, acedido em 13.07.2016, tradução própria.

1.3 Turismo cultural

Sendo a cultura pressuposto do turismo cultural, paralelamente vem a debate o que se entende por cultura.

Le contenu du tourisme culturel vit la même évolution que la culture, dont la définition est aujourd'hui si controversée, si proliférante. La culture a en effet une double définition (empruntée à P. Emmanuel, in 'Culture noblesse du monde', StocK, 1990): humaniste, comme développement harmonieux des facultés de l' individu, ensemble des connaissances qu'il acquiert et des créations qu'il réalise; et sociale, équivalente du terme de 'civilisation' - 'les cultures du monde' (Cluzeau, 2013:8).

Isto é, o conteúdo do turismo cultural acompanha a mesma evolução que a da cultura, cuja definição é controversa mas reproduzível (*proliférante*). Sendo que a cultura tem uma definição dupla: por um lado humanista, e, por outro, cultura como equivalente social do termo "civilização".

Entre os objectivos por que as políticas culturais europeias se pautaram ao longo das décadas de 1980 e 1990, segundo Azevedo (2014:37) salienta-se o da redução da dicotomia entre *cultura erudita* e *cultura de massas* e o da diversificação da oferta de bens e serviços culturais.

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças ¹¹. É perceptível que há de facto demasiada mistura e indistinção entre a alta cultura, ou cultura erudita, e a cultura de massas alimentada pelos meios de comunicação, sobretudo a televisão, esta mais preocupada com audiências e, na base, com o assegurar da publicidade. Por isso,

¹¹ Definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998) - <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acedido em 21.07.2016.

raramente veremos um ‘especialista’ ou um ‘intelectual’ em televisão, sobretudo nos canais generalistas, face à preocupação dos seus gestores com as audiências.

Cultura superior ou erudita, cultura popular e cultura de massa, os limites não são concretizáveis.

A cultura dita erudita, concebida como cultura de elite, é aquela produzida pelos círculos de elite da sociedade, que se institucionalizou no campo artístico, e cujas possibilidades da reprodução cultural reposicionaram tanto as instâncias de legitimação dos bens artísticos como o lugar social e simbólico dos criadores; a cultura popular, como matriz fundadora das pertenças territorializadas e das historicidades dos locais e dos grupos sociais, aproximando-se do sentido também etnográfico de cultura; e a cultura de massas, caracterizada pelo grau de nivelamento e homogeneização, mas também de mobilidade social e simbólica, que potencia outros níveis de fragmentação do social, novos critérios de legitimação da produção cultural e que torna o campo da cultura um campo de exercício da lógica da reprodução e da rentabilidade económica (Azevedo, 2014:43,44).

Azevedo (2014:80) distingue os dois sentidos de cultura: o antropológico, de carácter humanista e civilizacional, e o sociológico, marcado pelos diferentes níveis de expressão e de legitimação cultural e artística.

A educação do gosto é uma educação de cultura para a cultura. Sem esta educação, fica-se ao sabor da manipulação operada pela indústria do turismo, interessada na sua exploração económica (Fernandes, 2002). O cosmopolitismo estético e artístico, a vivência do mundo, ‘ter mundo’, desenvolve o espírito de tolerância, que é uma característica importante das actuais democracias. Ora, assim não sendo, corre-se o risco de se estar perante uma simples oferta de passatempo para as camadas populares.

A cultura torna-se, cada vez mais, a condição da própria existência humana, no que esta tem de essencial, porque é pela cultura que a existência adquire a sua verdadeira significação e o sentido do próprio destino. É na cultura que o homem encontra a sua razão de ser e de existir. Investir no homem – que constitui o objectivo central da política – é investir na formação e na cultura (Fernandes, 2002).

Ora, se não se atende à democratização dos meios de fruição da cultura, o turismo não se constitui em verdadeira nova dimensão da cidadania. O visual, que privilegia o consumo de imagens, *versus* a cultura que leva à descoberta dos sentidos. As pessoas,

através da cultura, retiram dos lugares históricos e dos monumentos elementos com que procuram dar sentido a si próprias e ao mundo que as rodeia, pondo em acção a reflexividade social (Fernandes, 2002). O turismo desempenha assim diversas funções, promovendo a fuga ao quotidiano, possibilitando a busca do diferente, e proporcionando o encontro com outros ambientes, estilos de vida e universos culturais (Fernandes, 2002).

O turismo é amplamente reconhecido pelos seus resultados tangíveis, criação de emprego, receitas fiscais, bem como pelos seus resultados menos tangíveis, como a qualidade de vida.

Como definição conceptual de turismo cultural Richards (1996) escreveu que será o movimento de pessoas para as atracções culturais distantes do seu local normal de residência, com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais.

Mas, como definição técnica, turismo cultural incluirá todos os movimentos de pessoas dirigidos para as atracções culturais específicas, como locais de património artístico e, manifestações culturais e artes, fora do seu local de residência habitual.

Mais tarde Richards (2003) acrescentou: o turismo cultural tem uma longa história, e com as suas raízes na Grand Tour é sem dúvida a forma original do turismo. É também uma das formas de turismo em que a maioria dos formuladores de políticas parecem estar a apostar para o futuro.

Um estudo sobre os hábitos de consumo cultural dos europeus (Comissão Europeia 2002) indica que as pessoas visitaram museus e galerias no exterior quase tão frequentemente como o fizeram no interior do seu país ¹². Há uma percepção geral de que o turismo cultural é "bom" turismo, que atrai visitantes de gastos elevados e faz pouco dano ao meio ambiente ou à cultura local, enquanto contribui muito para a economia e para a cultura.

Quem são os turistas culturais? Quais são as suas motivações? Onde vão? Estas questões essenciais continuam a ser muito difíceis de responder, o que indica que o mercado ainda não será muito bem compreendido.

Uma das principais razões para a falta de informação sobre o mercado de turismo cultural é o facto de que uma definição consistente do turismo cultural não existe. Os estudos individuais adoptam diferentes definições, o que os torna difíceis de comparar.

¹² Richards, G. (2003) What is cultural tourism? In Van Maaren, A. (ed.) Erfgoed voor Tourisme. Natural contact momenten - www.academia.edu/1869136/What_is_cultural_tourism, acedido em 13/07/2016.

As discussões sobre a definição de turismo cultural podem parecer académicas, mas a questão da definição pode ser crucial. O que é o turismo cultural? Esta pergunta, aparentemente simples, é realmente difícil de responder porque existem quase tantas definições de turismo cultural como há turistas culturais.

A razão para esta situação complexa é relativamente simples - a definição de cultura é, da mesma forma que a de património, também ela plástica.

O conceito de '*herança*' abrange o conjunto de coisas herdadas do passado, mas o uso do termo inglês é muito mais amplo. E também se aplica aos aspectos intangíveis de cultura, como os costumes ou a identidade nacional.

Turismo cultural, turismo de património, turismo de artes, turismo étnico e uma série de outros termos parecem ser quase insubstituíveis no seu uso, mas raramente é claro se as pessoas falam da mesma coisa.

As definições tendem a concentrar-se sobre o que motiva o turista para visitar atracções culturais.

A (WTO) includes "all movements of persons, because they satisfy the human need for diversity, tending to raise the cultural level of the individual and giving rise to new knowledge, experience and encounters". This definition again emphasises the learning aspect of cultural tourism, which is supposed to contribute to personal development, but the fact that all tourism could fall under this definition of cultural tourism makes it so wide as to be useless for the purpose of identifying, measuring or managing the phenomenon. The 'wide definition' of cultural tourism adopted by the World Tourism Organisation similar approach has been taken by ICOMOS in its Cultural Tourism Charter, which actually widened its definition over time. Originally defining cultural tourism as 'that form of tourism whose object is, among other aims, the discovery of monuments and sites' by 1999 the definition included 'any form of tourism to another place (that) involves the visitor experiencing all of the "cultural" aspects about that place, its contemporary lifestyles, food, topography, environment, towns and villages, just as much as its historic sites and cultural performances' ¹³.

¹³ Richards, G. (2003) What is cultural tourism? In Van Maaren, A. (ed.) Erfgoed voor Tourisme. Natural contact momenten - www.academia.edu/1869136/What_is_cultural_tourism, acedido em 13/07/2016.

A "definição ampla" de turismo cultural adoptada pela World Tourism Organisation (WTO) inclui assim todos os movimentos de pessoas, porque satisfazem a necessidade humana de diversidade, que tende a elevar o nível cultural do indivíduo e dando origem a novos conhecimentos, experiência e encontros.

Esta definição enfatiza novamente o aspecto de aprendizagem do turismo cultural, o que deve contribuir para o desenvolvimento pessoal, mas o facto de que todo o turismo pode enquadrar-se nesta definição de turismo cultural torna-a tão grande como inútil para fins de identificação, mensuração ou gestão do fenómeno.

Uma abordagem semelhante foi feita pelo ICOMOS na sua Carta de Turismo Cultural, e que na verdade ampliou a sua definição ao longo do tempo.

Definindo originalmente turismo cultural como aquela forma de turismo que tem por objecto, entre outros objectivos, a descoberta de monumentos e sítios, a definição inclui qualquer forma de turismo para outro lugar (que) envolve a experiência do visitante em todos os aspectos «culturais» sobre esse lugar, os seus estilos de vida contemporâneos, comida, topografia, meio ambiente, cidades e aldeias, tanto quanto os seus locais históricos e realizações culturais.

A fim de tentar esclarecer o significado de turismo cultural, uma definição conceitual foi proposta por Richards (1996), baseada na maneira como os turistas consomem cultura. A cultura pode ser vista como compreendendo o que as pessoas pensam (atitudes, crenças, ideias e valores), os seus comportamentos ou modos de vida, e o que fazem (obras de arte, produtos manufacturados, produtos culturais). A cultura é, assim, composta de processos (as ideias e modo de vida das pessoas) e os produtos desses processos (edifícios, obras de arte, arte, costumes, 'atmosfera'). Olhando para cultura desta forma, o turismo cultural não é apenas sobre lugares e monumentos a visitar, o que tende a ser a visão "tradicional" do turismo cultural, mas também envolve consumir o modo de vida das áreas visitadas. Ambas as actividades envolvem a colecta de novos conhecimentos e experiências. O turismo cultural pode ser definido como o movimento de pessoas para atracções culturais fora do seu local de residência habitual, com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais (Richards, 1996).

Sendo que o turismo cultural não abrange apenas o consumo dos produtos culturais do passado, mas também da cultura contemporânea ou o "modo de vida" de um povo ou região. O turismo cultural pode, portanto, ser visto como abrangendo tanto "turismo de

herança" (relacionado com artefactos do passado) como "turismo de artes" (relacionado com a produção cultural contemporânea).

A ATLAS propõe a seguinte definição conceptual ¹⁴:

«O movimento de pessoas para atracções culturais longe do seu lugar de residência normal, com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais».

Pereiro (2002), citando (Boniface, 1995; Clifford, 1999; Smith, 1992), numa perspectiva experiencial do turismo cultural entende o turismo cultural como uma experiência de consumo de imagens, locais, actividades e património cultural, mas também como uma experiência de contacto assimétrico ou não, aculturador ou não, entre anfitriões e convidados.

Desde o início dos anos 1990 adquiriu cada vez mais relevância, o denominado ‘turismo cultural’, apresentando-o como o desejável e centrado fundamentalmente no património histórico ou o que os ingleses chamam «*heritage*».

Este turismo cultural percebe o território e a população que o habita como um enorme contendor de bens patrimoniais, de características muito diversas, englobando o património natural, o histórico, o artístico e arquitectónico propriamente ditos, o da memória (lendas, tradições), o literário, o musical, o religioso, etc. (Leira, 2003).

O que há talvez de novo nas décadas mais recentes é a descoberta do papel instrumental que, num contexto de forte competitividade interurbana, a cultura e o turismo podem desempenhar no âmbito de políticas de revitalização socioeconómica das cidades e de estratégias de *marketing* urbano. (Ferreira e Gomes, 2012).

Neste enquadramento estes dois autores propõem quatro dimensões do papel cultura/turismo na cidade contemporânea: a utilização da cultura como recurso para políticas de regeneração urbana; as implicações sociais e simbólicas da ênfase que nesse quadro é colocada no capital cultural dos lugares e na renovação das imagens das cidades; a tendência para a ludificação dos territórios urbanos e a sua conversão em cidades do espectáculo; e, o papel que o turismo cultural desempenha nesses processos.

¹⁴ A ATLAS foi criada em 1991 para desenvolver iniciativas de educação transnacionais em matéria de turismo e lazer. Proporciona um fórum para promover o intercâmbio de estudantes, a investigação transnacional e facilitar o currículo e o desenvolvimento profissional. A ATLAS tem actualmente membros em cerca de 70 países - <http://www.atlas-euro.org/>, acedido em 12 de Julho de 2016.

Os autores, referindo os estudos ‘Cultural Industries: A challenge for the future of culture (Unesco, 1982)’ e ‘The Economy of Culture in Europe (KEA, 2006)’ sustentam ainda a dinâmica de crescimento que os sectores cultural e criativo vêm registando enunciando o seu potencial como geradores de valor acrescentado e catalisadores de desenvolvimento económico e social mais amplo, e alimentando expectativas optimistas sobre o papel que a cultura, entendida em sentido lato, pode desempenhar numa sociedade de mercado fortemente competitiva.

A propósito da chamada agenda criativa e do ideal da cidade criativa salientam diversos tipos de programas – do simples investimento em infraestruturas e eventos culturais, ao incentivo à formação de bairros culturais, ao envolvimento das comunidades locais em projectos de participação económica e social por via da cultura, à publicitação de imagens de vitalidade cultural para efeitos de *marketing* urbano.

E citam Richards (2000), que recupera a noção de ‘capital cultural dos lugares’ de D. Harvey (1989) e S. Zukin (1991).

Esta noção reporta-se a um conjunto heterogéneo de recursos culturais valorizáveis económica e simbolicamente - as actividades especializadas de produção artística e simbólica; a oferta e as instituições culturais e artísticas; o património edificado; as qualidades estéticas dos lugares e das paisagens; os modos de vida e as culturas locais.

No âmbito das políticas de regeneração urbana de base cultural, o investimento na cultura é canalizado para os recursos e os atributos culturais dos lugares que são passíveis de lhes conferir singularidade e de servirem como factores de atracção de investidores, consumidores, turistas e residentes.

Socorramo-nos de Cluzeau (2013:7):

On définit ici le tourisme culturel comme un déplacement (d' au moins une nuitée) dont la motivation principale est d'élargir ses horizons, de rechercher des connaissances et des émotions au travers de la découverte d'un patrimoine et de son territoire.

O turismo cultural vem, assim, definido como uma deslocação, de pelo menos uma noite, cuja principal motivação é a de expandir os horizontes, buscar conhecimento e emoções através da descoberta de um património e seu território. E, por extensão, a autora inclui no âmbito do turismo cultural, o desportivo, o balnear, onde intervêm sem que sejam a motivação principal, sequências culturais, mas em que a circunstância de estar em férias favorece uma prática ocasional desse turismo. Mas exclui as práticas culturais dos residentes. E, do património a visitar, exclui lugares na natureza, como parques

naturais e grutas, parques recreativos, lugares de desporto de lazer. Numa integração, o turismo cultural será a prática mais emblemática do turismo de descoberta.

Cluzeau sistematizou o turismo cultural por temas, fórmulas turísticas e exemplos de cada espécie, conforme Quadro 2 (Anexos, p. 79).

Igual diversidade é encarada no(s) conceito(s) de turismo religioso, temática que se poderá integrar no âmbito do turismo cultural: deslocação tendo em vista a fruição de lugares sagrados, lugares da história e da natureza (Graburn, 1989); movimentos colectivos motivados por uma busca de experiências diversas no universo de Deus (MacCannell, 1989); deslocação motivada em parte ou exclusivamente por razões religiosas, que pode ainda incluir o turismo cultural e as próprias férias (Rinschede, 1992); visitas a lugares sagrados e a outros espaços, tais como visitas a museus, o contacto com a natureza, participação em rituais, entre outros (Morinis, 1992); parte integrante das viagens turísticas, surgindo como uma complementaridade do cultural e espiritual (Talec, 1993); deslocação com o propósito religioso, mas não sabe como preencher aquele objectivo espiritual (Robichaud, 1999); e, deslocação com o propósito de expressar a fé (Tilson, 2001), segundo revisão bibliográfica efectuada por Neves (2010:191).

Cada uma destas definições remete para um campo, objecto próprio de trabalho, do investigador. Que será mais ou menos abrangente. Em termos genéricos, parece pacífica a distinção entre a disponibilidade psicológica, o olhar e o ver do viajante e os do turista. Em que a limitação do tempo, do programa, do pacote turístico, etc. influencia uma postura do turista, que não raras vezes recolhe uma perspectiva genérica dos locais, suportada ou não por fotografias ou vídeos.

Assim, poderá o peregrino ser também um viajante, um turista ou tão-só peregrino? A motivação do peregrino aparentemente será religiosa. As peregrinações medievais constituíram um dos começos das deslocações de milhares de pessoas em direcção aos santuários.

Embora segundo a Organização Mundial do Turismo os viajantes/visitantes sejam classificados como turistas (não residentes, nacionais residentes no estrangeiro e tripulações não residentes) ou excursionistas (passageiros em cruzeiros, visitantes de um dia e tripulações), eventualmente também para efeitos estatísticos, naquela disponibilidade cuja variável é o tempo – real, psicológico, mental.

Poderá o peregrino ser também um viajante, ou visitante ou turista? Considerando apenas o conceito de peregrino, pela nossa vivência em Portugal e olhando à peregrinação mais mobilizadora, em Portugal a dos caminhos de Fátima, parece que esta envolve, para

além da ‘promessa’ retributiva, um ritual de sacrifício físico e de dor. Embora no final, cumprida a promessa, possa restar um tempo para a disponibilidade de turista, no local ou na região.

O turista é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras épocas e outros lugares, distanciados da sua vida quotidiana (Urry 1996:24.25), citado por Marujo (2012).

Parece visível que o caminhante de Santiago não aparenta o ar de sacrifício da generalidade do peregrino a Fátima. Decorre da postura uma maior disponibilidade. E cumpre etapas no terreno geograficamente demarcadas, não raro coincidentes com património material.

Então será o turismo actual uma variedade moderna da tradicional peregrinação?

Todo o turista, talvez melhor, o viajante será também um peregrino? E o peregrino é um viajante?

As motivações do turista são variadas. Lazer, conhecimento, busca de autenticidade, ócio, ou caminhar. Contudo, nem todas as peregrinações têm motivações exclusivamente religiosas. São diferentes os casos de Fátima e de Compostela. No segundo caso há semelhanças com a postura de viajante. A pé ou de bicicleta, a obrigação é a do cumprimento do percurso, sem a máscara do sacrifício, mas próximo do exercício físico, da descoberta dos limites, do disfrute dos lugares. Há lugar para o lazer, a visita, o conhecimento.

Então o turismo actual assemelha-se também a uma peregrinação?

Segundo Andrade (1993), a sub-forma de viagem sagrada mais típica é a peregrinação. Santos (2000) propõe-se delimitar os principais conceitos teóricos no tema do Turismo Religioso, caracterizando-o e apurando da sua integração em noções mais amplas de *tempo livre* e *lazer*, tentando distingui-los de fenómenos conexos: *peregrinação* e *turismo em espaço religioso*. Salientando o fenómeno das *jornadas multifuncionais* a propósito de Fátima, cidade-santuário, aponta a dificuldade de medir as verdadeiras intenções dos que a visitam. Defendendo a abordagem científica da ideia de Turismo Religioso, interroga-se no âmbito da Geografia: « *why and on what basis space is defined as sacred....* »?

Sendo o conceito de turismo de natureza difusa, esquematiza um espaço conceptual de intersecção entre o do turista e o do peregrino. E, citando Nolan e Nolan (1989), selecciona três distinções básicas : a dos *santuários de peregrinação*, explicitando quatro

cenários; a do *turismo em espaço religioso*; e, a dos *lugares* onde ocorrem *festividades religiosas*.

Referindo uma outra perspectiva, Vukonic (1996) embora não negando a diferenciação que possa existir entre peregrinação e turismo religioso, aceita a identificação entre *peregrinação* e a noção de *turismo religioso ou sacro*, com a combinação de várias motivações dos turistas.

Santos (2000) aborda as relações entre peregrinação e turismo religioso, cuja diferença se situa na própria essência de cada uma, uma vez que a segunda fórmula tem um conteúdo mais neutro, e sendo que o *peregrino* relevará apenas do foro espiritual e o *turista religioso* vai buscar pretexto na motivação religiosa a decisão da viagem. E, sendo o elemento de atractividade um monumento ou outra forma de património cultural com carácter religioso (catedral ou mosteiro) então estaremos perante turismo cultural. Discorrendo sobre *turismo religioso, tempo livre e lazer*, no artigo a autora aborda, nesta problemática, Fátima, onde se estima que afluam anualmente (até ao ano de 2000) cerca de quatro a cinco milhões de visitantes. E daí, tendo nascido como centro de peregrinação, foi-se tornando um pólo de atracção de *turismo religioso*, podendo os turistas beneficiar ainda, nos arredores, de vários elementos de interesse turístico, como mosteiros e castelos, que podem integrar *viagens multifuncionais*.

Convirá ainda introduzir a diferenciação entre caminhantes e outros peregrinos. É o que se poderá deduzir de Fortuna (1999:73). E, relacionando turismo e peregrinação (idem:76):

A peregrinação, como o turismo, é um rito sujeito ao jogo de dupla atracção (aproximação de símbolos e mitos unificadores) e de distracção (escapismo à diferenciação social e maior permissividade no quotidiano da caminhada), independentemente do investimento requerido em trabalho e penosidade. Mas são ambos finitos, por definição.

Referindo que as peregrinações e o turismo religioso são as mais velhas manifestações de turismo, Solla (2006), constata que a cidade de Santiago de Compostela vem evoluindo de destino de turismo religioso a destino cultural, sendo que é de 3% a percentagem de visitantes, excluídos os peregrinos, que declaram terem razões de tipo religioso.

Mas qual a motivação cultural para o turista? Para Cluzeau (2013:28), a motivação equipara-se a um *iceberg* cuja parte emergente pode ser conhecida através de inquéritos, revelando expectativas, sentimentos e explicações de que o entrevistado está consciente. Entre as motivações conscientes, a didaxia e a emoção: a primeira como vontade de

aprender, de aprofundar um conhecimento, de descobrir qualquer coisa da qual pressentimos o interesse; e, todo o conjunto de emoções que podem surgir (Cluzeau, 2013).

Partimos para nos familiarizarmos com outra identidade, ilustrada por um património. Mas também para uma procura do exotismo: o gosto de estar fora, o desejo de ser surpreendido. Para viver uma aventura e ultrapassar os seus riscos.

Tal como as indústrias culturais e recreativas, também o sector turístico foi conquistando ao longo da segunda metade do século XX a reputação de ser um sector com elevada capacidade e forte potencial económico, pelo que as cidades se foram tornando lugares atractivos para os segmentos de turistas mais qualificados culturalmente, seduzidos precisamente pelo seu capital cultural, Ferreira e Gomes (2012), citando (Ashworth e Turnbridge, 2000; Gómez, 1998; Orbasli, 2000; Richards, 2001).

Sendo assim, em Portugal, a associação entre turismo e cultura tornou-se também, nas últimas décadas, uma das pedras de toque dos planos de desenvolvimento e das retóricas sobre o reforço da competitividade urbana de muitas pequenas e médias cidades.

Alguns factores em particular contribuíram para a eclosão do turismo urbano na Europa (Gómez, 1998). Em primeiro lugar, desenvolveu-se a mobilidade recreativa e, especialmente, o turismo de curta duração. Em segundo lugar a atracção renovada pelos recursos e produtos culturais e patrimoniais. Por fim, também políticas de regeneração das cidades constituíram factor relevante (Ferreira e Gomes, 2012).

Consequentemente, citando Costa (1999), a concepção de cultura e do que tem valor cultural estende-se e flexibiliza-se, promovendo as mais diversas formas de diálogo e mistura entre arte, *modos de cultura* estilos de vida das populações locais.

Isto é, proporcionar aos turistas mais do que o mero *olhar turístico* contemplativo, mas relativamente passivo, a que John Urry (1990) se referia.

Nesta perspectiva, o *turismo criativo* parece ser apenas mais uma nova versão das muitas em que a associação entre turismo e cultura se vai desdobrando (Ferreira e Gomes, 2012).

As artes, a cultura, o património, a actividade criativa, o lazer e o turismo são ingredientes essenciais da vida urbana, a cuja influência as cidades não podem, nem devem, escapar.

Concluem os dois autores que, por isso, talvez valha mais a pena pensar o desenvolvimento da cultura e do turismo não tanto como instrumentos, mas antes como objectivos para uma cidade melhor.

O turismo implica, pelo menos parcialmente, a actividade que é ver a paisagem ou as *vistas*. Com efeito, por vezes o turismo parece ser entendido como pouco mais do que a recolha de uma gama de paisagens díspares e relativamente desconexas, posteriormente objectivadas sob a forma de fotografias, postais, ou réplicas em miniatura.

Em certos casos, o processo de recolha acaba mesmo por dominar a experiência da viagem (Urry e Crawshaw, 1993). Os dois autores fazem três observações a respeito dos olhares dos turistas. Em primeiro lugar, muitos desses olhares são discursivamente organizados por profissionais especializados: autores de livros e roteiros de viagens, agentes de viagens, estilistas e proprietários de hotéis, fotógrafos, operadores turísticos, realizadores de programas de televisão, funcionários responsáveis pelo planeamento turístico, e outros.

Por outro lado, diferentes tipos de discurso produzem diferentes formas de olhar.

Mas também o olhar turístico pode ser romântico ou colectivo. O primeiro, na solidão, na privacidade e na relação que se estabelece com o objecto do olhar. O olhar colectivo, pelo contrário, implica convivialidade, ambiência.

Desenvolvendo três aspectos de ‘O olhar do turista’ (Urry e Crawshaw, 1993) referem: i) existem diferentes tipos de consumo visual e diferentes formas de sociabilidade associadas ao olhar turístico, para além das duas atrás referidas – a de espectador, a de ambientalista e a forma de olhar antropológico; ii) uma grande parte do turismo implica a memória, a nossa ou de terceiros; iii) a relação entre fotografia e turismo e viagem carece de mais análise.

Como efeito do processo de globalização nos nossos dias as cidades tornam-se «iguais» entre si, à medida que nelas se implantam as mesmas redes de pronto-a-vestir e pronto-a-comer, os mesmos sistemas de transportes e comunicações, os mesmos hotéis e lojas comerciais. Sendo assim, é na minúcia do exemplar histórico e monumental da cidade, nas suas ruínas e edifícios decadentes, na exemplaridade histórico-temporal da sua arquitectura, que se vislumbram hoje os traços da sua singularidade. (Fortuna e Ferreira, 1996).

A propósito de globalização, Marujo e Cravidão (2012) referem que nesse processo entra o desejo do homem de cada vez mais fruição de diferentes lugares turísticos que ostentam uma variedade de significados.

Com apelo a diferentes olhares.

Slogans, como *Gaia cidade dos artistas* ¹⁵, suscitam no ser humano o desejo de experienciar, de sentir e conhecer as distintas culturas do lugar, ou seja, despertam nele o consumo pelas singularidades alheias.

O desejo de visitar, observar, interpretar e consumir a cultura. Citando Castrogiovani (2003:45), com a globalização e a presença dos *media* ‘... *todos os lugares parecem estar em todos os lugares. É justamente a ausência de todos os lugares num certo lugar que desperta, fascina e atrai*’.

Ganham assim dimensão os conceitos de lugar turístico, que as duas autoras entendem como um aglomerado de lugares que produz experiências para as diferentes tipologias dos turistas. Citando Almeida (2006), um lugar turístico adquire significado para o turista porque ele é outro, porque ele rompe com as qualidades do seu lugar de vida e, sobretudo, porque ele será aquele espaço que lhe acena com possibilidades de corresponder às suas expectativas. O que o turista busca é uma alteridade. A escolha dos lugares e o modo de deslocamento ocorrem em função disso.

E acrescenta que nos lugares turísticos, os turistas contemplam as representações, as ideias da paisagem e dos objectos que são promovidos pelos meios de comunicação. E por isso, as viagens àquele lugar, ou melhor, àquelas representações, destinam-se à procura daquela imagem mentalizada e à confirmação da sua existência pelo facto de ter estado lá (Almeida, 2006).

O turismo vem-se tornando uma actividade característica da época moderna. Como realidade pluri-dimensional do mundo de hoje, é o resultado natural da convergência de diversos factores, estreitamente relacionados entre si, que aparece associado ao desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações e abre ao consumo uma maior quantidade de bens e serviços (Fernandes, 2002).

As sociedades actuais buscam particularmente a cultura, os valores e a qualidade de vida, emergindo diferentes modalidades de turismo, entre eles o das classes médias e superiores, em que o turismo se realiza de forma individualizada ou em grupos mais restritos, autónomo e que constrói o seu próprio percurso e, dado o capital escolar e simbólico dos seus actores, é bastante reflexivo e cultural.

O turista das classes médias e superiores dedica-se a visitar cidades histórico-monumentais, tende a valorizar os aspectos educativos, históricos e culturais, acima das

¹⁵ Ver 3.2.4, entrevista ao responsável pela Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo.

dimensões lúdicas da viagem. No que vêem, estes turistas esforçam-se por decifrar a mensagem, ao mesmo tempo que lhe atribuem outras mensagens e sentidos. (idem).

Por outro lado o turismo social, de massa, proporciona, de qualquer modo, um encontro com o universo cultural. O problema estará em saber como se processa esse encontro, se se trata de uma mera evasão ou de uma real incorporação cultural dos monumentos visitados e das paisagens que o turista encontra na sua deambulação (idem).

A valorização do património histórico-monumental constitui uma característica das sociedades actuais, configurada sob a forma de busca dos vestígios do passado, da procura de raízes e do reviver da memória colectiva. O património representa um serviço prestado à memória colectiva. Sem esta memória, não haveria consciência de si e de identidade.

As sociedades actuais são caracterizadas pelo predomínio do visual. O percurso turístico passa a ser normalmente um percurso visual. Mas o olhar do turista, imerso numa cultura do visual ou da imagem, não é sinónimo de ver, não se identificando o olhar com o ver. Só será possível ver na medida em que se compreende. Se é democrático o olhar, não o será necessariamente o ver e, muito menos ainda o compreender. Há tantas formas de ver quantas as capacidades diferenciadas e diferenciadoras de compreender, embora todos possam lançar o olhar sobre as mesmas coisas.

Os poderes públicos não se poderão satisfazer com os objectivos da indústria do turismo, que se interessa apenas com a manipulação do significado histórico dos monumentos, em ordem à satisfação pessoal dos turistas. Têm de se tornar agentes de cultura (Fernandes, 2002).

O turismo (re)inventa lugares para consumo turístico (Knafou, 1991) , ou, o turismo cria o lugar turístico (Ferrara, 2002), citados por Marujo e Cravidão (2012).

Promover um lugar turístico significa comunicar aos potenciais turistas que o lugar (x) ou (y) é capaz de satisfazer os seus desejos e necessidades. É a antecipação da experiência proporcionada no lugar turístico que se assume como a principal característica de toda a estratégia promocional das entidades públicas e privadas (idem).

Refira-se que um lugar turístico deve valorizar a singularidade de um determinado local. É, portanto, a identidade que um lugar abarca que o diferencia dos outros lugares.

Assim, o turismo pode ser entendido como o consumo dos lugares, onde apela aos cinco sentidos. Praticar turismo implica consumir sítios, olhar e interpretar o significado das diferentes paisagens que constituem esses lugares (idem).

É evidente, e é afirmado por vários autores, um recente desenvolvimento de estratégias de *marketing* e promoção de imagens das cidades.

Embora, como mostra Christine Boyer (2000), as origens das estratégias de publicitação e *marketing* das cidades remontem pelo menos ao início do século XX, elas ganharam nas últimas décadas enorme expressão (Ferreira e Gomes, 2012).

Boyer fala numa economia política de *imagibilidadade* ('imageability'), para se referir ao modo como as estratégias e as campanhas de promoção das cidades produzem e difundem imagens dos lugares (idem). E argumenta que as imagens criam uma segmentação material e simbólica entre 'espaços figurados', e 'espaços desfigurados' da cidade. Os primeiros, como espaços de desenvolvimento urbano. Os segundos, espaços abandonados, urbanisticamente decadentes (Ferreira e Gomes, 2012).

Nas formulações teóricas mais abrangentes, as recentes modalidades de associação entre políticas culturais, regeneração urbana e reordenamento das paisagens das cidades têm sido interpretadas por referência a dois aspectos principais (idem): 1) Por um lado, às transformações geradas pelos processos de globalização e de transição das economias capitalistas contemporâneas de um regime fordista para um regime de acumulação flexível. 2) Por outro lado, a aposta das políticas urbanas na cultura e no lazer reflecte também a modelação dos processos de reconversão funcional e estética do espaço das cidades à imagem dos estilos de vida e dos padrões de consumo das classes médias urbanas mais escolarizadas e qualificadas.

Christine Boyer (1996) capta esta tendência de reconfiguração sugerindo a sucessão de três formas representacionais dominantes: as formas da 'cidade como obra de arte' (até finais do século XIX), da 'cidade como panorama' (ao longo da primeira metade do século XX) e de 'cidade do espectáculo' (segunda metade do século XX e em plena afirmação a partir da década de 1980), (idem).

Richards (2003:117) propõe que há condições para o desenvolvimento do turismo criativo, mais activo que passivo, mais aprender que observar, e trata tanto o autodesenvolvimento como o desenvolvimento económico, definindo-o:

El turismo que ofrece a los visitantes la oportunidad de desarrollar su potencial creativo a través de la participación activa en las experiencias de aprendizaje que caracterizan el destino de vacaciones a donde son trasladados.

Delimitado o âmbito conceptual donde o recurso tem sentido nos espaços de desenvolvimento socioeconómico e patrimonial, recurso turístico não é sinónimo de produto turístico.

O produto turístico tem que entender-se como o recurso turístico e os serviços - transportes, alojamento, restauração, assistência, seguros ou animação - que se organizam, articulam e elaboram de tal maneira que permitem a sua comercialização e empacotamento ('empaquetamiento'), mesmo através de um operador, com a finalidade de ser posto, através do mercado, à disposição dos seus potenciais usuários, com uma finalidade de disfrute e aproveitamento turístico (Leira, 2003).

CAPÍTULO 2. POLÍTICAS DE TURISMO, INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO, ITINERÁRIOS CULTURAIS E NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO.

2.1 Políticas de turismo

Tal como as indústrias culturais e criativas, também o sector turístico foi conquistando ao longo da segunda metade do século XX a reputação de ser um sector com elevada capacidade de expansão e forte potencial económico – uma das grandes indústrias do século XXI, como frequentemente os discursos político e técnico o qualificam.

O turista cultural representará uma determinada percentagem. E, destes, há um segmento que se dirigirá para a observação do património construído.

Os responsáveis pelas autarquias têm dirigido muita da sua atenção para a preservação dos centros históricos das localidades, sejam cidades, vilas ou aldeias históricas.

Neste âmbito, Peixoto (2003:211) questiona-se sobre como se tornaram, nas últimas décadas, os ‘centros históricos’ um elemento incontornável da dimensão discursiva das intervenções urbanísticas e das políticas de reabilitação urbana.

A tese defendida sustenta que: (a) os ‘centros históricos’ constituem um elemento central de uma nova sintaxe ¹⁶ do espaço urbano; (b) que, enquanto objecto de estudo, são um instrumento privilegiado para analisarmos a dialéctica urbana da permanência e da mudança e para apreendermos a cidade no seu todo; (c) é um objecto que permite, ao mesmo tempo, dar conta desse imponderável hiato entre a cidade imaginada e ensaiada pelos projectos e a cidade vivida, onde as políticas urbanas tantas vezes se demoram, chegando, por vezes, a encalhar.

Mas constata que, em muitos casos, os centros históricos são locais que, em rigor, não são nem centrais nem históricos. Por outras palavras, a expressão ‘centro histórico’, mais do que remeter para um objecto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa.

Essa metalinguagem do património, de que a expressão ‘centro histórico’ faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana. Em suma, representa as bases de uma cidade culturalmente sustentável (Peixoto, 2003:213).

¹⁶ Em grego, significa disposição, arrumação, que pode transportar-se para a linguagem arquitectónica.

E acrescenta: se olharmos para as tendências dominantes do *design* urbano em muitas cidades portuguesas verificamos que o espaço citadino está a ser trabalhado para favorecer as práticas turísticas e de lazer: ruas pedonais, ciclovias, frentes de água (modelo Expo'98), teleféricos, e muitas configurações espaciais do mesmo género.

Numa perspectiva talvez mais optimista Álvaro Domingues ¹⁷ acredita que é possível oferecer a quem nos visita aquilo que designa por 'encantamento', isto é, a capacidade de envolver o turista numa história que 'despoleta o interesse e a magia de um determinado momento ou experiência'. Assim, um turismo de 'consumo emocional'.

Neste sentido, em termos de estratégia turística e cultural cada município deverá ainda reconhecer-se na região em que está integrado. Por objectivos comuns, de desenvolvimento, de imagem, de marcas instaladas, ou de sinergias, cientificamente enquadrados.

As políticas culturais dos concelhos da AMP, articuladas com as potencialidades turísticas locais, integram-se como vectores estruturantes dos projectos do desenvolvimento dos concelhos. Quando perspectivados à escala mais ampla da área metropolitana que os acolhe, viabilizam-se pelas lógicas políticas de convergência e de projecção do próprio território metropolitano. (...). Quando se perspectiva o modo como o poder concebe políticas sectoriais de intervenção, no campo cultural e turístico, estas adquirem viabilidade desde que estejam integradas num projecto mais amplo de desenvolvimento local (Azevedo, 2014:35).

Porque, segundo Azevedo (2014:41), há afinidades culturais entre os concelhos da AMP que podem potenciar uma integração e coerência do território cultural metropolitano, isto é, da AMP.

Sendo que, o turismo cultural frequenta esta relação em conjugação com a cultura e o desenvolvimento local, numa integração que se pretenderá local e regional, numa lógica global da área metropolitana, neste caso do Porto, e numa lógica específica do município de Vila Nova de Gaia, como propugna Azevedo (2014).

Toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação activa de todos os agentes culturais, porque a descentralização constitui o

¹⁷ <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-03-02-Turismo-nas-cidades-problema-ou-oportunidade>.

fundamento promotor de um modelo global de desenvolvimento sustentável (Peralta da Silva: 2000).

Sobre os específicos contextos pluri-municipais, Martins (2007:101):

O papel e o significado do turismo sairão fortalecidos pela aproximação às dinâmicas locais ou supra-municipais, reforçando as linhas de ordenamento do território, alimentando iniciativas de investimento, beneficiando da localização de actividades de lazer e de turismo, estimulando a melhoria dos espaços públicos ou fortalecendo os níveis de competitividade ou os laços de solidariedade entre municípios.

De que dá exemplos de várias localidades. E porque o percurso do turismo nacional tem sido caracterizado por orientações distintas, ou até divergentes, entre as escalas, nacional, regional e municipal Martins (2007:102) salienta um novo paradigma na relação turismo/ordenamento do território, visando a protecção e a requalificação, mais do que a persistência na construção e na expansão urbana.

É o caso da área do grande Porto, com os seus sucessos a nível turístico de há alguns anos a esta parte.

O interesse do poder local pelo património resulta de vários factores. O património torna-se um elemento importante na promoção nacional e internacional, além de servir intuitos económicos da região, pelo turismo que atrai. É, porventura, para algumas regiões, a actividade mais viável em termos económicos, pelo desenvolvimento sustentável que promove. Contribui, além disso, para a promoção da memória colectiva das populações locais. (Fernandes, 2002:13).

Sendo que poder local pode contar-se, em certas circunstâncias, entre os agentes de dinamização do mercado de turismo, embora os poderes públicos certamente não possam ser operadores de turismo do mesmo modo que os demais operadores neste domínio.

Mas uma das primeiras preocupações do poder local, no que diz respeito ao turismo social, deve consistir em tornar acessível aos seus residentes o próprio património.

Este objectivo realiza-se normalmente através de visitas culturais. E porque se é tanto mais capaz de perceber o que é estranho quanto mais se conhece o que é seu e vice-versa. A busca do diferente, que é uma característica do turismo, deve ser posta ao serviço das identidades pela dialéctica que cria entre identidade e identização.

A identidade, enquanto conhecimento de si e sentimento de pertença, é alimentada pela identização, enquanto conhecimento e sentimento do diferente. Assim, o turismo

servirá a preservação dos valores culturais que são a sua marca de identidade (Fernandes, 2002).

Lisboa foi eleita em 2014 o melhor destino de cruzeiros da Europa pelos World Travel Awards. O grande investimento na cidade nos próximos anos será o terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, aumentando para cerca de mais dois milhões de pessoas a passarem anualmente por Lisboa. Qual o impacto para os moradores? Sabemos que o turismo é um factor essencial da economia e que cada turista de cruzeiro gasta na cidade cerca de 70 euros por dia. Também sabemos que a crise de 2008 foi em grande parte atenuada pelo desenvolvimento do turismo. Todas as políticas têm o verso e o seu reverso. Não posso negar que o impacto que isto teve em Lisboa, sobretudo no centro histórico, é enorme, e acaba por ser um incómodo para muitos lisboetas.¹⁸

Investimento público mas também obras de requalificação tendo em vista a segurança do espaço público e a atracção de mais investimento privado.

É o caso do município de Vila Nova de Gaia que está a investir cerca de 4 milhões de euros em seis obras de requalificação, desde a encosta de rio à marginal marítima, na medida em que também são indutoras de investimento privado que reforça a componente turística do concelho e alarga a actividade turística para montante do Centro Histórico de Gaia, no caso concreto até ao areinho de Avintes e passando pelo embarcadouro de Quebrantões.

*São obras que têm a especificidade de se distinguir em dois grandes grupos. Uma são estruturantes para o concelho, como a requalificação das encostas Douro, numa lógica de etapas. Outras, como a Ribeira de Valverde, têm um carácter mais micro, mas com relevância enorme. Por um lado, resolvem problemas técnicos importantes, como grandes enxurradas e, por outro, criam novos espaços públicos de lazer e fruição.*¹⁹

Citados por Ferreira e Gomes (2012) Matarrasso e Landry (1999) enunciam cinco grandes questões dilemáticas que a política cultural enfrenta: dilemas de enquadramento

¹⁸ Arquitecto Manuel Salgado, vereador do urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, ao Expresso (Revista) de 27.12.2014.

¹⁹ Prof. Eduardo Vítor Rodrigues, presidente da CM de Vila Nova de Gaia - http://www.cm-gaia.pt/PORTAIS/_cmg/Noticia.aspx?contentid=FC96809F82CO&categoryOID=E8818080808980GC, acedido em 10.10.2015.

geral e estratégico; dilemas de implementação; dilemas de desenvolvimento económico; dilemas de desenvolvimento social; e, dilemas de gestão.

Na sua argumentação, procuravam mostrar como as condições de sucesso das políticas culturais, sobretudo à escala local, dependem das opções feitas nestas cinco áreas dilemáticas e do grau de consciência e consistência com que tais questões são abordadas por planeadores, decisores e empreendedores.

Segundo Pereiro (2002), haverá que considerar que cidade queremos construir e então, após isso, podemos pensar nos objectivos que podem servir os itinerários culturais urbanos. A ser assim poderemos assumir que um turismo urbano de qualidade deve basear-se numa cidade de qualidade.

Pelo que importará destacar que estes itinerários não têm por que ser pensados só para turistas ou excursionistas. Pelo contrário, os locais podem ter um papel importante, isto é, por um lado a importância didáctica para os escolares locais, por outro o autoconhecimento da própria cidade – tão desconhecida em muitos casos pelos seus próprios habitantes- através de passeios de sociabilidade.

E há percursos turísticos que são especificamente municipais. Há exemplos de percursos ambientais. E, neste caso, são as autarquias locais as entidades que deverão desenvolver e promover esses percursos.

2.2 Interpretação do património

Associado ou concomitante com o experienciar de cada percurso cultural pôr-se-à a tarefa de interpretar o património adjacente.

Socorramo-nos de Moiteiro (2010:141), que define *interpretação do património* como o processo de comunicação que se estabelece entre o legado cultural e o público que o visita no seu tempo de ócio, com vista à transmissão do significado e valor dos bens culturais ²⁰.

Este valor dos bens culturais não se esgota no âmbito económico. Daí que, Moiteiro (2010), citando Josep Ballart Hernández (*Gestión del Patrimonio Cultural*, 2001, Ariel, Barcelona), indique três grandes tipos de valores atribuídos ao património cultural:

²⁰ Embora o autor acrescente que não é fácil uma definição consensual, indicando outras de Freeman Tilden, de Don Aldrige, de Bob Peart, da Associação para a Interpretação do Património do Quebec e da Associação (Espanhola) para a Interpretação do Património.

a) o valor de uso que remete *para uma avaliação do bem natural ou cultural sob a óptica da satisfação de uma necessidade concreta, seja ela individual ou colectiva, podendo ser um uso imediato ou directo e/ou um uso menos imediato ou menos tangível. O tangível refere-se à possibilidade de utilização prática de um bem, graças à sua materialidade e fortaleza, o intangível reporta-se, por exemplo, à possibilidade de dele retirar conhecimentos que nos possibilitam a compreensão das sociedades que nos antecederam;* b) o valor formal ou estético que nos reporta *para uma avaliação do bem cultural segundo a atracção que ele desperta nos nossos sentidos, em função do prazer estético e da emoção que proporciona, ou até pela sua raridade, preciosidade, aparência exótica ou genial, valores difíceis de conceptualizar, mas compreendidos por todos;* c) o valor simbólico remete *para a ideia segundo a qual o património constitui um veículo de comunicação, uma vez que é portador de sentidos, de significados. O património tem implícito um significado original, enquanto representação do mundo do qual provém, a que se acumularam outros significados, relacionados com as diversas sociedades que com ele contactaram, e o da nossa própria sociedade, que vê nele o elo de ligação de um tempo pretérito com o nosso tempo, justificando-se, portanto, a sua conservação para o tempo futuro.*

A valorização dos bens culturais envolverá a investigação com vista ao seu conhecimento, a sua protecção, a sua conservação e restauro, e a sua difusão e didáctica.

E é no âmbito da difusão que tem enquadramento a interpretação do património como instrumento de valorização dos bens culturais. Voltando a citar Josep Ballart Hernández, Moiteiro (2010) refere ainda que difundir não significa apenas comunicar informação inerente a um lugar. Difundir pressupõe reflectir, provocar e comprometer. E é para isso que dispomos da ferramenta da interpretação, de forma a que a interpretação funcione como um meio de conquistar grupos até há algum tempo pouco propensos a formas de turismo cultural, para além de fidelizar os grupos tradicionais.

Sendo assim, o que é que podemos interpretar ou quais os espaços passíveis de interpretação? Sendo uma questão de difícil sucinta resposta, na medida em que todos os sítios poderão ser interpretados, para que se justifique a implementação de um projecto de interpretação é necessária uma análise prévia e minuciosa das características dos lugares. Contudo, com palavras empregadas por Moiteiro (152), são susceptíveis de interpretação os valores naturais e culturais dos espaços patrimoniais, isto é, os seus significados e características naturais (ecossistemas, formações geológicas, flora e fauna) e humanas.

Concretamente, seguindo a Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/2001, de 8 de Setembro, e na medida em que integram o património cultural, a interpretação poderá, assim, ser desenvolvida em: monumentos (sejam de carácter religioso, militar ou civil); sítios arqueológicos; museus; lugares de produção artesanal e de ofícios tradicionais; jardins históricos; centros históricos ou determinadas localidades, independentemente da sua dimensão; roteiros temáticos; festivais e outro tipo de eventos de carácter histórico-cultural; parques naturais, áreas naturais protegidas ou paisagens humanizadas, onde a natureza e a cultura se cruzam frequentemente; no fundo, em lugares de memória, no sentido mais amplo do termo.

Mas como se interpreta o património? Sendo também uma arte, incluindo um processo criativo, têm sido apresentados dois tipos de meios interpretativos (Moiteiro:154): i) Meios não pessoais – sinalética, publicações (folhetos, guias, mapas), meios de comunicação de massas (com destaque para a Internet), percursos autoguiados, audiovisuais, exposições e exhibições. ii) Meios atendidos por pessoal – roteiros e percursos assistidos por guias; meios audiovisuais e intérpretes; demonstrações, conferências e outras actividades com pessoal especializado e participação activa dos visitantes; animação activa ou passiva; recepções, informações fortuitas e outros que não os propriamente interpretativos.

Qual escolher? Depende de um conjunto de critérios: características dos receptores das mensagens interpretativas (nota pessoal: através de questionários); tipologia das mensagens; meio em que a interpretação se desenrola; objectivos; características do próprio bem cultural; etc, mas a tendência será a de privilegiar os meios pessoais.

2.3 Sobre itinerários culturais

Não caberá no âmbito deste estudo discorrer profundamente sobre as diferenças teóricas entre rota/roteiro/percurso e itinerário cultural.

Modestamente, que este contribua para ser um ponto de partida do estabelecimento de um roteiro e, eventualmente, no sentido do aprofundamento do preenchimento de

eventuais condições e elementos definidores de um Itinerário Cultural no caso em estudo²¹.

Nesse sentido, através da sua aproximação com o caminho de Santiago que atravessa o município de Gaia e com as estradas do império romano, cujos traçados conhecidos a sul do Douro são parcialmente coincidentes com o que se propõe neste estudo, através do acompanhamento ‘no terreno’ das deslocações dos monges agostinhos entre Grijó e a serra do Pilar e suas motivações, e a divulgação do património adjacente, da notícia da relação de Eça de Queirós com o Solar dos Condes de Resende, e das obras de Soares dos Reis, Teixeira Lopes e Diogo de Macedo.

O Conselho da Europa e a UNESCO desenvolveram a partir dos anos 1980 o Programa dos Caminhos Culturais do Conselho da Europa.

Tarefa primordial nesse processo classificatório, de âmbito multidisciplinar, seria o da sua ‘identificação’, tendo em conta ‘a sua funcionalidade específica ao serviço de um fim concreto e determinado, os valores patrimoniais tangíveis e intangíveis gerados pela sua dinâmica enquanto resultado das suas influências culturais recíprocas, a sua configuração estrutural, o seu contexto geográfico e histórico, o seu meio natural e cultural, quer seja urbano ou rural, e os seus valores ambientais característicos, as suas relações com a paisagem, a sua duração temporal, e a sua dimensão simbólica e espiritual’ (Carta do ICOMOS:2008).

Há autores que aceitam a versão ‘itinerário turístico-cultural’ cujo conteúdo seria:

(...) um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória colectiva. O conjunto organizado formado pelos sítios e etapas tem um valor emblemático e simbólico para a população local e, para o conjunto de pessoas externas, denominadas de visitantes. O tema designado pode dar-se a conhecer a volta de diferentes valores culturais: o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade geográfica, uma identidade geográfica, uma identidade arquitectónica, as

²¹ Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado – Carta dos Itinerários Culturais do ICOMOS:2008.

actividades tradicionais, as actividades artísticas, as produções artísticas.».

(Associação CISTE)²², (Pereiro, 2002).

E acrescenta mesmo que aparecem (2002) um pouco por todo lado “itinerários culturais”, ainda muito bem sem se saber o que são ou podem chegar a ser.

Numa outra definição a de ‘Itinerários/caminhos culturais’, estes serão ‘os que agregam diferentes elementos de grande significado em termos de património e tradição, testemunhos ilustrativos de períodos e ventos específicos da história europeia. Os itinerários/caminhos culturais envolvem também as dinâmicas especiais e intangíveis não enquadradas numa paisagem cultural, cuja natureza é mais estática e restrita’, GDT (2011:17) ²³

A fórmula típica do turismo cultural é o circuito, na medida em que permite multiplicar as ocasiões das visitas dos sítios e de participação em manifestações culturais (Cluzeau: 21). E, neste contexto, o meio de transporte no local a visitar é um elemento crucial: viatura própria ou alugada, autocarro para grupos, de bicicleta ou a pé, caravana, etc., consoante o nicho de clientela.

Noutra perspectiva, a do público-alvo, seria a de turistas com relativa disponibilidade financeira, sénior, cultos e clientes de hotéis de 4 e de 5 estrelas, que os há na zona, que poderiam ser os promotores práticos do percurso, beneficiando de mais um/dois dias de estadia desses clientes.

Por outro lado, este segmento turístico de rota cultural não seria prejudicado pela tendência da sazonalidade alta, na medida em que pode ser usufruído durante quase todo o ano. Acrescem os simbolismos subjacentes ao trajecto do roteiro proposto, como o legado viário romano, a permanência moura no Castelo de Gaia e suas diversas lendas, e as errâncias dos monges agostinhos entre os mosteiros de Grijó e da Serra do Pilar.

À época, e até praticamente ao séc. XX, a rede vial era herdeira das estradas romanas, acompanhando de perto as determinantes físicas de Coimbra (Aeminium) a Gaia (Cale), segundo Amorim (1997). Um troço está sinalizado na serra de Canelas/Negrelos, no caminho de Santiago.

Para sul, no cais de Gaia a via romana ascendia pelas actuais ruas de Cândido dos Reis Teixeira Lopes, Marquês de Sá da Bandeira e Rasa, até à rotunda de Santo Ovídeo. Aí

²² www.ciste.org.

²³ www.dgterritorio.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803..., acedido em 24.07.2016.

seguia pela EN1: rua Alto das Torres, Rechousa, Canelas de Cima, Carvalhos, Feiteira e Vendas de Grijó ²⁴.

Sobre as deslocações dos monges, na perspectiva de Amorim (1997), terão sido intuitos pastorais, disputa de diversas confissões (protestante e católica) e de organização interna (recusa em aceitar a reforma de Frei Brás de Braga), e também razões de ordem demográfica, que presidiram à deslocação do mosteiro de Grijó para as proximidades do Porto, que então beneficiava de razoável crescimento.

Este mosteiro de Grijó está situado no seu Couto, comarca da cidade do Porto, distante dele treze legoas para a parte do Sul e ao Poente da Estrada Real, que corre da mesma cidade para a de Coimbra em distancia quazi de meia legoa e apartado da Costa do Mar. (Amorim,1997:17) ²⁵.

Apesar do enquadramento geográfico do território de Grijó, com o rio Douro a norte, os monges agostinhos estavam sobretudo limitados pela cidade do Porto e pelo respectivo bispo, tendo sido o ano de 1536 o da mudança do prior e cónegos para a Serra de Quebrantões, serra sobranceira à urbe portuense, onde fundariam tempos depois o mosteiro de Santo Agostinho da Serra (Amaral: 1994).

As propriedades administradas pelo mosteiro abrangiam uma área agrícola de grandes dimensões. Para a cultivar era necessário grande volume de trabalho. À Igreja de Compostela o mosteiro de Grijó pagaria de tributo o *vodo* (votos de Santiago), embora sem definição exacta do encargo ²⁶.

Convirá dizer que a peste atingiu a Europa na segunda metade do século XIV (1347-1353) e provocou a morte a 75 milhões de pessoas. Naturalmente que em Portugal se reflectiram as suas consequências ao nível da falta de mão-de-obra para trabalhar os campos, abandono do cultivo e escassez de bens produzidos.

Assim, da interpretação do património dos mosteiros de Grijó e da Serra do Pilar e respectivos conteúdos, da vivência de Eça no Solar dos Condes de Resende, até à mostra das actuais Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo, recordando o

²⁴ Na Rechousa, junto à rua Senhora do Monte, a construção de uma urbanização destruiu vestígios de um troço desse itinerário, tendo a uma das suas ruas sido dado o nome de rua da Estrada Romana - <http://www.viasromanas.pt/vrnews.html>, acedido em 18.08.2016.

²⁵ Citando A.D.P. – S.M., M. Gr., nº 95 – Inventário de 1770.

²⁶ Amaral (1994:131), citando o Padre Avelino de Jesus Costa.

escultor Soares dos Reis, visitando a Casa Barbot, não faltam motivos e razões para preencher de interesse o roteiro proposto.

Segundo o Turismo de Portugal, a actividade relativa aos percursos (*tour*, rota ou circuito) tem como motivação principal descobrir, conhecer e explorar os atractivos de uma região. A rota deverá ter um nome que traduza a essência da experiência oferecida, ser facilmente compreensível por todos, ou pela maioria dos clientes, e deverá ser sugestiva e atractiva, com elementos estruturais: um ponto de entrada ‘forte’, que dê força e prestígio ao conjunto da rota; um ponto de chegada também forte, que proporcione uma meta física e emocional aos viajantes (elemento de grande força motivadora); um sistema de sinalização específico da rota; material informativo (mapas, plantas, pontos de interesse, actividades que podem realizar); e, símbolo gráfico que expresse a identidade e o conteúdo da rota ²⁷.

Seria então necessário ‘valorizar’ o ponto de partida, com um apelo cultural e histórico, e, em termos logísticos, adoptar uma sinalização específica, editar material informativo sobre os pontos de interesse e criar um símbolo próprio.

Ora, do roteiro que no capítulo 3. se apresentará, é indubitável que é forte o ponto de chegada no sentido sul/norte: o mosteiro da Serra do Pilar, onde se engloba a magnífica vista sobre Gaia e o Porto, os respectivos centros históricos, incluindo as caves, tradicionais armazéns, de vinho do Porto, como Martins (2006:292) qualifica: *As imagens mais entusiasmantes da cidade do Porto, (...), são fixadas ou recolhidas de Vila Nova de Gaia. Os investimentos e a requalificação do ‘Cais de Gaia’, (...), constituiu um excelente serviço ao Porto-Património Mundial, (...) para promover o burgo antigo e afinal o lugar onde se verificam as maiores concentrações de turistas.*

2.4 Notas para a construção de um roteiro cultural

O *touring* representou no Verão de 2006 a segunda motivação dos turistas que visitaram Portugal (34%), sendo que Portugal é visto como um país com mais simpatia e um preço inferior ao de Espanha, mas com piores infra-estruturas hoteleiras, relação qualidade /preço mais desfavorável e menor qualidade de actividades disponíveis relacionadas com o *Touring* (PENT: 2006).

²⁷ ‘Touring cultural e paisagístico’, Lisboa, 2006.

Assim sendo, este programa estratégico aconselha a promoção de circuitos que aproveitem e potenciem locais ímpares com património natural, paisagístico, histórico e cultural, estruturando a oferta: criação de rotas temáticas (ex: património mundial, monumentos, sítios e paisagens culturais e rotas religiosas, designadamente na região do Porto e Norte).

Também na ‘Estratégia de Marketing de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal, horizonte 2015-2020, de entre as opções estratégicas constam o ‘*touring* cultural e paisagístico’, promovendo rotas temáticas e genéricas que permitam valorizar a diversidade de recursos históricos e culturais. Bem como o ‘turismo religioso’, onde se inclui o turismo religioso no turismo cultural. Comunicando através dos suportes, que refere, a contemplação do património, viver tradições e costumes, o património religioso e as manifestações culturais e religiosas da região.

Citando A. Boret (‘Itinéraires de tourisme’, Éditions Jacques Lanore, 1989), Cluzeau (2013:45), evidencia que o itinerário, pedra angular do turismo cultural, reflecte a sua concepção e a sua organização.

E o talento dos organizadores de viagens culturais consiste em dosear-lhe as sequências. O lado intelectual: a fiabilidade e a qualidade das informações fornecidas, a capacidade de maravilhar, a emoção, as dificuldades aceitáveis e o lúdico. E o lado logístico: transportes, alojamento, acessibilidade ao património visitado e eventos propostos, a restauração. E o/a guia acompanhante tem um papel crucial.

Teoricamente, a construção de um roteiro deveria previamente obedecer a estudos adequados por técnicos habilitados.

Adaptamos um percurso desse faseamento de Pereiro (2002):

1º) Estudar o contexto sociocultural no qual se insere, conhecer o funcionamento do grupo humano que vai interpretar e os recursos potenciais. Isso pode significar uma ajuda para uma melhor comunicação com os locais e visitantes. 2º) É importante estudar os visitantes potenciais e reais, o seu número, as suas expectativas, as suas motivações, o seu perfil sociocultural, os seus rituais e itinerários no local de destino. (Estas duas primeiras fases devem ser desenvolvidas com metodologia científica por especialistas, antropólogos, sociólogos, economistas, geógrafos, etc., que trabalhem como consultores ou assessores). 3º) É essencial definir um roteiro de acordo com um argumento ou um tema. Aqui o tema, apresenta-se como uma questão aberta, isto é, o tema ou argumento pode variar desde o percurso vital de um escritor até um circuito ou rede de museus, depende sim dos recursos endógenos da cidade e os seus aproveitamentos. A pergunta desta fase seria o que

queremos comunicar? 4º) Comunicar e interpretar através de diferentes suportes o itinerário, desde um folheto, até um cartaz ou uma página web são meios através dos quais se pode divulgar um itinerário cultural. Neste ponto deve ser pensada a área de influência ou difusão, os pontos de difusão e o ficheiro de contactos. 5º) Envolver a comunidade local no roteiro, estabelecendo acordos e compromettimentos de demonstrada rentabilidade. A realização do roteiro integra também esta fase, junto da avaliação da experiência pelos seus participantes, com o fim de retro-alimentar e melhorar o seu desenvolvimento.

Também todo território municipal de Vila Nova de Gaia, não só na ‘cidade’, integra um vasto património, monumental, ambiental e artístico, que pode e deve ser mostrado.

Em dissertação de mestrado em turismo da FLUP orientada pelo professor Luis Martins, Ferreira (2011: anexo 1) efectuou o levantamento de quatro percursos pedestres, no município de Vila Nova de Gaia:

1. Percorso ambiental:

Entre a Beira-Rio e o Parque Biológico (12 km), e a Vila de Avintes e Pedra da Audiência (3 km).

Motivos de interesse: Caves de Vinho do Porto, cruzeiros fluviais, vista panorâmica, rua Cândido dos Reis, Arcos do Sardão, Casa Van Zeller e Quinta de Santo Inácio.

2. Percorso em torno do Solar dos Condes de Resende:

Entre o Cais de Gaia e o Coreto de Canelas (12 km), e o Coreto de Canelas e o Solar dos Condes de Resende (1 km).

Motivos de interesse: Convento Corpus Christi, Igreja de Santa Marinha, Caves do Vinho do Porto, vista panorâmica, cruzeiros fluviais, acesso à internet sem fios, Igreja Paroquial de São João Baptista e Solar dos Condes de Resende.

3. Percorso Rio-Mar:

Entre o Cais de Gaia e a Afurada (3 km), a Afurada e o Cabedelo (2 km), o Cabedelo e as praias (1 km), as praias e o Senhor da Pedra (7 km), o senhor da Pedra e o Centro de Educação Ambiental Ribeiras de Gaia (1 km), entre este e a Estação Litoral da Aguda (3 km), entre esta e a Granja (2 km), e até ao Mosteiro de Grijó (8 km).

Motivos de interesse: Convento Corpus Christi, Igreja de Santa Marinha, Caves do Vinho do Porto, vista panorâmica, cruzeiros fluviais,

acesso à internet sem fios, tipicismo da Afurada (embarcações, pesca tradicional, mercado do peixe, casario, vista panorâmica, via pedonal e travessia de barca para o Porto), flora e fauna, baía de São Paio, bares de praia, ciclovias, passadiço, voleibol de praia, surf, Capela do Senhor da Pedra, parque infantil, parque de merendas, circuito pedonal, campo de Golfe de Miramar, tipicismo da Aguda, Parque da Aguda, estância balnear da Granja (séc XIX), piscina de água salgada, e Aqueduto das Amoreiras.

4. Percurso Gaia e os seus encantos:

Entre o Mosteiro da Serra do Pilar (Património Mundial) e o Jardim do Morro (300 m), o Jardim do Morro e a Casa Barbot (400 m), a Casa Barbot e a Casa Museu (300 m), Casa Teixeira Lopes/Galerias Diogo de Macedo (500 m), da Rua General Torres ao Largo da Ponte (300 m), do Largo da Ponte ao Largo Miguel Bombarda (300 m), deste à Igreja de Santa Marinha (350 m), da Igreja ao Convento de Corpus Christi (250 m), e deste ao Cais (400 m).

Motivos de interesse: Mosteiro da Serra do Pilar, miradouro do centro histórico de Gaia, Casa Barbot, Casa Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo, Quinta da Boeira, Ponte Luiz I, Casa Calém, Capela de N^a S^a da Piedade, Caves do Vinho do Porto, Casa Sandeman, Rua Cândido dos Reis, Mercado da Beira-Rio, Casa dos Almadás, Casa Ramos Pinto, parque infantil, Convento Corpus Christi, Casa Ferreira, e cruzeiros fluviais.

Do respectivo anexo II, o autor faz constar a representação cartográfica e monitorização dos percursos. A par dos quatro percursos de Vila Nova de Gaia, Ferreira (2011) extraiu um quadro com um levantamento de critérios relativos à caracterização do percurso, caracterização geográfica e motivações turísticas. E sobre as motivações, separa-as em três áreas:

- Área de lazer: com exemplos no Cais de Gaia, Caves de Vinho do Porto, Cruzeiros no Rio Douro, Parque Biológico, Zoo Santo Inácio, Miradouro da Serra do Pilar e Jardim do Morro;

- Cultura e Património: designadamente o Centro Histórico de Gaia, Igreja de Santa Marinha, Convento Corpus Christi, Coreto de Canelas, Solar dos Condes de Resende, Capela do Senhor da Pedra, Estação Ferroviária da Granja, Mosteiro de Grijó, Casa Barbot, Câmara Municipal de Gaia, Casa Teixeira Lopes, Galerias Diogo de Macedo,

Igreja de Santa Marinha. Ponte Luiz I, Capela do Sr. da Pedra, Mosteiro de Grijó, e Capela do Bom Jesus;

- Património Natural e Balnear: sobretudo Baía de S. Paio, Cabedelo, Orla Marítima de Gaia, Ribeiras de Gaia, E.L.A., e Parque de Dunas da Aguda.

Uma referência ainda para o pedestrianismo como modalidade no âmbito da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, entidade homologadora de percursos pedestres²⁸.

Do respectivo regulamento consta que o pedestrianismo se pratica, em geral, em caminhos tradicionais e antigos, que merecem ser preservados, por serem um meio privilegiado de contacto com a natureza e de interpretação do meio ambiente promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza.

Para além do exercício físico, parece haver no pedestrianismo uma motivação paralela para o conhecimento do património arquitectónico, arqueológico, ambiental e paisagístico, tendo como referência a conservação da natureza.

O roteiro cultural sugerido no presente trabalho, capítulo 3., não pretende ser tão abrangente em termos geográficos, como o que decorre do de Ferreira (2011). Mas, é o que se deseja, tenta ser um contributo para a divulgação de espaços, que merecem ser trazidos ao debate sobre a problemática turística e, se possível, mais visitados pelos turistas que chegam a Vila Nova de Gaia.

²⁸ www.fcmportugal.com, acedido em 13.01.2016.

CAPÍTULO 3. UM ROTEIRO CULTURAL - DO MOSTEIRO DE GRIJÓ AO MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR.

Cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios, cuja escolha está ligada a numerosos critérios, como sejam a interrogação de partida, a formação do investigador, os meios de que dispõe ou o contexto institucional em que se increve o seu trabalho (Quivy e Campenhoudt, 2013:68).

3.1 Sobre a estratégia de investigação do roteiro em estudo

O ponto de partida envolve a procura de razões para a possibilidade de estabelecimento de um roteiro cultural no percurso de ligação entre o mosteiro de Grijó e o mosteiro da Serra do Pilar. O que não dispensará, numa eventual fase investigatória subsequente, os estudos para implementação prática do roteiro, entre outros os da cartografia, da logística da acessibilidade, da divulgação e da promoção, fases associadas ao que sempre se terá também como uma das finalidades da oferta de produtos turísticos, isto é, a do interesse na melhor captação de visitantes/turistas.

Segundo Azevedo (2014:51), o caso metodológico, tendo por referência o território concelhio de Vila Nova de Gaia, poderia desdobrar-se nalguns casos em análise? Isto é, poderíamos separar cada espaço patrimonial e efectuar sobre cada um deles um estudo. Seria uma tarefa demasiado pesada. Também poderíamos optar por escolher um só dos espaços, por exemplo o mosteiro da Serra do Pilar, e partir para uma investigação sobre os perfis e motivações dos seus visitantes.

A ideia foi contudo a de conceber uma proposta de roteiro cultural, num percurso e património concreto, mas que não deixará de ser um estudo de caso de objecto ideal. Que poderá ser concretizável. O roteiro poderá basear um produto turístico na medida em que, paralelamente, parece haver potencial procura turística. E a estratégia turística oficial aponta para o desenvolvimento deste sector.

Segundo dados do INE ²⁹ as chegadas de turistas internacionais à Europa no período de 2010 – 2014 vem sempre em crescimento. E em 2014 esse número representa cerca de 51,4% do total mundial de chegadas.

Sendo que no *ranking* de 2014 dessas chegadas, Portugal ocupa o 35º lugar, tendo subido uma posição em 2014. Mas os nossos vizinhos França e Espanha ocupam nesse *ranking* os 1º e 3º lugar, respectivamente. Isto é, pela tendência e pela envolvimento geográfica de Portugal, o ambiente turístico vem sendo favorável.

As nossas receitas de *Viagens e Turismo* continuam a aumentar – mais 12,4% relativamente a 2013. Sendo que os quatro principais mercados emissores de receitas foram em 2014 a França, o Reino Unido, a Espanha e Alemanha, embora com 57,3% do total das receitas. Portanto, são mercados de enorme potencial.

Em 2014, o conjunto dos meios de alojamento turístico portugueses recebeu 17,3 milhões de hóspedes, mais 13,9 % que em 2013. Das dormidas, 48,8 milhões em 2014, 30, 7% (15 milhões) foram de residentes e 69,3% (33,8 milhões) de não residentes. Na região Norte pernoitaram 12,4% do total.

Em 2015 ³⁰ as chegadas de turistas internacionais atingiram em todo o mundo 1183,8 milhões, mais 50,1 milhões que em 2014. Como em 2014, mais de 50% (607,6 milhões) das chegadas de turistas internacionais concentraram-se na Europa. Destes, corresponderam 75,6 milhões ao Norte da Europa, 179,7 milhões à Europa Central, 127,1 milhões à Europa Central e do Leste, e 225,5 milhões ao Sul da Europa e Mediterrâneo.

No *ranking* de 2015, Portugal subiu de 27º para 26º lugar em termos de receitas de turismo internacional, e de 36º para 33º no que respeita a chegadas de turistas. Os quatro principais mercados emissores de receitas – Reino Unido, França, Espanha e Alemanha – asseguraram 58,8% das receitas portuguesas.

Segundo a PORDATA ³¹, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros foi em 2001 de 240.069 em Gaia e de 958.581 no Porto. Com uma subida muito significativa para 2013, cerca de 100%, isto é, 435.438 em Gaia e 2.012.153 no Porto. A estada média

²⁹

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=139601&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt, acedido em 20.07.2016.

³⁰

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=265858123&PUBLICACOESmodo=2, acedido em 28.07.2016.

³¹ In www.pordata.pt/Tema/Municipios/Turismo-84, acedido em 02.08.2016.

nos estabelecimentos hoteleiros não variou significativamente nesses dois anos, 1,6 /1,5 em Gaia, e 1,8/1,9 no Porto. Relativamente à proporção de hóspedes estrangeiros, era em 2001 de 31,2% em Gaia e de 52,7% no Porto. Percentagem que em 2013 se manteve próxima em Gaia, 29,6%, mas subiu no Porto para 66%.

Relativamente a 2014 e a Vila Nova de Gaia, o INE ³² publicou números relativos aos números de estabelecimentos hoteleiros, hotéis, capacidade de alojamento, hóspedes, dormidas, estada média e proporção de hóspedes estrangeiros – Quadro 3, nos anexos.

E, pelo que se conhece, na zona histórica de Gaia só existe um hotel, e de 5 estrelas, e já vai havendo algum alojamento local. Isto é, a oferta hoteleira de Gaia existe, mas na zona alta próxima do Cais, junto à zona comercial da Arrábida e na avenida da República, sobretudo.

Por outro lado, nos últimos anos vem-se verificando que há uma imensa quantidade de turistas do Porto que, especialmente na época alta mas não só, se dirigem da ribeira do Porto ao Cais de Gaia. E pode verificar-se que assim é pelo movimento de pessoas que atravessam a pé o tabuleiro inferior da ponte Luis I, do Porto para Gaia. Por várias motivações aparentes, desde as visitas às caves de vinho do Porto até a de que a zona histórica de Gaia é um óptimo miradouro do Porto.

Como se transcreve acima, a investigação é uma experiência única com as escolhas e limitações adequadas à circunstância. Não raro poderá suceder que o apurado numa entrevista exploratória possa também ser aproveitado como recolha de informação. Do entrevistado e por observação directa.

E, esta última, favorecida por razões que têm que ver com a ausência de intermediação, uma vez que esta introduz insuficiências através da intervenção de terceiros.

Embora não fosse o objectivo central do estudo, também por razões da ordem da execução prática, face à diversidade e número dos espaços no percurso, se afastou a utilização de inquéritos por questionário.

O ponto de partida do trabalho aponta para a procura de razões ou contributos tendo em vista o estabelecimento de um roteiro cultural.

Esse roteiro pretenderá evidenciar também o património cultural adjacente a esse trajecto. Efectuámos visitas a esses espaços. Não sendo um roteiro já estabelecido no terreno, não houve a preocupação central de analisar os perfis e motivações dos visitantes dos diversos espaços, através de questionários adaptados aos visitantes de cada um.

³² <https://www.ine.pt/documentos/municípios/1317.pdf>, acedido em 20.07.2016.

Aliás, dada a diversidade desses espaços – mosteiros, museus, património arqueológico, património natural, etc. – e dos diversos públicos, a análise dos dados sobre perfis e motivações dos visitantes não seria eficaz para ‘responder’ ao objectivo de partida e introduziria uma dimensão que nos parece não relevante. Como referiu um entrevistado, um espaço pode ser visitado por grupos de alunos das escolas ou, por outro lado, nele entram pessoas que só pretendem saber o que é, ou só pedir uma informação lateral.

Mas também a observação directa tem requisitos. Segundo Gonçalves (2004) é necessário observar o quê, a quem, e como.

Neste estudo de caso, um roteiro idealizado, também parece não haver uma população alvo. A ser viável o roteiro, haverá vários segmentos de mercado donde poderá resultar o que poderá vir a constituir a procura turística.

Contudo, este entendimento não significa que não deixe de se dar notícia do que resultou da recolha de informação de uma pluralidade de fontes. Informação documental: sobretudo da bibliografia, da imprensa, dos *sites*, os folhetos disponíveis nos locais, de fotografias expressamente obtidas.

Referir também do que foi possível observar directamente nas várias visitas aos espaços patrimoniais e do que por motivos profissionais se vê e se ouve, sobretudo na zona histórica de Gaia e aos seus visitantes.

E deixar respostas do recolhido através das entrevistas aos responsáveis pelos locais.

3.2 Perfis dos visitantes: anotações

Sendo um bom suporte para este trabalho, as entrevistas não constituíram a única técnica de recolha de dados e de informações por excelência ³³. Contudo, serviram para recolher informação sobre a valoração relativa, actividades e perspectivas para os espaços que os entrevistados estavam a representar. Foram efectuadas quatro entrevistas: aos responsáveis pelo Albergue de Grijó, próximo do mosteiro de Grijó, pelo Solar Condes de Resende, afecto à Câmara Municipal de Gaia, pela Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo, afectos também à Câmara de Gaia, e ao dirigente da DRCN, a propósito do mosteiro da Serra do Pilar.

³³ Sobre a técnica da entrevista, Azevedo (2014:58).

Para as entrevistas foram utilizados os guiões em anexo. Onde se pode constatar que não foi posta a questão do objectivo central do trabalho académico, isto é, das razões e contributos para o concreto roteiro cultural proposto. A pergunta, directa, poderia conduzir ao comentário sobre o objectivo, o que se pretendeu evitar.

Efectuámos observações directas a todos os espaços que integram o roteiro proposto, incluídas duas visitas ao mosteiro de Grijó, ambas ao sábado, após informação telefónica prévia dos horários de abertura.

3.2.1 Em **Grijó**, algumas centenas de metros a Sul do Mosteiro, próximo da entrada no município, está situado um **albergue** para peregrinos.

Em entrevista semi-directiva com o responsável, segundo o guião do anexo 1, foi referido que o albergue está aberto desde Junho de 2014, portanto há cerca de um ano e meio. Do que se poderá deduzir que ainda não será muito divulgado, no sentido do aumento do número de utentes.

Os peregrinos viajam prioritariamente a pé, embora vão aparecendo alguns de bicicleta. Aparecem jovens, mas a maioria são seniores e estrangeiros, cujos países emissores (Quadro 5, Anexos, p. 81).

Os utentes do albergue mostram motivação de devoção, mas também de aventura. Alguns interessam-se pela história do mosteiro de Grijó e visitam-no.

Refere que o caminho de Santiago, de Sul para Norte, não é difícil, e está sinalizado, incluído o atravessamento da serra de Canelas, que considera até o mais interessante para os peregrinos.

Ao nível da restauração, a criação de um ‘menu peregrino’, mais barato, p. ex. em Perosinho, seria uma boa iniciativa. E talvez melhor informação através de folhetos.

Embora considere que o peregrino não tem tempo, alguns, que apelida de ‘turigrinos’, amantes do turismo barato, fazem o percurso para o Porto na parte da manhã, e aproveitam o resto do dia para conhecer as caves do vinho do Porto, em Vila Nova de Gaia, e também para conhecerem um pouco da cidade do Porto.

Mas também há um tipo de peregrino que faz o percurso em sentido contrário, isto é, de Norte para Sul, que começa em Santiago de Compostela e vai até Fátima. Divergem do peregrino do ‘13 de Maio’ na medida em que estes percorrem cerca de 80 km por dia, e os de Santiago percorrem cerca de 15 km por dia, isto é, a distância entre Grijó e Gaia.

Forneceu-nos outros dados estatísticos: Quadros n.ºs 6, 7 e 8 (Anexos, p.82).

3.2.2 Efectuámos também uma observação no **mosteiro de Grijó** numa tarde de sábado de Março de 2016.

Obtivemos a informação de que o mosteiro, a cargo da paróquia de Grijó ³⁴, abre (só) ao fim de semana, com celebração de missa ao sábado às 18h e ao domingo às 7 h, 11 h e 18 h. Encerra para descanso à terça-feira. Nos restantes dias úteis será conveniente telefonar para a paróquia antes de intentar a visita.

Abriga algumas actividades: exposições temporárias de arte, concertos de órgão de tubos no Verão e pequenas feiras com objectivos filantrópicos.

Voltámos a fazer outra observação numa tarde de sábado de Agosto de 2016.

3.2.3 Em Fevereiro de 2016, pedimos e foi concedida uma entrevista com um dirigente da DRCN nas instalações da Casa de Ramalde, Porto, a propósito do **mosteiro da Serra do Pilar**, segundo o guião que constitui o anexo 4.

Que o número de visitas ao Mosteiro em 2015 foi de cerca de 30 000, com maior incidência no período de Abril a Outubro. Em 2015 houve um acréscimo de cerca de 20% relativamente a 2014. Dos 30 000, cerca de 65% são estrangeiros. Os países emissores são França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, isto é, os turistas ‘normais’ do Porto.

A motivação principal para a visita ao espaço é a de ser Património Mundial. Individualiza-se por ser um edifício da renascença, o único na península ibérica e o único mosteiro com claustro circular. Para além da igreja e da sala do capítulo.

Vão visitá-lo, com disponibilidade reduzida, na medida em que até perguntam quanto tempo demora a visita.

Em geral não pretendem conhecer a história do mosteiro, com excepção dos brasileiros, os mais interessados. E só os portugueses, e do Norte, perguntam pelo mosteiro de Grijó, questão introduzida na visita guiada.

O local é estratégico em termos de divulgação do património a Norte, e daí a publicitação desse património a Norte aquando da visita. O mosteiro da Serra do Pilar é utilizado como uma janela do património a Norte do Douro.

Posteriormente solicitámos por *email* a possibilidade de obtenção dos dados desagregados relativos a 2015/2016. O que nos foi gentilmente enviado por email de 01.07.2016 (Quadros 9 e 10, Anexos, pp. 83,84).

³⁴ Só o mosteiro. A propriedade anexa é pertença de um conhecido industrial da zona.

Entre outros, constata-se a tendência de aumento do número total de visitas, 28 740 em 2015, relativamente aos 18 274 relativos a metade do ano (até Junho) de 2016.

Outra constatação, a de que o número de visitantes estrangeiros tem tendência para um grande aumento em 2016, 14 194 até Junho, face ao total de 2015, 18 888.

Foi-nos também facultada a desagregação dos dados de estrangeiros, por nacionalidades e meses da visita.

Merece-nos um comentário a utilização do mosteiro da serra do Pilar como janela para a divulgação do património a Norte. Isto é, o património a norte do rio Douro, e centrada neste, com excepções marginais no interior. Ora, o mosteiro da Serra do Pilar está situado em Vila Nova de Gaia. E o mosteiro de Grijó também está afecto à DRCN.

Porque não então aquela janela também ser utilizada para a divulgação do património de Vila Nova de Gaia?

Um exemplo. Se os brasileiros são os mais interessados aquando da visita ao mosteiro, se o escultor Teixeira Lopes foi quem concebeu a porta da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro (ilustração 10.3), porquê não divulgar junto dos brasileiros também a Casa-Museu onde se encontra o atelier do escultor? A perspectiva metropolitana ou regional apontada no capítulo 2., tem aqui um exemplo de adequação prática. O Estado, no mosteiro situado em Gaia, e a autarquia, na Casa-Museu, duas entidades com idêntico interesse. Captação de visitantes e possibilidade de aumento da média diária de pernoitas por hóspede.

Comprovámos essa estratégia com uma visita iniciada com o visionamento de um vídeo com o título de ‘O Douro da minha paixão’.

Do que aqui interessa relevar ³⁵, o espaço dispõe de uma sala/exposição com diapositivos exibindo património religioso (p. ex. a igreja matriz de Caminha), património militar (p. ex. a vila amuralhada de Numão, no Douro), património arqueológico (p. ex. o mosteiro do castro de Avelãs), património civil (p. ex. o domus municipalis de Bragança), o centro histórico do Porto e de Gaia. Isto é, património a norte afecto à DRCN.

A missão da exposição, está escrito num quadro, é a de ‘... *mostrar alguns dos mais significativos monumentos da Região Norte e convidar à sua visita. (...) Região Norte como uma região de Turismo Cultural de excelência, associada à marca já*

³⁵ Em sala anexa ao claustro há um estudo, em escultura, da estátua de D. Afonso Henriques (patrono do exército), da autoria de Soares dos Reis, inaugurada em 1874 em Guimarães (fotografia 11.3).

internacionalmente consagrada dos Patrimónios da Humanidade do Porto, Guimarães, Alto Douro Vinhateiro e das Gravuras do Coa'.

Os diversos monumentos estão assinalados em amplo mapa de parede, com a respectiva localização geográfica, a maior parte a norte do rio Douro ou dele marginal. O mosteiro de Grijó, o castelo de Santa Maria da Feira e o mosteiro de Santa Maria de Arouca, também afectos à DRCN e situados a sul do rio Douro, não surgem envolvidos na estratégia que aponta para o concreto património envolvendo o Douro e o Norte.

3.2.4 Solicitámos também uma entrevista aos responsáveis da **Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo**. Pediram-nos o guião, anexo 3, para resposta por escrito, e satisfizeram o pedido.

Assim, responderam que o público afluí durante todo o ano, mas é maior entre os meses de Abril a Setembro. Sendo significativa a afluência em 2015, maioria de nacionais portugueses do Norte e Centro, notam que o número de estrangeiros tem vindo a aumentar, com origem em França, Espanha, Alemanha, Inglaterra, EUA e Itália. Mas não constatarem peregrinos de Fátima ou de Santiago entre os visitantes.

Procuram a Casa-Museu para conhecimento do espaço onde trabalhou e viveu um dos maiores escultores portugueses, António Teixeira Lopes (1866-1942). E também porque possui um espólio riquíssimo de esculturas e desenhos do patrono e uma colecção de pintura com obras dos maiores naturalistas portugueses, sobretudo Silva Porto e Marques de Oliveira. E na colecção de pintura modernista de Diogo de Macedo estão representados pintores como Amadeu de Sousa Cardoso, Almada Negreiros e Modigliani.

Consideram a Casa-Museu, projecto de José Teixeira Lopes (irmão do escultor), local de visita obrigatória, também porque permite observar as obras do mestre António Teixeira Lopes e o espaço onde viveu e trabalhou, bem como a colecção de arte negra, com peças únicas no mundo.

Continuando a tradição do mestre, após doação à Câmara Municipal de Gaia em 1933, realizam visitas guiadas personalizadas e gratuitas.

A visita ao espaço contribui para o melhor conhecimento da zona. Por um lado, o bilhete de identidade de Gaia é *Cidade dos artistas*. E porque do seu espólio constam também objectos de imaginária realizados pelos santeiros locais, peças em cerâmica das 25 fábricas de cerâmica que existiram em Gaia, com destaque para a Fábrica de Cerâmica das Devesas, de que foi fundador José Joaquim Teixeira Lopes, pai de António Teixeira Lopes, e as obras de grandes entalhadores de Avintes.

Sendo local de cultura, arte e lazer, situado no centro da cidade de Gaia, próximo da estação de comboio e do metro, é um local de complemento à vida social/profissional que fornece um serviço de carácter educacional, cultural, artístico e de entretenimento lúdico, onde o visitante pode disfrutar a partir do jardim da Casa-Museu uma bela paisagem sobre o Porto.

Realizando exposições temporárias, relevam e promovem a obra escultórica e a colecção de António Teixeira Lopes e do escultor, museólogo e crítico de arte Diogo de Macedo. De que pretendem melhorar a divulgação e comunicação, continuando a missão de os dar a conhecer à comunidade. Continuando designadamente as exposições temporárias, o serviço educativo, os concertos de música e os recitais de poesia.

3.2.5 Deslocámo-nos também ao **Solar dos Condes de Resende** para entrevista semi-directiva com o responsável, segundo o guião do anexo 2, entrevista que resultou muito aberta.

Que o afluxo de visitantes é uniforme durante o ano. Não há picos de época alta. E há variedade de públicos. Os turistas visitantes são poucos, porque o Solar não integra qualquer rota turística. Não é à beira-rio, com os tradicionais armazéns de mercadorias diversas, agora utilizados como caves do vinho do Porto, ou a própria baixa do Porto! Não passam ali os autocarros turísticos *sightseeing!*...

Como nicho de mercado, o Solar interessa mais aos eruditos. A maior parte são portugueses. Contudo, não contabilizam o número de visitantes, onde se integram grupos de crianças das escolas. A visita é grátis.

Mas, como o jardim do Solar tem japoneiras, com cerca de trezentos anos, há muitos japoneses que o visitam, sobretudo na época da floração entre Novembro e Fevereiro. Inclusive já foi alvo de reportagem da estação de televisão japonesa NHK. Daí que do Solar haja um texto em japonês. Também é visitado por brasileiros ³⁶.

As principais motivações da visita são o Eça de Queirós. Ou a curiosidade pelo Solar – não sabem e vêm ver.

Os eruditos visitam-no a propósito do núcleo de arqueologia, da história de Vila Nova de Gaia. Das funções atribuídas ao Solar, que é uma estrutura da Câmara Municipal de Gaia sob a tutela directa do seu presidente, consta a função arqueológica. Guarda, entre

³⁶ Voltamos ao interesse dos brasileiros pelo património e cultura locais...

outros, o espólio do castelo de Gaia. Está-lhe associada a Confraria Queirosiana, para contributos designadamente financeiros.

A divulgação é feita através de folhetos e da página da Câmara na *net*. A sua missão é divulgar a história de Gaia numa perspectiva universal, não local. Dá um exemplo ³⁷ ³⁸.

Também ali se realizam feiras de novidades, queijos, etc., no 1º domingo de cada mês. Pretende um espaço polarizador, aglutinador da comunidade, com actividades diversas, concertos, bandas de música, ranchos folclóricos, etc., e utilização do auditório pela junta de freguesia e entidades diversas.

Como a ‘casa’ é laica, não perguntam a religião dos visitantes. Se são peregrinos de Santiago ou de Fátima ³⁹. Mas na capela do Solar está uma imagem de S.Tomé, obra do mesmo imaginário, o sr. Tedim (dos santeiros de Tedim), que também fez a Nª Sª de Fátima. Só que o S.Tomé não é um apóstolo conhecido!...

Do conteúdo do espaço, relevante para comunicar são as colecções de arqueologia, de que salienta duas placas de bronze romanas do século I, ano 7 e ano 9. E abrigam também exposições temporárias feitas por terceiros.

Sugere que o Solar poderia ser enquadrado no espaço verde da Serra de Canelas/Negrelas, salientando a trilha da mina, água que vem da serra só para o Solar.

Há sinalética adequada no local. O acesso ao local pode ser efectuado de automóvel, com estacionamento, ou, sendo de autocarro, na Avenida da República de Gaia, actualmente pela empresa MGC, com destino a Perosinho/Canelas.

³⁷ ‘Na Rua Rei Ramiro há uma propriedade que é pertença, desde 1415, dos Condes de Campo Belo, os «Cernaches», descendentes de Álvaro Anes de Cernache (Alferes de Aljubarrota). D. João I deu o senhorio, a jurisdição de Gaia a Grande.’

³⁸ No Largo de Aljubarrota, em frente ao Convento Corpus Christi, há um memorial sobre Álvaro Anes de Cernache, primeiro senhor de Gaia.

³⁹ ‘Andam aí com uma (...) chamada Caminho de Santiago ... que não há, nem houve. Os pobres, o povo, até tempos muito recentes, século XIX, não viajavam. Só os ricos ... Fruto da condição de orfandade humana, foi inventado o Santiago de Compostela a propósito dos mouros, no século VIII. (...). O (...) inventou o caminho pela serra de Canelas, menos segura, etc., para que o caminho acesse a freguesia e as pessoas lá passarem. Ora, a Estrada Real (EN1) seria a mais segura!... Os caminhos de Santiago são uma grande negociata, inventada pelos galegos...

3.3 Notas históricas sobre Vila Nova de Gaia e a propósito do roteiro

Um roteiro cultural deverá ter uma sustentação histórica, lendária ou outra que possa interessar o potencial turista.

Proporcionar-lhe esse enquadramento ajudá-lo-á a construir a sua experiência, embora o turista cultural, hoje em dia, já prepare a sua viagem, seja através de leituras ou imagens, seja por relatos de familiares e amigos.

E este pano de fundo é necessário também a qualquer guia.

A origem de Vila Nova de Gaia está, provavelmente, ligada a uma povoação ou castro celta. Na sequência da sua integração no Império Romano, esta área tomou o nome Cale, desenvolvimento de ‘Gall-’, com o qual os Celtas se refeririam a eles próprios.

Durante o período da administração romana, a maioria da população viveria na margem sul do Douro, enquanto na margem norte existia uma pequena comunidade em torno do porto de águas fundas, no local onde agora se situa a zona ribeirinha do Porto.

A designação toponímica da cidade do Porto, ‘Portus Cale’, significaria o porto - latim ‘portus’ – de Cale. O crescente desenvolvimento comercial na margem norte ditou-lhe, posteriormente, a fixação de elementos sociais fortes, tais como o clero e a burguesia.⁴⁰

Após a fundação e consolidação do reino de Portugal, as duas povoações, Gaia e Vila Nova, mantiveram-se autónomas.

A vocação mercantil das povoações medievais de Gaia e Vila Nova sempre se manifestou em aberta rivalidade com a vizinha vila do bispo, a futura cidade do Porto.

Gaia foi transformada em entreposto régio com o foral concedido em 1255 por D. Afonso III, e Vila Nova foi beneficiada pelo foral concedido em 1288 por D. Dinis. Estas cartas de foral isentavam as respectivas povoações do pagamento de portagem. A vontade régia ia no sentido de proteger e de promover o desenvolvimento dos ‘piscadores, dos carnífcies, dos tabernarius e dos mercadores’ daquelas povoações. E se D. Afonso III almejou fazer de Gaia o atracadouro de todas as mercadorias que entrassem pela foz do Douro, D. Dinis determinou que todos os vinhos que viessem pelo rio Douro fossem postos sob os ‘açougues’ no rio entre a vila de Gaia e a Vila Nova de Rei.

O vinho duriense era rivalizado pelos mercadores das povoações de ambas as margens do rio Douro. E os conflitos a propósito desta mercadoria foram constantes ao longo do século XIV. Todas as soluções e consensos ensaiados revelaram-se infrutíferos, as

⁴⁰ <http://arquivo.cm-gaia.pt>, acedido em 15.01.2016.

pressões exercidas pelos interesses, quer do bispo do Porto, quer dos respectivos vizinhos, acabaram por ditar às povoações de Gaia e Vila Nova a perda do controlo do comércio dos vinhos, consubstanciada no texto da carta de 24.05.1385, dada em Guimarães, e na qual D. João I entregava a jurisdição daquelas povoações à cidade do Porto. Tal facto representou um rude golpe na vocação mercantil exercida em liberdade pelos vizinhos daquela margem. No entanto, Vila Nova de Gaia, reconhecida sobretudo pela pujança agrícola, teve um papel fundamental no desenvolvimento comercial do Vinho do Porto, aqui tendo-se fixado no século XVIII a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, assim como os armazéns das diversas casas exportadoras. No século XIX, a cidade foi palco de várias batalhas significativas, nomeadamente nas Invasões Francesas (1807-1811) e nas Lutas Liberais (1828-1834), quando uma vez mais o Douro marcou a fronteira entre os beligerantes. Este segundo conflito proporcionou, aliás, a promoção e consolidação de uma das imagens de marca da cidade, mediante a fortificação do Mosteiro da Serra do Pilar aquando do cerco do Porto.

Por essa época, o relato de Link (1767-1851)⁴¹ .

«Mesmo em frente do Porto, na margem sul do Douro, parece encontrar-se outra cidade, não muito mais pequena que o próprio Porto. Para leste, na encosta de uma colina vêem-se uma série de casas dispersas que formam a povoação de Gaia, curiosa pela sua localização e pelo seu nome. Aqui terá sido em tempos situada uma terra Cale, referida pelos antigos. (...) Mai para leste chega-se à importante e populosa vila de Vila-nova do Porto (...). Entre Vilanova e Gaia, numa pequena planície à beira do rio, vêem-se aqueles enormes armazéns de vinho, onde este é guardado até à sua exportação. Um convento, numa colina alta e muito íngreme junto ao rio, conclui a leste esta comarca ruidosa».

Gaia, consequência da sua situação geográfica, é atravessada por quem de Sul para Norte se dirige ao Porto, ao Minho e à Galiza.

Contudo, face aos vários locais de origem, assim também se poderá dizer que haverá tantos caminhos de Santiago em Portugal utilizados pelos peregrinos rumo a Compostela, ao longo dos séculos de que há notícia desta peregrinação.

Como é costume dizer-se, todos os caminhos vão dar a Roma...

⁴¹ Link, H. F. , 'Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha', Biblioteca Nacional, Lisboa (2005).(Tradução, introdução e notas de Fernando Clara).

«Quem, ao longo da época medieval e moderna, rumou a Santiago de Compostela através da rede viária existente, palmilhou em parte o remanescente do sistema viário romano, ao qual se adicionou uma complexa teia de caminhos que os séculos subsequentes se encarregaram de diversificar e confundir»⁴².

E, acrescenta o mesmo autor, para chegar ao convento de São Salvador de Grijó e depois a Vila Nova de Gaia, era necessário percorrer a antiga estrada romana que, na documentação medieval, continua a ser designada por estrada mourisca ou estrada maior⁴³. Estrada, que também alguns designam por Estrada Real, cujo traçado não anda longe do que posteriormente veio a ser a estrada nacional (EN1/IC2). Observado dos dias de hoje, do sistema viário romano no actual território continental português, com cerca de vinte séculos, persistem hoje pequenos trechos de calçada e algumas pontes, que escaparam à implantação da rede viária actual.

Um exemplo de um troço desses caminhos romanos subsiste na serra de Canelas/Negrelos, freguesia de Vila Nova de Gaia, que vem sendo actualmente sinalizado e utilizado como integrando o caminho de Santiago.

As peregrinações a Santiago terão raízes no século IX, no tempo de Afonso II, das Astúrias. A este respeito há várias versões e lendas. Sendo assim, as peregrinações tiveram início vários séculos após a presença romana no noroeste peninsular ibérico.

Esquemáticamente, podem ser salientadas duas rotas principais de peregrinação, em Portugal na Idade Média. Uma, com origem em Lisboa, passando por Santarém, Coimbra e Porto, até Valença. A outra, interior, com as variantes Viseu – Lamego – Chaves, mais central, e Sabugal – Castelo Rodrigo – Miranda do Douro – Chaves, junto à actual fronteira. Convergindo ambas em Orense (Espanha).

Sendo que Coimbra, ao Centro, seria ponto de convergência de vários percursos.

«Aqui aparecem seis estalagens que serviam de apoio aos transeuntes. De Coimbra partia em direcção ao Porto uma importante estrada com intensa circulação, cujos pontos de hospedagem que serviam de base aos

⁴² Almeida, Carlos Alberto Brochado de, e outros, in «A grande obra dos caminhos de Santiago», IX volume, p. 66.

⁴³ Idem, p. 173.

caminhantes assentavam nas localidades de Avelãs de Caminho, Águeda, Aveiro e nos Mosteiros de Grijó e Pedroso»⁴⁴.

Nomes de localidades com ‘Caminho’, ‘Albergaria’, estarão associados aos poisos nos caminhos medievais que os viajantes procuravam para pernoitar e por razões de segurança, face aos assaltos de que poderiam ser vítimas, ao ponto de os peregrinos com bens não raro deixassem testamento antes do início da viagem.

Da vida do apóstolo Jacobus (Tiago, Jacques) sabe-se pouco.

Após ter derramado o sangue por fidelidade a Cristo, o seu corpo foi transportado à beira-mar e, guiados por um anjo, os discípulos levam-no numa barca regressando à Hispânia, onde o apóstolo terá pregado.

No noroeste peninsular entram na ria de Arosa e sobem o rio Sar. Entram nos domínios da rainha Lupa e, junto de Iria Flavia, amarram a barca a uma coluna, colocam o corpo sobre uma pedra, que amolece e toma a forma do apóstolo.

Após um episódio de transformação de touros selvagens em bois, entremeado com a derrota de um dragão com o sinal da cruz, a rainha autoriza a deposição das relíquias numa arca de mármore e a construção sobre ela de uma pequena capela.

Séculos mais tarde, ano 813, esta capela terá sido descoberta pelo eremita Pelaio que, com o bispo Teodomiro, transmite a notícia a Afonso II das Astúrias. Deslocando-se ao local, será o monarca considerado a partir daí o primeiro peregrino.

«(...), em 844, (já) Santiago aparecia milagrosamente combatendo ao lado do rei Ramiro I e das forças cristãs contra os muçulmanos, em Clavijo, dando origem à sua invocação guerreira, com o epíteto de Santiago Matamouros»

⁴⁵.

A descoberta do sepulcro de Santiago, facto duvidoso, estará assim na base da guerra contra os muçulmanos.

E outras razões, como os aumentos demográfico, do comércio, das áreas cultivadas e das cidades, aliados também a motivações religiosas, estarão na base das peregrinações, para ganhar indulgências, para fazer penitências, por condenações, e até por aventura.

⁴⁴ Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela», p. 81.

⁴⁵ Gil, Carlos; Rodrigues, João, (1997) *«Por caminhos de Santiago – Itinerários Portugueses para Compostela»*, Lisboa: D.Quixote, p. 12.

Citando o investigador Luis Carandell ⁴⁶, que refere que « em 1456, um viajante registou a presença de 84 navios de peregrinos no porto da Corunha, quase todos procedentes da Irlanda e da Grã-Bretanha. (...)», estas peregrinações tinham algumas aproximações ao turismo contemporâneo ⁴⁷.

‘ Hoje sabemos que a «lenda» de Santiago é uma narrativa que se enquadra no processo da expansão territorial da elite guerreira e senhorial asturiana, que se servirá de diversos mitos para alicerçar e legitimar uma «reconquista cristã» ‘ ⁴⁸

Desta peregrinação há um relato de finais do século XVI de Jean Baptiste Confalonieri, secretário do Núncio Apostólico em Portugal, deixado no diário *‘Memoria di alcune cose notabili occorse nel viaggio fatto da me Gio. Battista Confalonieri Sacerdote Romano in Portigallo’* (Cunha: 2001).

Deste relato há uma tradução em francês de José Martinez-Almoyna ⁴⁹, coincidente com o referido. A viagem começou em Lisboa em 20 de Abril de 1594 e, no dia 26 de Abril, pernoitaram no Mosteiro de Grijó dos monges de Santa Cruz de Coimbra, à distância de duas léguas, doze quilómetros, do Porto. Refere ainda que, nas redondezas, sobre a outra margem do Douro, em frente do Porto, localidade com 2.000 lares, há um célebre mosteiro de monges de Santa Cruz de Coimbra.

À presença muçulmana está associada a construção do Castelo de Gaia, num morro sobranceiro ao cais de Gaia a que se acede pela Rua Rei Ramiro, sensivelmente defronte do edifício da Alfândega do Porto, este na margem norte do rio Douro.

Tem tido intervenção arqueológica e foi classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 29/90, publicado no Diário da República nº 163 de 17 de Julho de 1990.

Do tempo da sua ocupação há uma lenda, lenda do rei Ramiro ou lenda de Gaia ⁵⁰:

A lenda de D. Ramiro remonta ao século X e refere que o rei Ramiro II de Leão se apaixonou por uma bela moura, irmã do seu rival Alboazer. Sob influência dessa paixão e pretendendo pedir a sua amada em casamento,

⁴⁶ Será, pela obra, Luis Carandell Robusté (1929-2002), autor «El caminho de Santiago», (1991), Barcelona: Lunwerg.

⁴⁷ Gil, Carlos; Rodrigues, João, p. 14.

⁴⁸ Cleto, Joel, (2016), ‘Guias do Caminho de Santiago – História e Guia do Peregrino’, fascículo 1, p. 3, Porto: Jornal de Notícias.

⁴⁹ ultreia.pagesperso-orange.fr - acedido em 06.02.2016.

⁵⁰ www.patrimoniocultural.pt – acedido em 29.01.2016.

Ramiro decidiu firmar a paz com Alboazer, sendo recebido no castelo deste, em Gaia, mas o mouro recusou o pedido. Ramiro raptou a sua amada, (...). Por vingança, Alboazer raptou a mulher legítima de Ramiro (...). Com a ajuda do seu filho, Ramiro acaba por matar o mouro e arrasar o Castelo de Gaia. A lenda conclui informando que Ramiro voltou para Leão onde finalmente se casou com a moura, de que teve vasta descendência.

Sendo lenda, há várias versões.

Numa outra, Gaia, rainha das Astúrias ou de Leão, mulher de D. Ramiro, meados do século IX, era uma escrava dos caprichos do seu rei. Longe, num castelo da margem esquerda do Douro, perto da foz, vive o rei mouro Abencalão Alboazar, que tinha negócios em comum com D. Ramiro.

Numa visita, Ramiro não resiste à beleza de Zahara, irmã de Alboazar, e acaba por raptá-la. Gaia, tomando conhecimento do acontecido, segue o mouro e refugia-se no seu castelo. O que se segue reporta-se á tomada do Castelo por Ramiro disfarçado de peregrino e auxiliado pelos seus comandados chefiados por seu filho Ordonho.

A lenda do rei Ramiro é também defendida como a adaptação de um conto desenvolvido a partir do texto bíblico e da figura do rei Salomão (Miranda:1988)⁵¹. Este conto teria penetrado na Europa entre os séculos XI e XII através de Bizâncio, dando origem a múltiplas versões em línguas diversas.

Almeida Garrett refere-se ao castelo e à lenda no poema *Miragaia*⁵², de que se transcreve parte da respectiva introdução.

Dos cinco aos dez annos de idade vivi com meus paes n'uma pequena quinta, chamada o «Castello», que tinhamos áquem Doiro, e que se dizia tirar esse nome da vizinhança das ruinas do antigo castello mourisco que alli jazem perto. Com os olhos tapados eu iria ainda hoje achar todos esses sitios marcados pela tradição popular. Muita vez brinquei na fonte do rei Ramiro, — cuja água é deliciosa com effeito; e tenho idêa de me ter custado caro,

⁵¹ Miranda, J. C. Ribeiro, 'A lenda de Gaia dos livros de linhagens: uma questão de literatura?', Revista da FLUP: Línguas e Literaturas, II^a série, vol. 5, tomo 2 (1988), p. 483- 516, in <http://repositório-aberto.up.pt> (acedido em 29.01.2016).

⁵² [https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_\(Almeida_Garrett\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_(Almeida_Garrett)), acedido em 06.02.2016.

outra vez, o imitar, com uma gaita da feira de San'Miguel, os toques da bozina de S. M. Leoneza, impoleirado eu, como elle, n'um resto de muralha velha do castello d'elrei Alboazar: o que meu pae desaprovou com tam significativa energia, que ainda hoje me lembra tambem.

Assim ólho para ésta pobre Miragaia como para um brinco meu de criança que me apparecesse agora; e quero-lhe — que mal ha n'isso? — quero-lhe como a tal. Não a julguem tambem por mais, que o não vale.

Lisboa 24 de Janeiro 1844.

Poema que termina assim:

— «Pois mira, Gaia!» E,
dizendo,
Da espada foi arrancar:
«Mira, Gaia, que esses olhos
Não terão mais que mirar.»

Foi-lhe a cabeça de um talho;
E com o pé, sem olhar,
Borda fóra impuxa o corpo...
O Doiro que os leve ao mar.

Do estranho caso inda agora
Memoria está a durar:
GAIA é o nome do castello
Que alli Gaia fez queimar;

E d'além Doiro, essa praia
Onde o barco ia a aproar
Quando bradou «Mira, Gaia!»
O rei que a vai degollar,

Ainda hoje está dizendo
Na tradição popular,
Que o nome tem — MIRAGAIA
D'aquelle fatal mirar.

3.4 O roteiro cultural que se propõe

Do município de Vila Nova de Gaia, ilustração 1, **Grijó** é a freguesia geograficamente mais a Sul. É também a porta de entrada no município de Vila Nova de Gaia, na perspectiva de um caminhante ou viajante que se dirige do Sul para Norte. Assim, após o quartel dos bombeiros de Lourosa (Santa Maria da Feira), saindo da EN1 à esquerda pela Rua da Relva, num trajecto de cerca de 2,7 km chega-se à Avenida do Mosteiro, onde se situa o mosteiro de Grijó.

Este roteiro foi estudado de molde a que o mosteiro de Grijó possa ser concebido como ponto de partida também para quem visita o centro histórico de Gaia e o mosteiro da Serra do Pilar, ilustração 2.

Para quem está na cidade de Vila Nova de Gaia, as ilustrações 3, 3.1 e 3.2 representam o trajecto entre o jardim do Morro/mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, e o mosteiro de Grijó. Esse percurso é de quase 15 km, subindo desde o início da avenida da República até à rotunda de Santo Ovídeo, entrando na A1 e seguindo para sul de Santo Ovídeo até à saída para Grijó, e dessa saída da A1 até ao mosteiro de Grijó.

Segmento 1. O nome Grijó, do Mosteiro de Grijó, terá tido origem em *Igryjo* (Igrejinha, Igrijola, *Ecclesiola*)⁵³. Isto é, o nome terá tido origem numa pequena igreja fundada em 912 por Guterres Suares e seu irmão Ausindo Suares, tendo o mosteiro sido fundado em 922 por eremitas de Santo Agostinho, que com licença do bispo diocesano passaram a Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra.

Segundo Pizarro (1987:159), o fundador foi Soeiro Fromarigues, que integrou a família patronal do Mosteiro de Grijó.

As vastas propriedades do Mosteiro de São Salvador de Grijó iam, sensivelmente, do rio Douro ao rio Vouga, do mar a Sever do Vouga, o que corresponde, aproximadamente, aos actuais concelhos de Vila Nova de Gaia, Espinho, Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azemeis.

⁵³ Azevedo, Carlos A. Moreira,(2011),‘Ordem dos eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)’, p.199.

Das muitas igrejas que integravam o Padroado do Mosteiro de Grijó, quatro situavam-se na área do actual município de Vila Nova de Gaia: Igreja de S.Miguel de Arcozelo, Igreja de Nossa Senhora da Expectação de Gulpilhares, Igreja de S.Salvador de Perosinho ⁵⁴ e Igreja de S. Mamede de Serzedo, integrando as duas últimas as três mais importantes (Amaral, 1994:55).

No século XVI, 1536, a pretexto de clima doentio e desagradável, húmido e frio, os cónegos deslocaram-se para a Serra de Quebrantões, junto ao Porto, para aí construírem um novo mosteiro.

Assim, aí posicionados, visitando o **mosteiro de Grijó**, da sua arquitectura há a destacar a fachada, a igreja, o claustro, a sacristia e o túmulo de Rodrigo Sanches, ilustrações 4.1 a 4.5.

A igreja foi concluída em 1626 e ocupa uma área destacada no conjunto. De nave única, com uma capela-mor, possui ainda três capelas e um altar de cada lado.

No claustro encontra-se o túmulo do infante D. Rodrigo Sanches, filho natural do rei D. Sancho I, morto em combate. O túmulo, do século XIII, feito em pedra ançã, está classificado como Monumento Nacional.

No claustro destacam-se ainda os painéis de azulejo, representando os evangelistas e doutores da igreja e ao centro uma fonte do início do século XVII.

Junto ao coro alto existe um órgão de tubos de finais do século XVIII, inícios do século XIX, recentemente restaurado. No século XVIII o seu interior foi renovado.

As artes decorativas do azulejo e da talha, características do Barroco, preenchem o seu interior, com destaque para a capela-mor.

A fachada, que acusa influências flamengas, foi enriquecida com vitrais da autoria do Mestre Júlio Resende, que representam a Trindade e a Criação.

A sacristia é um vasto espaço quase quadrangular com as paredes completamente revestidas a azulejo em tapete policromo ⁵⁵.

Segmento 2. Em Grijó poderá o visitante encetar um percurso de cerca de 15 km cujo destino, ao cabo de cerca de quatro horas, até um dia, consoante o espírito de peregrino,

⁵⁴ É junto à igreja de São Salvador de Perosinho que passa o percurso utilizado como caminho de Santiago, pela serra de Canelas/Negrelos (segmento 3.1).

⁵⁵ www.cm-gaia, acedido em 14.02.2016.

de turista ou de viajante, será o mosteiro da Serra do Pilar. Mas também poderá percorrer o trajecto a pé de bicicleta, de mota, de automóvel ou utilizando transporte público.

Saindo do mosteiro de Grijó para Norte, pela Alameda do Mosteiro, seguindo na rotunda à direita pela rua da Guarda e, umas centenas de metros à frente, subindo à esquerda pela rua Casal de Baixo, até Perosinho. Na deslocação, entre o mosteiro de Grijó e a rua 25 de Abril, junto à rua da Igreja de **Perosinho**, o percurso sugerido é feito por estradas municipais, ilustração 5.

Segmento 3. Aqui chegados, podemos seguir uma de duas alternativas.

Segmento 3.1 Alternativa 1: Pela Serra de Canelas/ Negrelos, ilustração 6:

O percurso de Grijó para a Serra do Pilar, pode coincidir com parte do mais utilizado Caminho de Santiago, sinalizado com as conhecidas setas amarelas. Chegados à Rua 25 de Abril, junto à Rua da Igreja de Perosinho, o percurso que vem sendo mais utilizado como caminho de Santiago faz-se atravessando a **Serra de Canelas/Negrelos**, sinalizado neste ponto com uma vieira embutida no empedrado, ilustração 6.1.

Em parte do percurso existe um pequeno troço de calçada romana, ilustração 6.2.

Este percurso, a efectuar a pé, terá significado próprio para os caminhantes, do qual não se excluíram o disfrutar da natureza e a aventura, ilustração 6.3. Até à Rua do Mirante, já nas proximidades da Rechousa (EN1/IC2), demora cerca de 1h a percorrer a pé.

Segmento 3.2 Alternativa 2: Pela Rua Delfim Lima, ilustração 7:

Quem pretender evitar a aventura da serra de Canelas/Negrelos, ou porque prefere o conhecimento do património construído, desce para Poente a Rua 25 de Abril, Perosinho, durante cerca de 800 m, até um posto de abastecimento de combustíveis, e sai para Norte à direita na Dr. Carlos Costa e depois continua na Rua Delfim Lima, durante cerca de 1 km, onde nas proximidades pode visitar o **Solar dos Condes de Resende**, ilustração 7.1.

Um pouco de história (Guimarães, S.:2006, pp.181-182):

«A Quinta da Costa, também chamada Quinta ou Casa de Canelas na sua última fase de ligação aos Condes de Resende, nome que já era utilizado esporadicamente, foi habitada até aos anos 60, altura em que a família passou a residir em Lisboa. Em 1984, foi adquirida pela Câmara Municipal

de Vila Nova de Gaia, já em completo estado de degradação e, depois de terem sido feitas obras de recuperação, passou a assumir a função de Casa Municipal da Cultura antes dos seus destinos funcionais terem sido traçados para esse objectivo, projectos houve de a transformar em escola preparatória e mesmo lar para terceira idade que, quando gorados, despoletaram uma certa resistência na população que vive na área circundante da casa, uma vez que viam nessas hipóteses um serviço social mais imediato e mesmo a possibilidade de criação de postos de trabalho. De salientar que o Solar, na altura da sua compra encontrava-se totalmente depauperado de todo o recheio transportável. A Quinta da Costa passou a ser designada por Solar Condes de Resende em homenagem aos seus últimos proprietários. Em 2002, a sua administração passou a estar vinculada à empresa GAIANIMA e a 20 de Novembro de 2004 foi assinado um protocolo, também tendo em vista a gestão e promoção cultural do Solar, com a Confraria Queirosiana – Amigos do Solar Condes de Resende, fundada em Junho de 2002, uma vez que lá está sediada e os seus objectivos estão inegavelmente ligados à casa.

Desde a sua adaptação a Casa Municipal de Cultura, continua a ser destinada às áreas de Arqueologia, História, Antropologia Cultural e Património. O arquivo que permitiu a elaboração desta tese foi adquirido pela autarquia aos herdeiros dos Condes de Resende e de Eça de Queiroz, tendo vindo a ser enriquecido com incorporações posteriores, Actualmente o Solar Condes de Resende é identificado com o estatuto de Casa Queirosiana de Gaia».

Residência senhorial rústica da época medieval, séc. XVI, e pertencente aos Condes de Resende, este lugar está intimamente ligado à vida e obra de Eça de Queirós, ilustração 7.2, que casou com uma das filhas dos titulares. Destacam-se a sua arquitectura, de estilo barroco regional Português, e o seu belíssimo Jardim das Camélias, com algumas espécies centenárias e frondosas japoneiras que envolvem um pequeno lago. Em 1984, o Solar foi adquirido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

O Núcleo Museológico de Arqueologia reúne um importante espólio de peças encontradas um pouco por todo o concelho, com destaque para as do Paleolítico e da Idade do Bronze. Peças encontradas na necrópole do Alto da Vela, em Gulpilhares, um importante monolítico do antigo Castelo de Gaia, as Tesserae Hospitalares do Monte

Murado e uma colecção de moedas encontradas na igreja de Gaia são alguns dos achados que podem ser apreciados. O solar possui ainda uma biblioteca onde é possível consultar o Arquivo Histórico Municipal.

‘Há um solar em Canelas, Gaia, onde Eça de Queirós viveu dias felizes. Foi lá que se enamorou da sua futura esposa, Emília de Castro Pamplona, filha dos Condes de Resende. Eça era já amigo desde a juventude do irmão de Emília, Manuel Benedito, com quem tinha estudado no Colégio da Lapa, no Porto. E foi com outro irmão da futura esposa, Luís, na altura quinto Conde de Resende, que o escritor viajou para o Oriente aquando da inauguração do Canal do Suez, em 1869. De regresso do Egipto, Eça foi a Canelas inaugurar a escola primária mandada construir pelo conde –(...). Anos mais tarde, Eça confessa em carta ao seu amigo conde: “a minha afeição pela tua irmã nasceu em Canelas”. Eça e Emília ficariam noivos em 1885, tendo-se casado no ano seguinte, no Porto. O enamoramento de Eça de Queirós neste solar de Canelas e os passeios do escritor pela praia da Granja colocam Vila Nova de Gaia no roteiro bibliográfico do escritor. E por isso o solar é justamente sede da Confraria Queirosiana, em que se integra a Academia Eça de Queirós’⁵⁶.

Horários: todos os dias das 09.00h às 19.00h. Entrada gratuita.

Travessa Condes de Resende, 110, 4410-264 Canelas – Vila Nova de Gaia.

GPS: 41° 4' 19.64" N | 8° 35' 54.74" W

Email: solarcondesresende@cm-gaia.pt. Tel. : + 351 227531385.

Ainda em Canelas, cerca de 1 km a Norte do Solar Condes de Resende, pela Rua Delfim Lima, pode ver-se o **Coreto Paroquial de Canelas**, ilustração 7.3. Faz parte do património nacional uma vez que foi classificado como Imóvel de Valor Concelhio no ano de 1980. Pode ser visitado no jardim de S. João de Canelas mesmo em frente à **Igreja Matriz** e a data da sua construção refere-se ao ano de 1907. Construído com base na arte Nova tem uma planta octogonal, seis metros de diâmetro e uma base de granito com revestimento a azulejos. A sua cobertura é feita em ferro pintado de verde e foi obra da

⁵⁶ Dantas, Vera (2014), ‘Ao encontro de Eça de Queirós no Solar Condes De Resende’, in portoenvolto.com, acedido em 12.06.2016.

Serralharia Artística do Corvo. Quanto ao seu interior, este apresenta-se com uma cúpula pintada com medalhões e “moldurados de ornatos estilizados”. Ao observar-se este coreto podem ser vislumbradas determinadas figuras da história da música como é o caso de Verdi, Beethoven, Wagner, Schubert, Cesar Morais, Aubert e Alfredo Keil ⁵⁷.

Edificado pelos ferreiros artísticos do Corvo, este coreto de ferro forjado, ex-libris de Canelas, foi inaugurado no S.João de 1907. Considerado exemplar único na Península Ibérica, apresenta um rendilhado quase filigrana, com cúpula coroada no exterior com uma belíssima imagem de Santa Cecília e no interior oito medalhões com os retratos pintados de conceituados compositores mundiais e nacionais ⁵⁸.

Foi projectado por Gustave Eiffel e está situado na Rua de S. João, Canelas, Vila Nova de Gaia.

Ainda na Rua Delfim Lima, trezentos metros à frente, foi erigido um memorial a **Eça de Queirós**, ilustração 7.4.

Segmento 4. O troço seguinte do percurso, ilustração 8, conduz-nos, após cerca de 3 km para Norte ao enlace na EN1/ IC2 (Rechousa) e, por esta estrada, em cerca de 2,4 km à **rotunda de Santo Ovídeo**, ilustração 8.1.

Segmento 5. A partir da rotunda de Santo Ovídeo aconselha-se que o percurso seja efectuado a pé, segundo o que se sugere, ilustração 9 ⁵⁹.

Descendo a Rua Soares dos Reis, 500 m depois deparamo-nos, em transversal à direita, com a Rua da Montanha, onde se situa a casa onde viveu o escultor **Soares dos Reis**, no nº 83, com placa identificativa, ilustrações 9.1 e 9.2.

António Manuel Soares dos Reis nasceu a 14 de Outubro de 1847, na freguesia de S. Cristóvão de Mafamude, Vila Nova de Gaia.

Aos 20 anos tornou-se pensionista do Estado no estrangeiro. Em 1867 partiu para Paris, onde frequentou o atelier de M. Jouffroy e a École Imperiale et Speciale des Beaux Arts.

⁵⁷ www.historiadeportugal.com, acedido em 26.06.2016.

⁵⁸ www.cm-gaia.pt, acedido em 28.06.2016.

⁵⁹ Sobretudo para quem não disponha de veículo automóvel, o percurso entre Santo Ovídeo e o mosteiro da Serra do Pilar, segmentos 5 a 7, poderá ser ‘autonomizado’ do restante. Assim, o percurso ascendente seria efectuado de metro, do Jardim do Morro/ Serra do Pilar até Santo Ovídeo, e o percurso descendente, de Santo Ovídeo ao mosteiro da Serra do Pilar, agradavelmente percorrido a pé.

Mas a eclosão da guerra franco-prussiana obrigou-o a regressar ao país. Por instâncias dos seus professores da Academia Portuense é enviado para Roma, a fim de completar o período de pensionato. Soares dos Reis chegou à *Cidade Eterna* em 1871 e foi aqui que executou uma das suas obras românticas e originais, o *Desterrado* ⁶⁰.

Está sepultado no cemitério de Mafamude, em cujo túmulo se encontra uma fundição da sua obra *Saudade*.

Um pouco mais abaixo, 200 m, o Largo Soares dos Reis, oferece um espaço de lazer, amplo jardim com bancos, rodeado de pastelarias e restaurantes, e é oportunidade para ver a estátua do artista da autoria de Teixeira Lopes, ilustrações 9.3 e 9.4.

Segmento 6. Após a pausa, ilustração 10, descemos cerca de 600 m para o Largo dos Aviadores e Rua Teixeira Lopes, com estátua do escultor, ilustração 10.1, para visitar a **Quinta da Boeira, a Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo**, ilustração 10.2.

Na Rua Teixeira Lopes, 114/170, fica a entrada para a **Quinta da Boeira**, cujas origens remontam ao ano de 1850, preserva as suas marcas históricas, destacando-se um belo e imponente palacete no centro dos seus 3 hectares de jardins de árvores centenárias. Possui restaurante, tem prova de vinhos e gastronomia dentro de uma enorme garrafa, e possui espaços para reuniões ⁶¹. A visita é gratuita, com excepção da entrada na garrafa.

Aí, também no centro de Gaia, o visitante encontra a **casa e atelier de António Teixeira Lopes** (1866-1942). Porque uma casa é sempre o espelho de quem nele mora, aqui podemos conhecer a personalidade, os gostos e os hábitos de um dos maiores escultores portugueses de todos os tempos. Foi no atelier da Casa-Museu que Teixeira Lopes concebeu a porta principal da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, atrás mencionada, ilustração 10.3 ⁶².

Para além da surpreendente produção artística do Mestre, este espaço alberga um espólio riquíssimo de Artes Decorativas (com colecções de mobiliário, cerâmica, têxteis, vidros, ourivesaria, etc.) e um núcleo de pintura portuguesa com obras de Alfredo Keil, António Carneiro, António Ramalho, Aurélia de Sousa, Domingos Sequeira, Henrique

⁶⁰ <https://sigarra.up.pt> (Carla Sofia Trindade, 2008), acedido em 26.06.2016.

⁶¹ www.quintadaboeira.pt, acedido em 18.07.2016.

⁶² <http://www.riodejaneiroaqui.com/pt/igreja-candelaria.html>, acedido em 25.06.2016.

Pousão, João Vaz, José Malhoa, Silva Porto, Sousa Pinto, Vieira Lusitano, Vieira Portuense, entre outros.

A exposição permanente patente nas **Galerias** apresenta ao público a obra do escultor **Diogo de Macedo** (1889-1959), que inclui os seus trabalhos escultóricos bem como a sua produção no campo do desenho e da pintura. Diogo de Macedo reuniu ao longo da sua vida uma extraordinária colecção de arte. Destacamos deste valioso acervo, a colecção de Arte Negra e o núcleo de pintura modernista onde encontramos quadros de Abel Manta, Almada Negreiros, Amadeo de Souza-Cardoso, Carlos Botelho, Dórdio Gomes, Eduardo Viana, Júlio Pomar, Mário Eloy, entre outros.

A existência de uma sala destinada a exposições temporárias é um convite para o público visitar este espaço com frequência e curiosidade.

Horários: terça a sexta das 09h00 às 17h00.

Sábados, domingos e feriados das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

Última entrada 1 hora antes do encerramento.

Aos fins-de-semana e feriados, sempre que estejam a decorrer exposições temporárias, a visita guiada à exposição permanente da Casa-Museu Teixeira Lopes/ Galerias Diogo de Macedo, realiza-se apenas e sob marcação prévia, da parte da manhã.

As visitas guiadas de grupos e a utilização do Serviço Educativo devem ser marcadas previamente através do contacto telefónico: 223751224.

Encerra ao público: segunda-feira e feriados (1 de Janeiro, domingo de Páscoa, 1 de Maio, 24 de Junho e 25 de Dezembro).

Entrada gratuita. Rua Teixeira Lopes, 32, 4400-164 Vila Nova de Gaia.

GPS: 41° 7' 43.12" N | 8° 36' 40.86" W

Tel: +351 223 751 224; e-mail: casamuseuteixeiralopes@cm-gaia.pt ⁶³.

Segmento 7. Percorramos a última etapa, ilustração 11, agora em direcção à **Câmara de Gaia**, a cerca de 500 m, ilustração 11.1.

O julgado de Gaia, circunscrição territorial de carácter administrativo e judicial, de controlo régio, e o município, território coincidente, mas de governação laica local, existem pelo menos desde o século XIII, tendo a povoação sede, no castelo de Gaia, recebido foral de D. Afonso III em 1255, a que se segue o foral de Vila Nova, a povoação

⁶³ www.cm-gaia.pt, acedido em 27.06.2016.

baixa na travessia do rio até aí denominada Burgo Velho do Porto, recebido foral de D. Dinis e D. Isabel, em 1288 ⁶⁴.

Descendo a Avenida da República pelo lado esquerdo, no nº 590, encontramos a 400m a **Casa Barbot**, ilustração 11.2.

A Casa Barbot, datada do início do século XX, é um exemplar único de Arte Nova em Vila Nova de Gaia. Este género está patenteado nos belos motivos presentes tanto na azulejaria, como nos grafes, estuques e vidros. O requinte da sua decoração deve-se à mestria do trabalho do escultor gaiense Alves de Sousa, do pintor Veloso Salgado e do estucador Baganha, que juntos contribuíram para a criação de uma requintada moradia que engloba ainda um jardim, estufa e mirante ⁶⁵.

Por fim, nos últimos 300 m, o **Mosteiro da Serra do Pilar**, Património Mundial da Humanidade, foi fundado por frades agostinhos no século XVI, com início da construção em 1538. Só ficou concluído em 1670, 130 anos depois.

Consequência da guerra civil entre liberais e absolutistas, ficou em estado ruinoso e ao abandono, sendo reabilitado a partir dos anos 1930 e passando a ser também ocupado por um regimento de artilharia.

A igreja possui trabalhos em talha de imagens setecentistas, ilustração 11.3. Apresenta, com o do Palácio Carlos V, no Alhambra, Granada, um dos dois únicos claustros redondos na Península Ibérica, ilustração 11.4.

Numa sala lateral ao claustro encontra-se um estudo da estátua de D. Afonso Henriques, ilustração 11.5. Esta escultura, da autoria de Soares dos Reis, foi utilizada entre outras para a estátua do rei da cidade de Guimarães, inaugurada em 1874 ⁶⁶.

O espaço está classificado como monumento nacional ⁶⁷.

Do exterior pode usufruir-se de uma vista maravilhosa sobre toda a ribeira do Porto, o rio Douro e a zona histórica de Gaia, ilustração 11.6 ⁶⁸.

⁶⁴ www.cm-gaia.pt, acedido em 28.06.2016.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ www.patrimoniocultural.pt, acedido em 29.01.2016.

⁶⁷ Decreto de 16.06.1910, DG nº 136, de 23.06.1910. Pelo Decreto nº 25034, DG 1ª série, nº 33, de 11.02.1935, foram classificados como imóvel de interesse público (IIP) a sala do capítulo, o refeitório, a cozinha, a torre e a capela do mosteiro da Serra do Pilar, correspondentes à zona conventual.

⁶⁸ O percurso foi reconhecido presencialmente pela autora, que visitou os espaços culturais apontados.

Ressalva o percurso na serra de Canelas/Negrelas, **segmento 3.1**, alternativa 1, que foi reconhecido na parte inicial, ilustrações 6.1 e 6.2, mas foi percorrido na totalidade por um familiar e colegas de profissão

3.5 Análise SWOT

Da análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) constante do Quadro 4 (Anexos, p. 80), destacamos as dimensões que se nos afiguram mais relevantes.

Assim, como decorreu da entrevista com o dirigente responsável e da visita ao mosteiro da Serra do Pilar, este espaço é utilizado na promoção do Douro, a Norte, estando definido que o mosteiro de Grijó, a Sul, ponto de partida idealizado para o roteiro que se propõe, também está afectado à DRCN. Ora, esta orientação estratégica não deixa de ser uma ameaça para a divulgação do mosteiro de Grijó e, consequentemente, de outro património a Sul, o que nos permite incluí-la no quadrante inferior direito desse Quadro 4. De salientar, conexas com a insuficiente promoção sobretudo do mosteiro de Grijó, a própria informação da disponibilização deste espaço para visitas, aberto só aos sábados e domingos, horário reduzido que constitui um ponto fraco e, desta forma, incluído no quadrante inferior esquerdo do mesmo Quadro 4.

Em contraponto, a marca Porto e o mosteiro da Serra do Pilar património da humanidade, destacam-se como pontos fortes da análise, em paralelo com as oportunidades que decorrem do número de visitantes do mosteiro, como se vê dos Quadros 9 e 10 (Anexos, pp. 83,84).

CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES

Como se referiu, este trabalho pretende ser um contributo para o eventual estabelecimento do roteiro turístico que lhe dá título. Conseguir que seja discutido já é um motivo de satisfação.

Naturalmente que é aos especialistas das várias áreas envolvidas que competirá um parecer científico sobre a avaliação do potencial turístico do que se propõe.

aquando da “Caminhada pelo Caminho de Santiago”, Mosteiro de Grijó – Sé do Porto, em 08.11.2014, ilustração 6.3.

Como grande força, é desde logo o património, não só o especificamente referido, mas todo o que pode ser associado, na dimensão lata de património apontada pelos autores citados no capítulo 1.

A acessibilidade em transporte colectivo, a e de Grijó, será uma dificuldade face à periodicidade e duração das viagens de autocarro.

Por questões de organização, orçamentais, de estratégia do turismo ou outras as visitas ao Mosteiro de Grijó não estão publicitadas com um horário normal e contactos, excepto a possibilidade aberta ao sábado e domingo. Contudo, o mosteiro está adstrito à DRCN ⁶⁹. Daqui a possibilidade da diversificação da oferta turística no município de Gaia dando notícia desse património aos milhares de visitantes atraídos pelos centros históricos do Porto e de Gaia e por tudo o que encerra a classificação de Património Mundial do mosteiro da Serra do Pilar. Mosteiro que, sendo especialmente utilizado como janela do património a Norte, facilitaria também a diversificação da oferta dos espaços patrimoniais do município onde está situado, Vila Nova de Gaia.

Por outro lado, é possível encurtar o percurso sem o desvirtuar, usufruindo do roteiro correspondente às etapas n.ºs 6 a 9, da rotunda de Santo Ovídeo até ao mosteiro da Serra do Pilar, sendo que o trajecto ascendente, do Jardim do Morro/ Serra do Pilar até Santo Ovídeo, poderá ser efectuado de metro, e o trajecto descendente, entre Santo Ovídeo e a Serra do Pilar, pode ser agradavelmente efectuado a pé.

O projecto de construção de um hotel de 5 estrelas na Quinta da Boeira, junto à Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo é significativo do potencial turístico ⁷⁰.

Finalmente, não tendo sido efectuado o estudo do perfil e das motivações dos visitantes, p. ex. dos visitantes do mosteiro da Serra do Pilar, não se ignora que o conhecimento desse potencial consumidor possa ajudar a servir as estratégias de marketing destinadas à divulgação e oferta para o aumento de visitantes dos outros espaços culturais do percurso que se propõe.

⁶⁹ <http://www.culturanorte.pt/pt/patrimonio-a-norte/>, acedido em 01.07.2016.

⁷⁰ www.publico.pt, acedido em 22.06.2016 e semanário Expresso, suplemento Economia, de 06.08.2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, L., Pinto, J. & Ferreira, L., (2011/2012), *Turismo urbano, impactos dos itinerários nos destinos turísticos*, Revista Científica do ISCEF, 'Percursos & Ideias', Cadernos de Turismo, números 3 e 4, 2ª série.
- Almeida, C. A. B. de, & outros, (2007), in *A grande obra dos caminhos de Santiago*, IX volume.
- Amaral, L. C. (1994), *São Salvador de Grijó na segunda metade do séc. XIV – estudo de gestão agrária*, Edições Cosmos, Lisboa.
- Amorim, I., (1997), *O Mosteiro de Grijó – Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, in Separata da Revista UL-Vária, edição da autora, Braga.
- Andrade, P. de, (1993), *Sociologia da viagem: o quotidiano e os seus inter-trajectos*, in Revista das Ciências Sociais da Universidade de Coimbra, nº 37, Junho de 1993.
- Azevedo, Natália (1992), *Poder local e animação sociocultural uma realidade de fronteira*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Azevedo, Natália (2014), *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto. Fragmentos de um estudo de caso (1980-2001)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Azevedo, C. A. M., (2011), *Ordem dos eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*, in História Religiosa, Fontes e Subsídios, edição de colecção de memórias de Fr. Domingos Vieira, OESA, Lisboa, in [https://books.google. pt](https://books.google.pt), acedido em 10.02.2016.
- Cluzeau, C. O. du, (2013), *Le tourisme culturel*, (1ª ed.), De Boeck Supérieur, Bruxelas.
- Cunha, A. de M. R. (2001), *Santiago em Portugal*, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Cuvelier, P. (1998), *Genealogie des pratiques touristiques modernes, de la figure du voyageur à celle du touriste*, in Cuvelier, P., *Anciennes et nouvelles formes de tourisme: une approche socio-économique*. Paris: L'Harmattan.
- Dunne, G., Flanagan, S., & Buckley, J. (2010) *Towards na understanding of international city break travel*, IJTR, vol. 12, nº 5.
- Eco, Umberto (1977), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, (18ª ed.), Editorial Presença, Lisboa, 2014.

- Ferreira, F. (2011), *Percursos, Território e Património: o caso de Vila Nova de Gaia*, dissertação de mestrado em Turismo, com orientação do prof. dr. Luis Martins, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferreira, C. & Gomes, C. (2012) *A cultura, o turismo e as políticas para as cidades*, Coleção Iberografias, volume 19.
- Fernandes, A. T. (2002), *Poder local e turismo social*, Revista da Faculdade de Letras do Porto: Sociologia, 12, pp. 9-26.
- Fortuna, C. & Ferreira, C. (1996), *O turismo, o turista e a (pós-modernidade)*, Oficina do CES, Coimbra.
- Fortuna, C., org. , (1997) *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras: Celta Editora.
- Fortuna, C. (1999), *Identidades, percursos e paisagens culturais*, Celta Editora, Lda.
- Gil, C. & Rodrigues, J., (1997), *Por caminhos de Santiago – Itinerários Portugueses para Compostela*, Lisboa: D.Quixote.
- Gomes, C. S. (2012) *Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIII, pág. 37-49.
- Gonçalves, A. (2004) *Métodos e técnicas de investigação social*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Guimarães, S. C. G. G. (2006), *A Quinta da Costa em Canelas, Vila Nova de Gaia (1766-1816) – Família, Património e Casa*, Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana.
- Henriques, E. B., (2006), *Itinerários turísticos temáticos e património: questões críticas para um turismo responsável e humanista*, Comunicação ao congresso «Turismo cultural, territórios e identidades», 2006, ESEL (hoje ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais).
- Laporte, A. (2001), *El analisis de los públicos como instrumento de gestión: el Centro Cultural de la Fundación La Caixa*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Leira López, J. (2003), *Cultura proyectual y turismo emergente*, in RUBIO GIL, Ángeles, (coord.) – *Sociologia del Turismo*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Link, H. F., (2005), *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Biblioteca Nacional, Lisboa, tradução, introdução e notas de Fernando Clara.
- Martins, Luis P. S. (2006), *Um velho Porto para novos turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano*, in *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e*

novos lugares de turismo e lazer, Maria Lucinda Fonseca (coord.), edição CEGUL, Lisboa, pp. 279-296 (Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco).

- Martins, Luis P. S. (2007), *Território, ordenamento e turismo – entre os excessos da construção e os valores da conservação*, Inforgeo n.ºs 20/21, Julho 2007, pp. 99-103.

- Martins, Luis P. S. (2011), *Os guias de viagem, a cartografia e os fundamentos do turismo*, IV Simpósio lusobrasileiro de cartografia histórica, in <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes.aspx>, acedido em 12.07.2016.

- Marujo, M. N., (2005) *A sociologia e o turismo*, in Francisco Martins Ramos e Carlos Alberto da Silva, *Sociologia em Diálogo II*, Évora: Departamento de Sociologia/Universidade de Évora (Referee).

-Marujo, M. N. e Cravidão, F. (2012), *Turismo e Lugares: uma visão geográfica*, Revista de Turismo y Património Cultural, vol. 10, n.º 3, págs. 281-288.

- Miranda, J. C. R., (1988), *A lenda de Gaia dos livros de linhagens: uma questão de literatura?*, Revista da FLUP: Línguas e Literaturas, II.ª série, vol. 5, tomo 2.

-Moiteiro, G. C. (2006) *Turismo cultural. Uma reflexão em torno do tópico da interpretação do património enquanto instrumento de valorização de bens culturais*, in Santos, Maria da Graça, org. (2010), «Turismo cultural, territórios e identidades», Porto: Edições Afrontamento.

- Moreno, H. B., (1986), *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela*, in Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Neves, J.M.O., (2006) *Turismo religioso: espiritualidade, cultura e prática turística?* in Santos, Maria da Graça, org. (2010), «Turismo cultural, territórios e identidades», Porto: Edições Afrontamento.

- Peixoto, P. (2003), *Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, texto apresentado no colóquio ‘A cidade entre projectos e políticas’, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30.06.2003.

-Peralta da Silva, E. (2000), *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*, Antropológicas, n.º4.

-Pereiro, X. (2002), *Itinerários Turístico-Culturais: análise de uma experiência na cidade de Chaves*, Actas do III Congresso de Trás-os-Montes, Bragança.

-Pizarro, J. A. P. de S. M., (1987), *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre – séculos XI a XIV)*, Porto.

-Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1995), *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, 6ª edição, Lisboa, 2013.

- Ramos, C. P. (2015), *Perfis e motivações dos visitantes da Casa do Infante-Museu*, dissertação de mestrado em Turismo orientada pela prof^a. dr^a. Natália Azevedo, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Richards, G. (1996) *Cultural Tourism in Europe*, em www.tram-research.com/cultural%20tourism%20in%20europe.PDF, consultado em 12.11.2015.
- Richards, G. (2003), *Turismo creativo. ¿Una nueva dirección estratégica?*. Madrid: Paraninfo.
- Richards, G., (2003), *What is cultural tourism?*, in www.tram-research.com/publications.html, consultado em 11.11.2015.
- Rosenfeld, R. A. (01/2008), *Cultural and Heritage Tourism*, Eastern Michigan University.
- Rubio Gil, A., coord., (2003), *Sociologia del turismo*, Barcelona: Ariel.
- Santos, M. da G., (2000) *Turismo religioso e lazer: Delimitação e aproximação*, artigo em parte correspondente a comunicação apresentada no 6th World Leisure Congress (Bilbau, Julho/2000).
- Santos, M. da G., org. (2010), *Turismo cultural, territórios e identidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Solla, X.M.S. (2006), *Turismo religioso: uma busca turística do sagrado?* in Santos, Maria da Graça, org. (2010), «Turismo cultural, territórios e identidades», Porto: Edições Afrontamento.
- Troitiño, M. A., de la Calle, M. & Garcia, M. (2003), *Los visitantes de las ciudades históricas españolas: características generales y rasgos específicos inducidos por la celebración de eventos turístico-culturales*, Madrid: Paraninfo.
- Urry, J. & Crawshaw, C. (1993), *Turismo e Consumo Visual*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 43, Outubro de 1995, tradução de Ângela Maria Moreira.
- Varela, C., *Contributo para a história da Paróquia de São Cipriano de Paços de Brandão – O mosteiro de São Salvador de Grijó*, in <http://pt.slideshare.net/engenhonopapel/o-mosteiro-de-sao-salvador-de-grijo> -acedido em 11.11.2015.

Outras referências bibliográficas:

- Carta dos Itinerários Culturais, 16^a Assembleia Geral do ICOMOS, Québec, Canadá (tradução de Ana Paula Amendoeira).

- Declaração do México (1985), Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais, IPHAN.
- Expresso (revista), 27.12.2014.
- Glossário do Desenvolvimento Territorial, Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT), tradução portuguesa (2011).
- <http://arquivo.cm-gaia.pt>.
- <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/herit/art02.htm>.
- <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-03-02-Turismo-nas-cidades-problema-ou-oportunidade>.
- [https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_\(Almeida_Garrett\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Miragaia_(Almeida_Garrett)).
- <http://www.viasromanas.pt/vrnews.html>
- <http://www.atlas-euro.org/home.aspx>.
- <http://www.tram-research.com/atlas/>
- media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary.
- Turismo de Portugal, 'Touring Cultural e Paisagístico', Lisboa, 2006.
- ultreia.pagesperso-orange.fr
- UNWTO'S Tourism 2020 Vision
- www.cm-gaia.pt
- www.fcmportugal.com
- www.ine.pt
- www.patrimoniocultural.pt
- www.pordata.pt
- www.publico.pt
- www.tram-research.com/cultural%20tourism%20in%20europe.PDF

QUADROS

	Turismo de massas	Turismo sustentável
Estratégia de desenvolvimento	Grande escala	Pequena escala
	Alterações na paisagem	Pouca alteração da paisagem
	Desrespeito pela capacidade de carga do meio	Respeito pela capacidade de carga do meio
	Centrado	Centralidade não tão marcada
Oferta turística	Investidores e/ou operadores estrangeiros	Investidores e/ou operadores locais
	Grandes empresas	Pequenas e médias empresas
	Oferta estandardizada e homogénea	Oferta especializada
	Empregados sem formação	Empregados com formação especializada (ambiental)
Procura turística	Turistas passivos ('sol e praia')	Turistas activos
	Grandes grupos	Grupos reduzidos e visitantes individuais
	Programa organizado	Programa personalizado
	Falta de interesse sobre a cultura local	Interesse pela cultura local
	Contacto com um meio artificial	Contacto com a natureza e a população local

Quadro 1. Turismo de massas *versus* turismo sustentável.

Temas	Fórmulas turísticas	Ilustrações
Religiosos	Peregrinação, reformados, reunião carismática	Lourdes, abadia de Hautecombe, Taizé
Descoberta cultural de região, cidade, país	Circuito, estadia com excursões, estadia curta, cruzeiro	Bretanha, Bruges, volta pela Europa, volta pelo Mediterrâneo
Histórico	Circuito	Circuito Napoleão na Córsega, Rota Carlos Magno
Memória	Circuito em campo de batalha, lugares de memória, cemitérios	Circuito do desembarque na Normandia, Rota do património judeu do Vaucluse, campos de batalha da Somme
Étnico/genealógico	Circuito, estadia	Visita dos Canadianos aos seus primos 'acadianos' de Poitou, regresso ao país de toda a diáspora
Artístico	Circuito	Circuito das igrejas românicas da Saintonge, castelos do Loire
Idem	Estágio	Estágio de música vocal na abadia de Sylvanès
Artesanal	Estágio	Estágio de olaria em Lubéron
Técnico/industrial	Circuito, viagem de estudos	Visitas de centrais nucleares, de empresas da fileira da madeira nas Landes
Parques e jardins	Circuito e estadia	Festival de jardins de Chaumont-sur-Loire, circuito dos parques e jardins da Normandia
Festivais, eventos	Curta estadia	Festival d'Orange, exposição de pintura de Paris, carnaval de Liège
Gastronomia	Estadia e circuito	Circuito-degustação das grandes mesas/tábuas de Borgonha
Idem	Estágio	'Estágio patos' em Dordogne
Compras	Estadia em cidade	Leilões de arte, compra de artesanato, ferro-velho, compras sem imposto, de luxo...
Linguística	Estadia em escolas, imersão em famílias	Grã-Bretanha, Espanha, jovens alemães em França
Pedagogia da cultura	Classe 'transplantée'	Classe científica na CSI de Villette, classes europeias do património, viagem de estudos

Quadro 2. O turismo cultural, seus temas e suas fórmulas. Adaptado de Cluzeau (2013:10).

Estabelecimentos hoteleiros	21
Hotéis	12
Capacidade de alojamento	2855
Hóspedes	304 466
Dormidas	490 789
Estada média	1,6
Proporção de hóspedes estrangeiros	32,8%

Quadro 3. Estabelecimentos hoteleiros, hóspedes e dormidas em Vila Nova de Gaia (2014).

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Marca Porto - Património Cultural - Património Paisagístico - Mosteiro da Serra do Pilar/Património da Humanidade - Soares dos Reis/Teixeira Lopes/Diogo de Macedo - Eça de Queirós - Oferta hoteleira na “cidade” - Lendas e tradições - Caminho de Santiago - Gratuidade, ou baixo custo, das visitas aos espaços do percurso 	<ul style="list-style-type: none"> - N° de visitantes do Mosteiro da Serra do Pilar - N° de visitantes das caves do vinho do Porto - Novo segmento de mercado - Roteiro cultural - Turismo cultural - Mercado de nicho
Pontos Fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Transporte colectivo para Grijó - Horário das visitas ao mosteiro de Grijó - Promoção do mosteiro de Grijó - Alojamento em Grijó 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção só para o Norte do Douro

Quadro 4. Análise SWOT.

ALBERGUE DE GRIJÓ

País emissor	2014 (Junho/Dezembro)	2015
Espanha	31	60
Alemanha	29	47
Portugal	35	42
França	26	39
EUA	19	38
Itália	17	38
Holanda	7	37
Canadá	14	9
Dinamarca	10	13
Inglaterra	16	7
Hungria	15	6
Polónia	4	17
Austrália	11	8
Irlanda	9	10
Bélgica	9	8
Brasil	3	13
Áustria	6	5
Japão	3	8
Finlândia	2	6
Rep. Checa	3	5
Coreia	2	5
Suíça	5	2
Nova Zelândia	0	6
Roménia	3	3
Rússia	4	2
África do Sul	2	3
Noruega	3	2
Eslovénia	0	4
Estónia	1	3
Argentina	1	2
Bulgária	0	3
México	2	1
Lituânia	2	0
Reino Unido	0	2
Suécia	0	2
Bermudas	0	1
Colômbia	0	1
Eslováquia	0	1
Escócia	1	0
Irão	1	0
Malta	1	0
Outros	1	2
Totais	298	461

Quadro 5. Dados estatísticos por países emissores.

Mês	2014	2015
Janeiro	0	3
Fevereiro	0	10
Março	0	21
Abril	0	59
Maio	0	102
Junho	43	81
Julho	39	86
Agosto	74	99
Setembro	79	...
Outubro	40	...
Novembro	13	...
Dezembro	10	...

Quadro 6. Dados estatísticos. Pernoitas mensais.

Destino dos peregrinos			
	Santiago	Fátima	Outros
	2014/2015	2014/2015	2014/2015
Janeiro	0/2	0/1	00
Fevereiro	0/10	0/0	0/0
Março	0/17	0/3	0/1
Abril	0/48	0/2	0/9
Maio	0/88	0/2	0/12
Junho	41/73	2/6	0/2
Julho	38/81	0/3	1/2
Agosto	67/95	7/2	0/2
Setembro	67/...	7/...	5/...
Outubro	30/...	7/...	3/...
Novembro	9/...	4/...	0/...
Dezembro	8/...	2/...	0/...

Quadro 7. Destinos dos peregrinos.

Pernoitas no albergue (2016)	
Janeiro	0
Fevereiro	8
Março	20

Quadro 8. Pernoitas, 2016.

MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR

Visitantes de 2015	
Visitantes Nacionais	9852
Visitantes Estrangeiros	18888
Total	28740

Tipologia de Ingressos 2015	
PN	17342
PN - Cartão Jovem	669
PN < 12	816
PN > 65	335
VC	4727
VC - Cartão Jovem	366
VC < 12	264
VC > 65	519
Visitas de Estudo	1786
Voucher	735
Entradas Isentas	344
Eventos	837
Total	28740

Legenda:
PN - Património Norte
VC - Visita Completa
Entradas Isentas
ICOM; ICOMOS;
APOM; DRCN

Quadro 9. Dados estatísticos dos visitantes (2015).

Visitantes de 2016 até Junho	
Visitantes Nacionais	4080
Visitantes Estrangeiros	14194
Total	18274

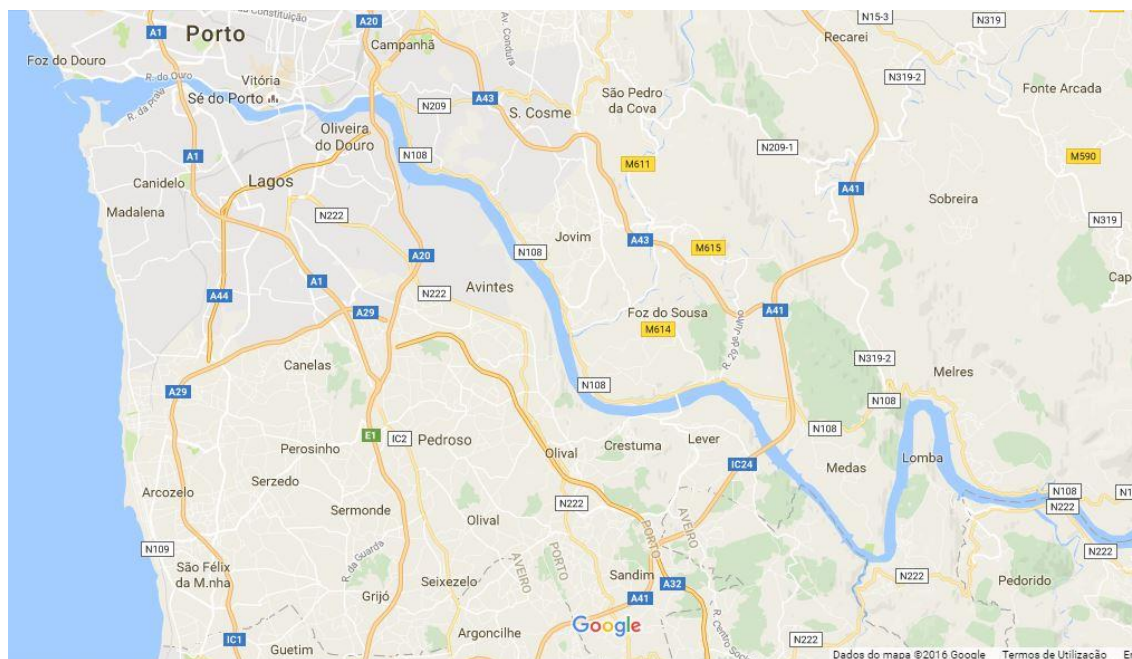
Tipologia de Ingressos 2016/ até Junho	
PN	10949
PN - Cartão Jovem	538
PN < 12	398
PN > 65	419
VC	2282
VC - Cartão Jovem	301
VC < 12	178
VC > 65	317
Visitas de Estudo	617
Voucher	186
Entradas Isentas	244
Eventos*	1845
Total	18274

Legenda:
PN - Património Norte
VC - Visita Completa
Entradas Isentas ICOM; ICOMOS; APOM; DRCN; QSP; Profissionais de Turismo
*Open House; Caminhada VNG;

Quadro 10. Dados estatísticos dos visitantes (até Junho de 2016).

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Município de Vila Nova de Gaia.



Fonte: googlemaps

O município de Vila Nova de Gaia está limitado a norte e a nascente pelo rio Douro e poente pelo oceano Atlântico. O limite sul está simbolizado pela linha a tracejado entre Medas (rio Douro), a nascente, e São Félix da Marinha, junto ao mar, a poente. A cidade de Vila Nova de Gaia está situada na margem esquerda do rio Douro, junto à foz, frente à cidade do Porto.

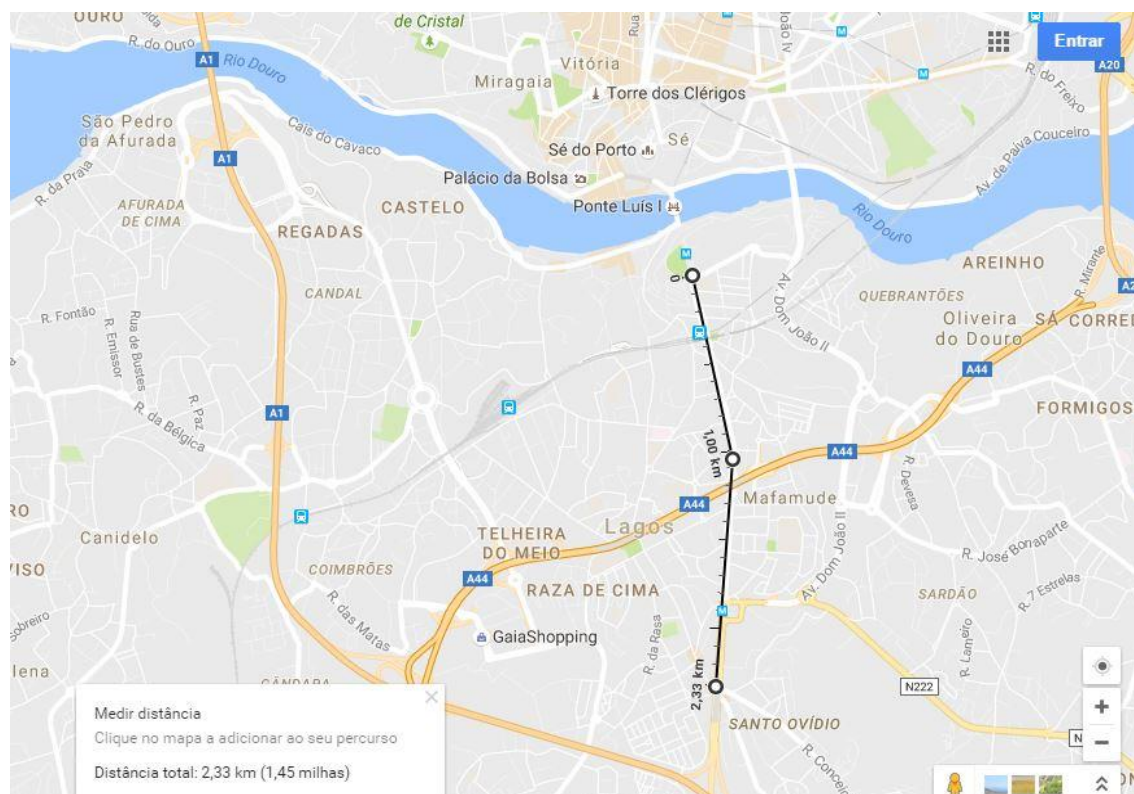
Ilustração 2. Mosteiro da Serra do Pilar, visto do cais de Gaia.



Fonte:autora

Em primeiro plano a ponte Luís I, em que o tabuleiro inferior liga a circulação automóvel entre as zonas ribeirinhas do Porto e de Vila Nova de Gaia, sendo o tabuleiro superior apenas utilizado pelo metro. Ambos os tabuleiros podem ser percorridos a pé.

Ilustração 3.1 Avenida da República (Jardim do Morro) – Rotunda de Santo Ovídeo.



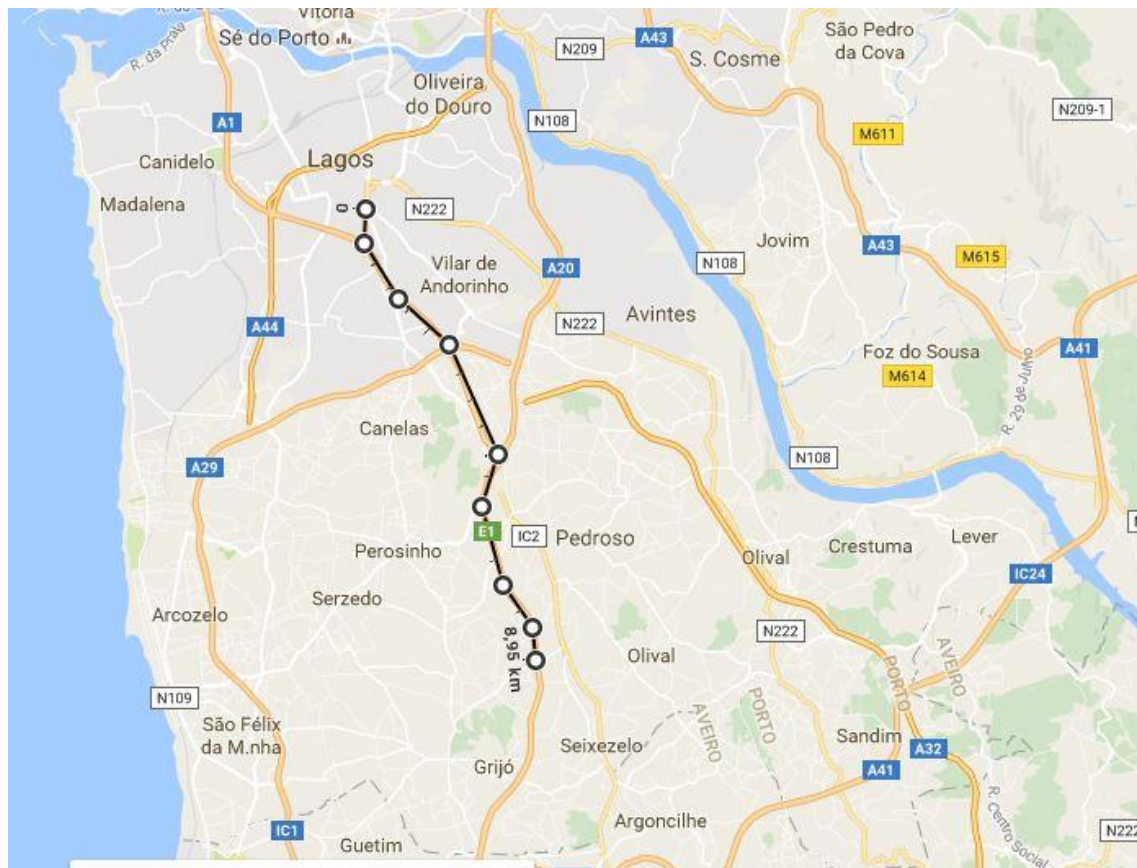
Fonte: googlemaps

O percurso salientado no mapa, de 2,33 km, corresponde a toda a avenida da República, desde o jardim do Morro, junto ao mosteiro da Serra do Pilar, até à rotunda de Santo Ovídeo.

Pode ser efectuado de metro, com saída no fim da linha.

Uma referência para o lugar do CASTELO, sinalizado no mapa, que é motivo da respectiva lenda de Gaia e inspiração do poema de Almeida Garrett, mencionados em 4.1.

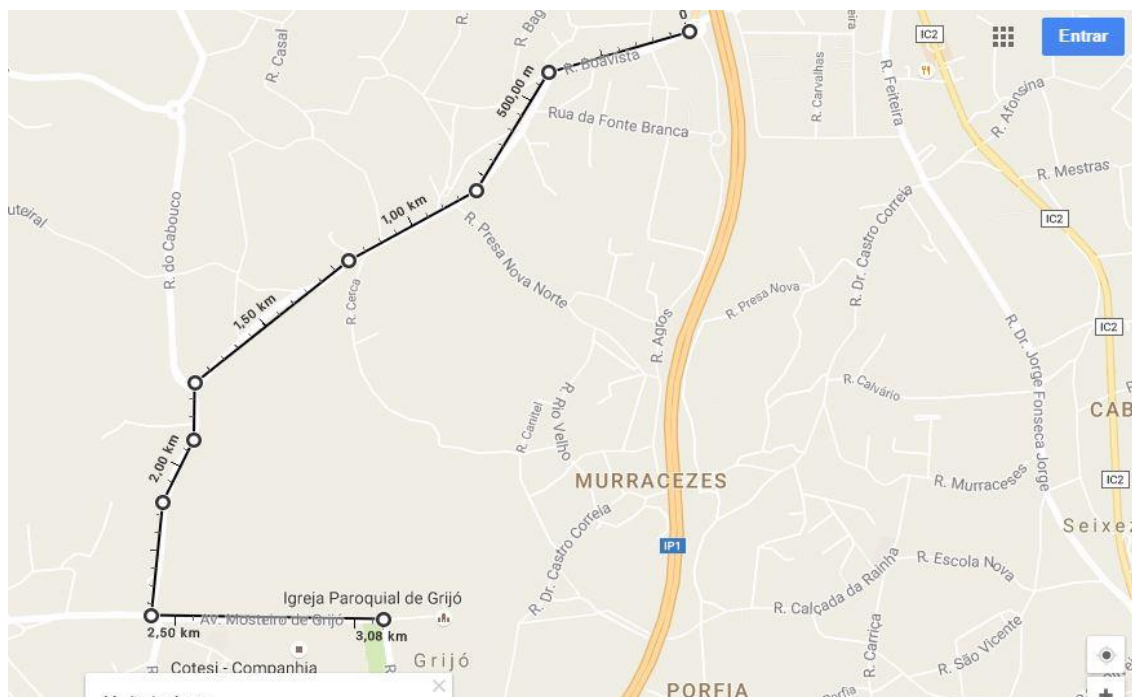
Ilustração 3.2 Rotunda de Santo Ovídeo – Saída Grijó (A1)



Fonte: googlemaps

No mapa está salientado o segundo percurso da ligação entre o mosteiro da Serra do Pilar e o mosteiro de Grijó. Concretamente, todo o trajecto de 8,95 km na A1, entre Santo Ovídeo, direcção sul, e a saída Grijó.

Ilustração 3.3 Saída A1 Grijó – mosteiro de Grijó.



Fonte: googlemaps

Terceiro troço da ligação entre o mosteiro da Serra do Pilar e o mosteiro de Grijó, na distância de 3,08 km. Após a saída Grijó, na A1, na rotunda sair à direita para a rua da Boavista, depois rua da Guarda e, finalmente, a avenida mosteiro de Grijó.

Ilustração 4.1. Entrada do mosteiro de Grijó (Grijó-Vila Nova de Gaia).



Fonte: autora.

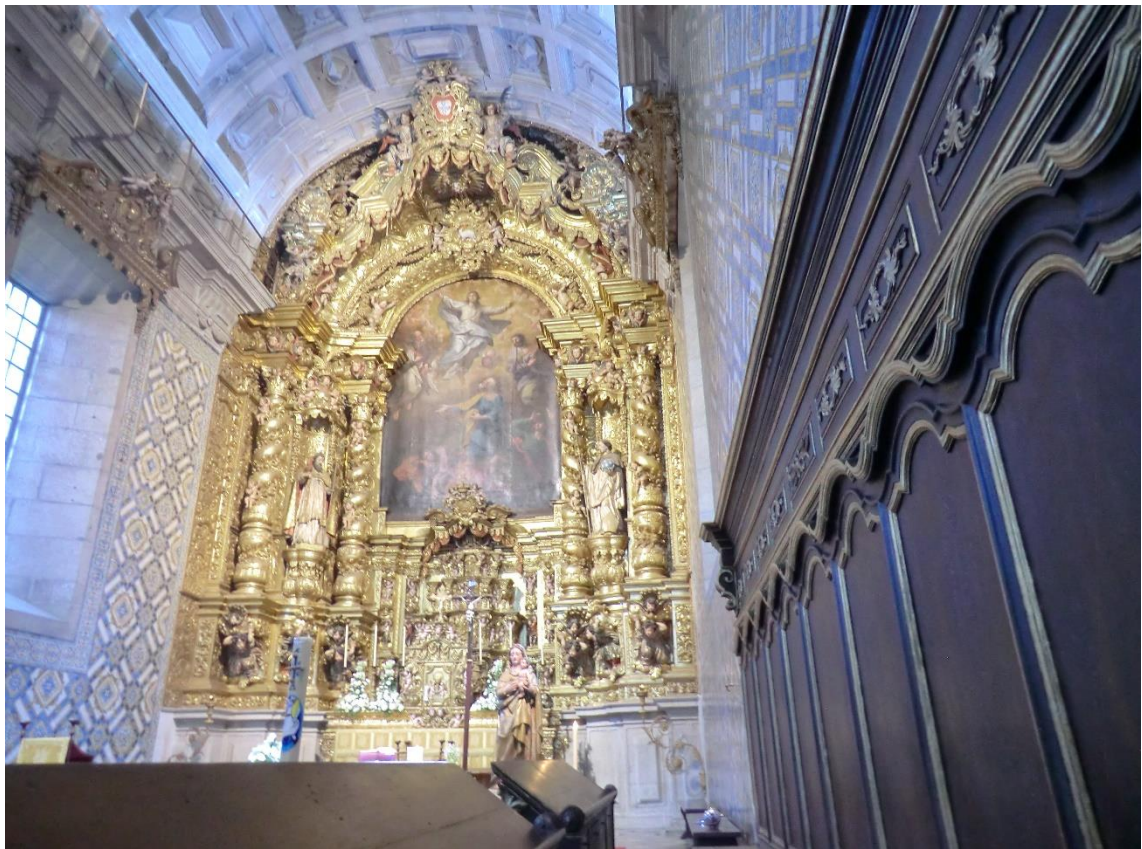
A visita ao mosteiro de Grijó coincidirá com o **ponto de partida** do roteiro, cujo final é o mosteiro da serra do Pilar.

Ilustração 4.2. Fachada do Mosteiro de Grijó.



Fonte: autora

Ilustração 4.3. Interior da igreja do Mosteiro de Grijó



Fonte: autora

Ilustração 4.4. Claustro do Mosteiro de Grijó



Fonte: autora

Ilustração 4.5. Túmulo de D. Rodrigo Sanches, Mosteiro de Grijó.

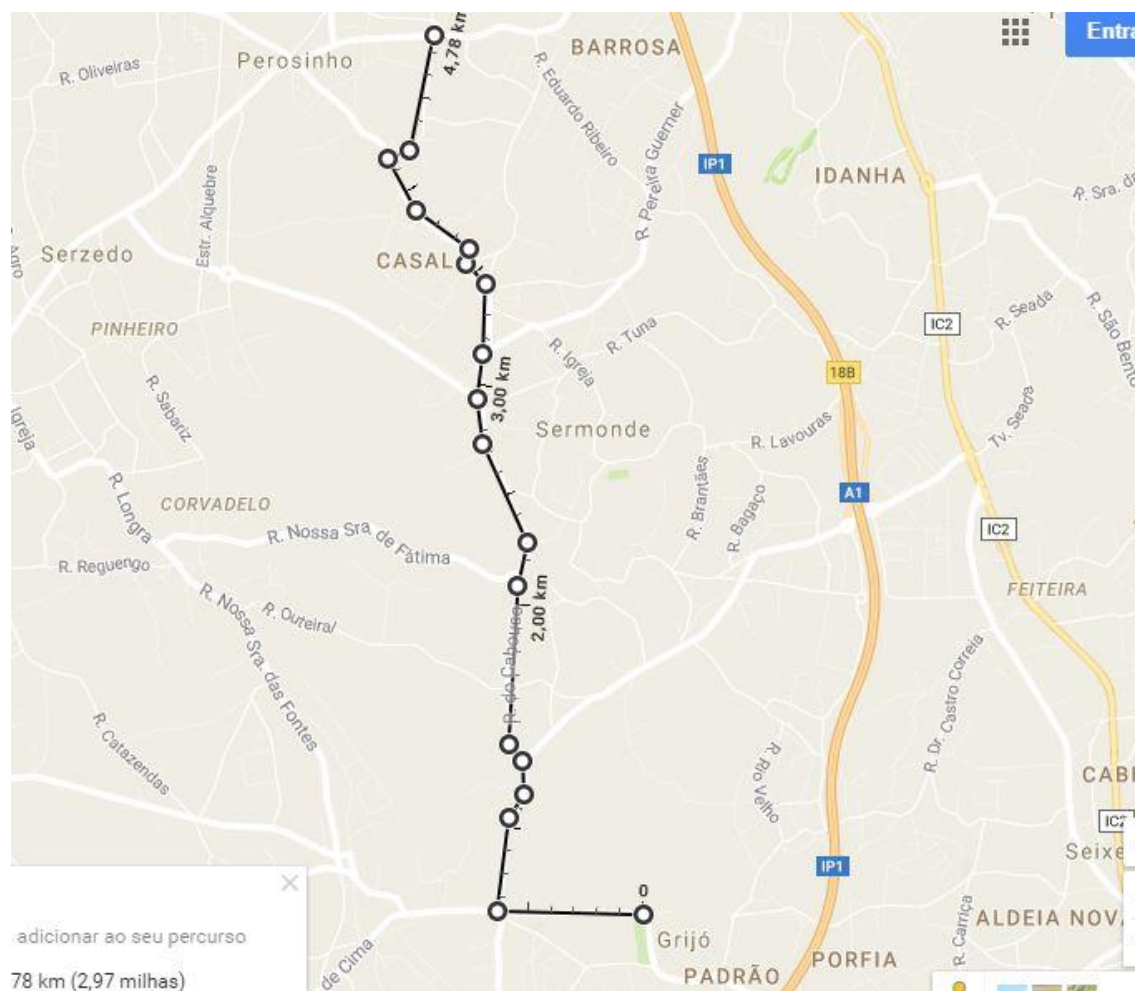


Fonte: autora

O túmulo de D. Rodrigo Sanches é, talvez, o mais antigo exemplar dos monumentos funerários portugueses a possuir estátua jacente. O tratamento plástico das composições figurativas e arquitectónica é essencialmente de perfil românico. Na face visível da arca representa-se a figura de Cristo, ao centro, sentado e segurando o Livro dos Evangelhos. A ladeá-lo, dispõem-se, sobre arcaria de volta perfeita assente em capitéis zoomórficos e vegetalistas, as figuras dos apóstolos, apresentando algum movimento que lhes é conferido pelas indumentárias e posição das cabeças. Uma destas figuras está coroada e a sua identificação não é definitiva ⁷¹. No lado oposto estão esculpidas, entre outras figuras, duas vieiras.

⁷¹ Adaptado de <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70605>, acedido em 10.08.2016.

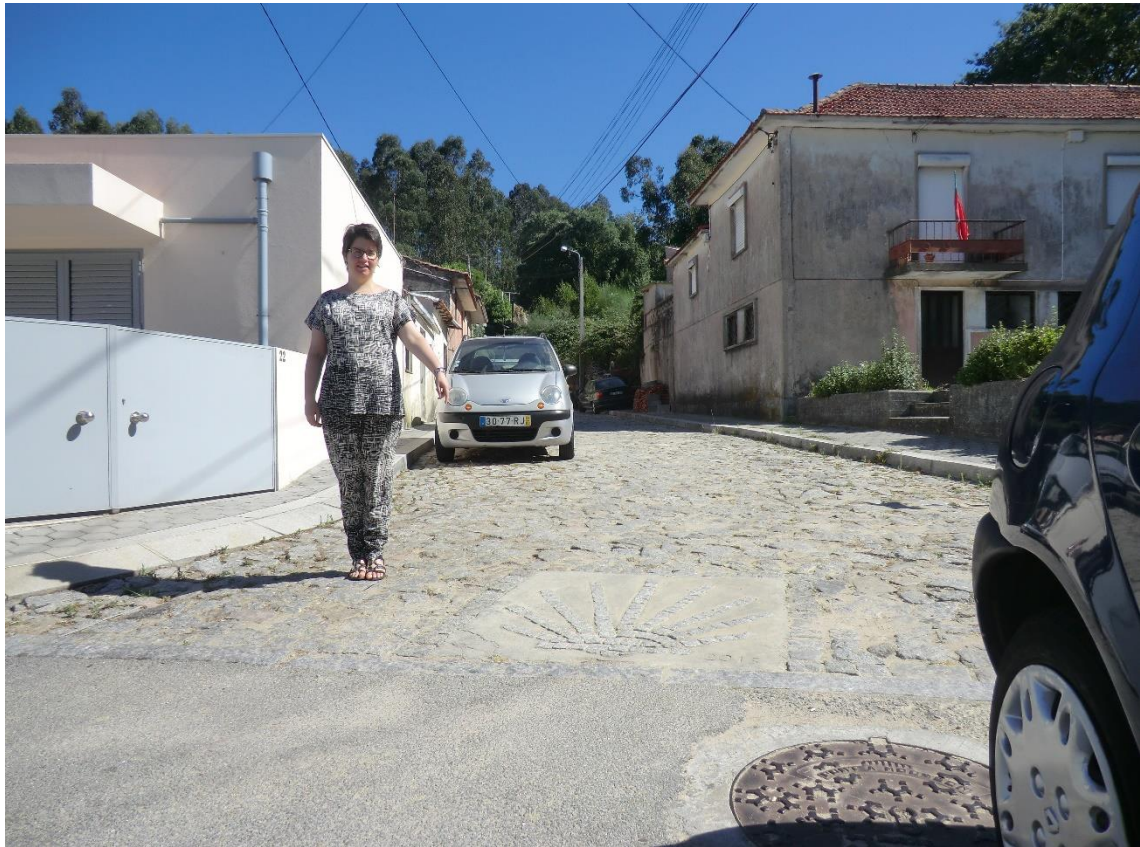
Ilustração 5. Mosteiro de Grijó – Rua 25 de Abril (Perosinho).



Fonte: googlemaps

O percurso sinalizado no mapa corresponde ao que se designou como **segmento 2**. Saindo do mosteiro de Grijó para Norte, pela Alameda do Mosteiro, seguindo à direita na rotunda pela Rua da Guarda e, umas centenas de metros à frente, à esquerda pela Rua Casal de Baixo, até à Rua 25 de Abril em Perosinho, numa distância de 4,78 km. Como é feito por estrada este segmento pode ser percorrido de automóvel.

Ilustração 6.1. Caminho de Santiago pela Serra de Canelas/Negrelos.



Fonte: autora

Algumas centenas de metros a norte da igreja de Perosinho, junto à Rua 25 de Abril, o início da travessia da serra de Canelas/Negrelos está sinalizado com uma vieira (caminho de Santiago) incrustada no empedrado.

Ilustração 6.2. Troço da calçada romana na Serra de Canelas/Negrelas.



Autoria: por familiar, aquando da ‘Caminhada pelos caminhos de Santiago’, Mosteiro de Grijó – Sé do Porto, em 08.11.2014, com colegas de profissão e outros caminhantes.



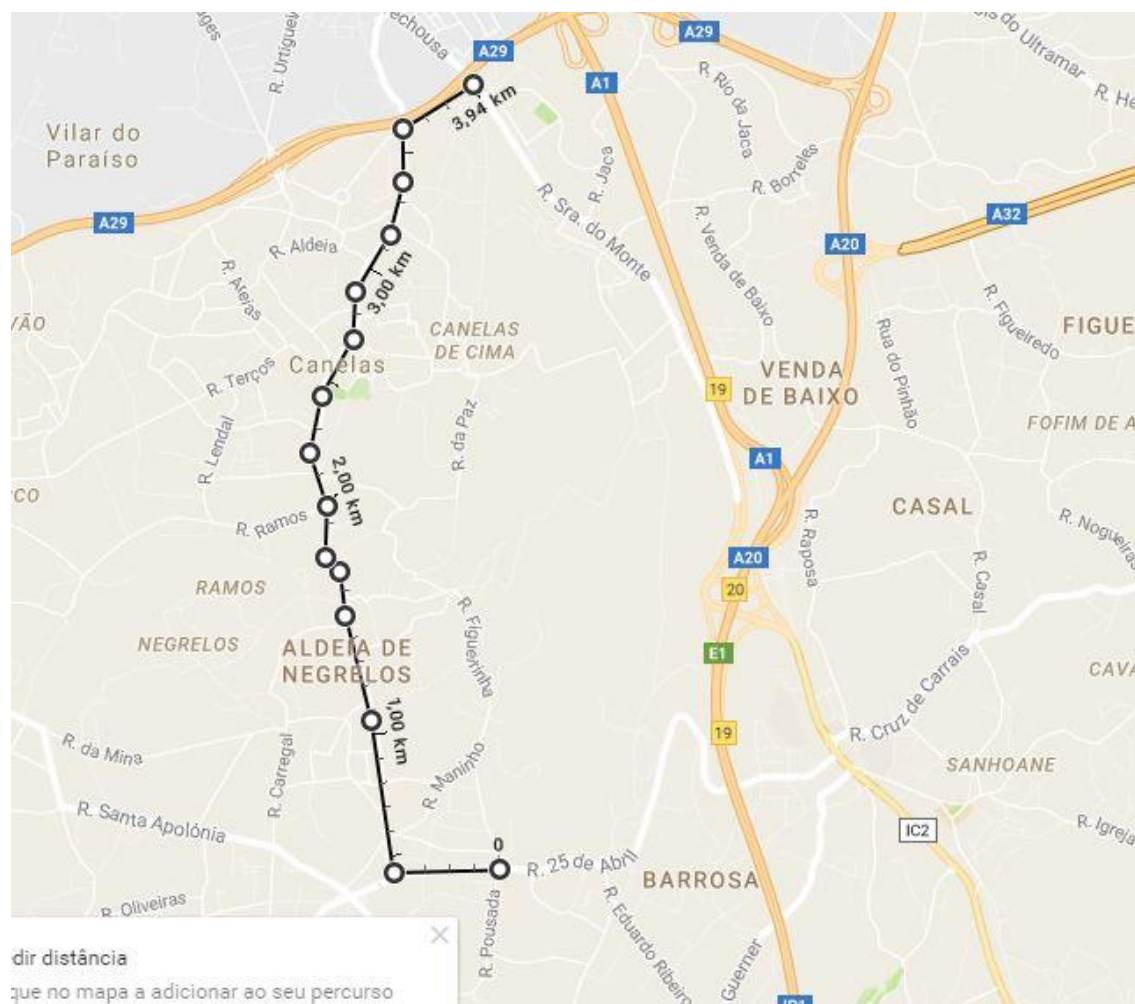
A parte inicial deste percurso coincide com um troço de calçada da via romana que ligava Olissipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga). Em 2.3 deixou-se um esboço do que vem sendo entendido como desenho da estrada romana que atravessava o actual território de Vila Nova de Gaia.

Ilustração 6.3. Troço do caminho na serra de Canelas/Negrelos utilizado pelos peregrinos de Santiago.



Autoria: por familiar, aquando da ‘Caminhada pelos caminhos de Santiago’, Mosteiro de Grijó – Sé do Porto, em 08.11.2014, com colegas de profissão e outros caminhantes.

Ilustração 7. Rua 25 de Abril (Perosinho) – Rua da Rechousa, pela Rua Delfim Lima (Canelas).



Fonte: googlemaps

Constitui a **alternativa 2** do **segmento 3**. Percurso entre a rua 25 de Abril, Perosinho, e a Rechousa, EN1/IC2, por Canelas na distância de 3,94 km. Cerca de 0,8 km a poente da Igreja de Perosinho, pela rua 25 de Abril, entra-se à direita na Rua Delfim Lima. Percorrido cerca de 1,5 km chegamos ao **Solar Condes de Resende**. Prosseguindo mais 1 km, para norte, estamos junto ao **Coreto e Igreja de Canelas**. Daí até à rua da Rechousa, EN1/IC2, são cerca de 1,5 km.

Ilustração 7.1. Solar Condes de Resende (Canelas-Vila Nova de Gaia)



Fonte: autora

Ilustração 7.2. Eça de Queirós no Solar Condes de Resende.



Fonte: autora

Ilustração 7.3. Coreto e Igreja de Canelas



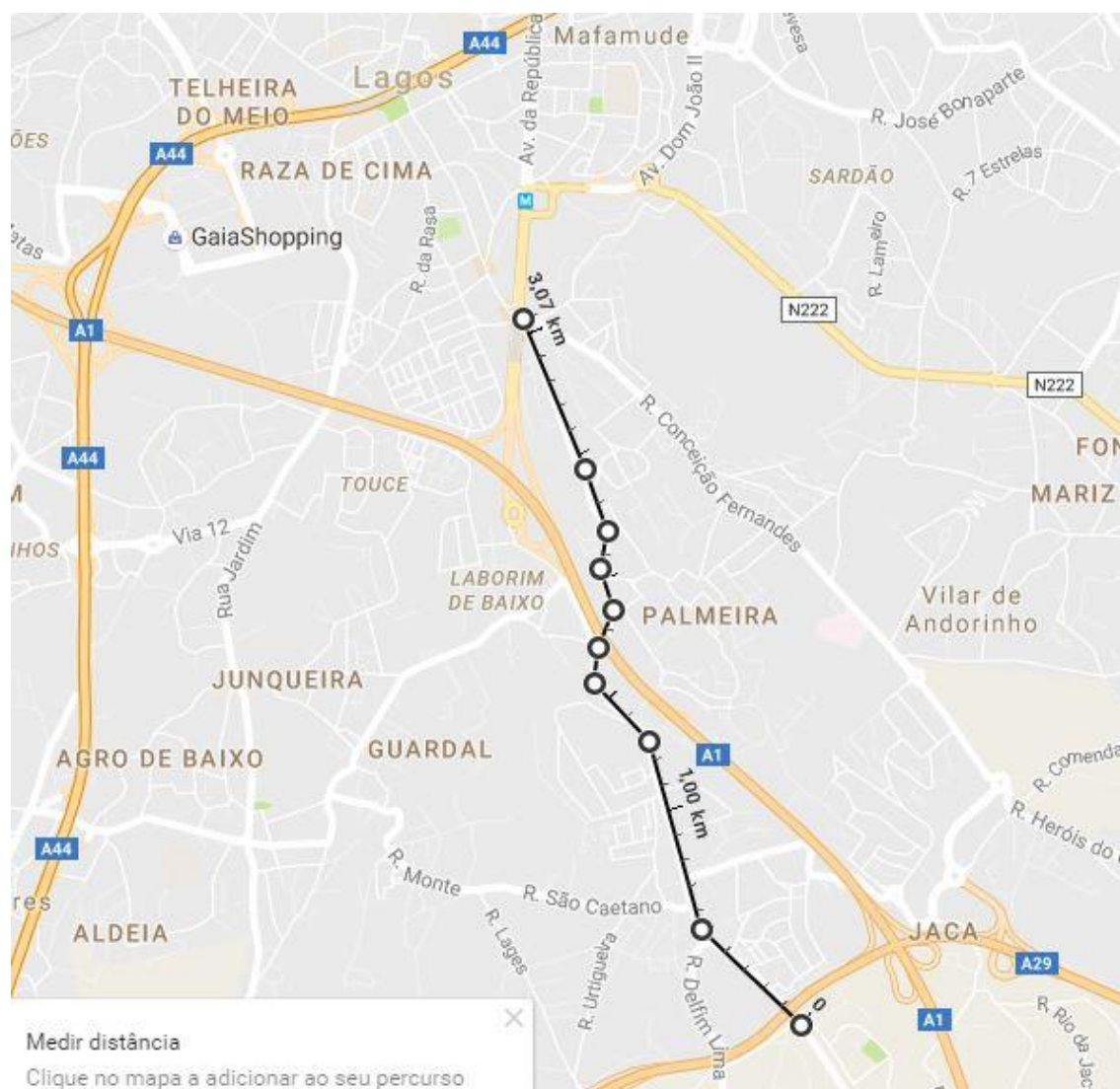
Fonte: autora

Ilustração 7.4. Monumento a Eça de Queirós (Canelas)



Fonte: autora

Ilustração 8. Rua da Rechousa – Rotunda de Santo Ovídeo.



Fonte: googlemaps

Segmento 4. É o retomar do percurso comum, após as duas alternativas do segmento 3. Da Rua da Rechousa, EN1/IC2, seguindo para norte, pela rua Alto das Torres, até à rotunda de Santo Ovídeo, num percurso de cerca de 3 km.

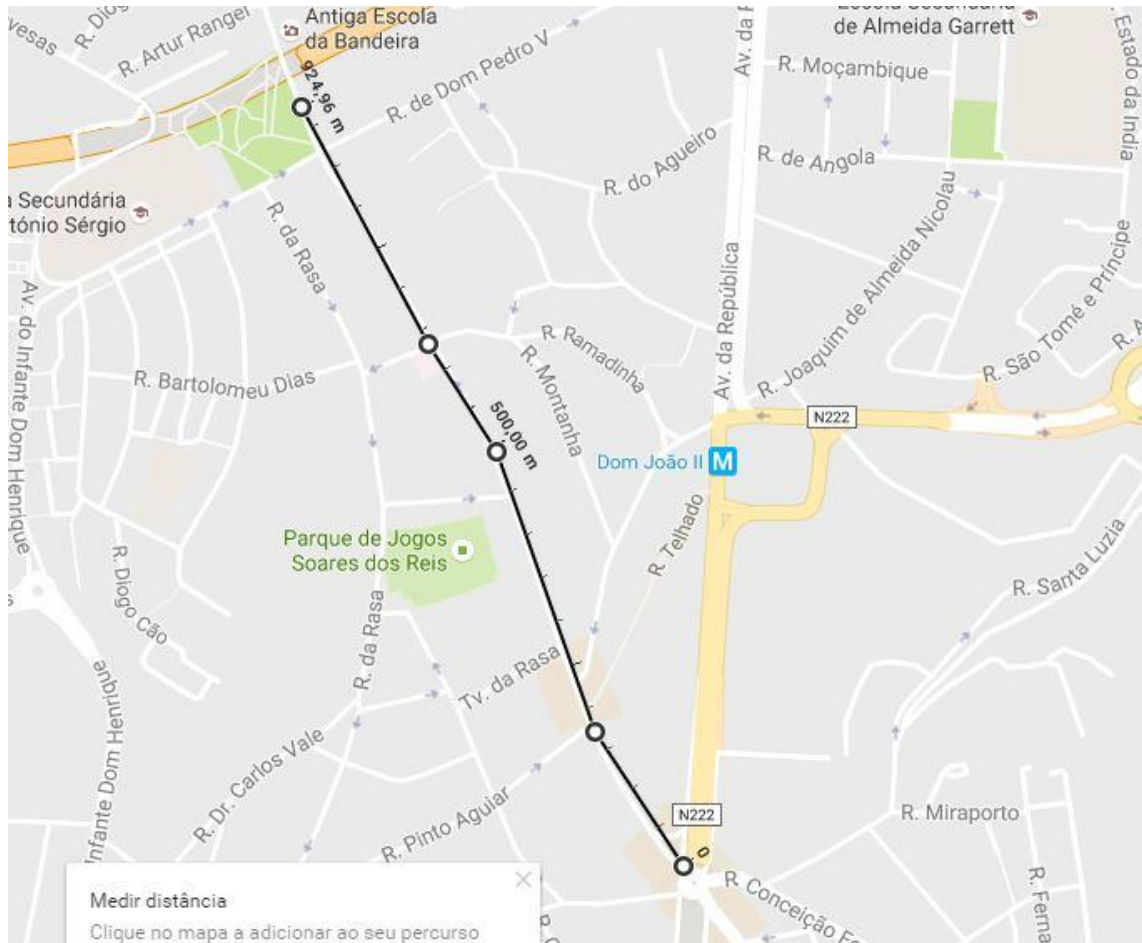
Ilustração 8.1. Rotunda de Santo Ovídeo.



Fonte: autora

Fim do segmento 4 e início do segmento 5. Em frente a rua Soares dos Reis e à direita a estação do metro.

Ilustração 9. Rotunda de Santo Ovídeo – Largo de Soares dos Reis



Fonte: googlemaps

Segmento 5. Percurso descendente de aproximadamente 900 metros, já na área urbana central de Vila Nova de Gaia, que pode ser efectuado a pé. Após cerca de 500 metros, à direita a rua da Montanha. E um pouco mais abaixo o largo Soares dos Reis.

Ilustração 9.1. Rua da Montanha, transversal da Rua Soares dos Reis.



Fonte: autora

Ilustração 9.2. Rua da Montanha, 83, casa onde viveu Soares dos Reis.



Fonte: autora

Ilustração 9.3. Largo Soares dos Reis.



Fonte: autora

A seta amarela no muro indica o caminho aos peregrinos de Santiago.

Ilustração 9.4. Estátua de Soares dos Reis, no Largo Soares dos Reis.



Fonte: autora

Segmento 6. Pela rua Marquês de Sá da Bendeira, atravessando o largo dos Aviadores e descendo a rua Teixeira Lopes, num percurso de cerca de 600 metros, chegamos à Quinta da Boeira, Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo.

Ilustração 10.1 Estátua de Teixeira Lopes, na rua Teixeira Lopes.



Fonte: autora

Ilustração 10.2. Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo.



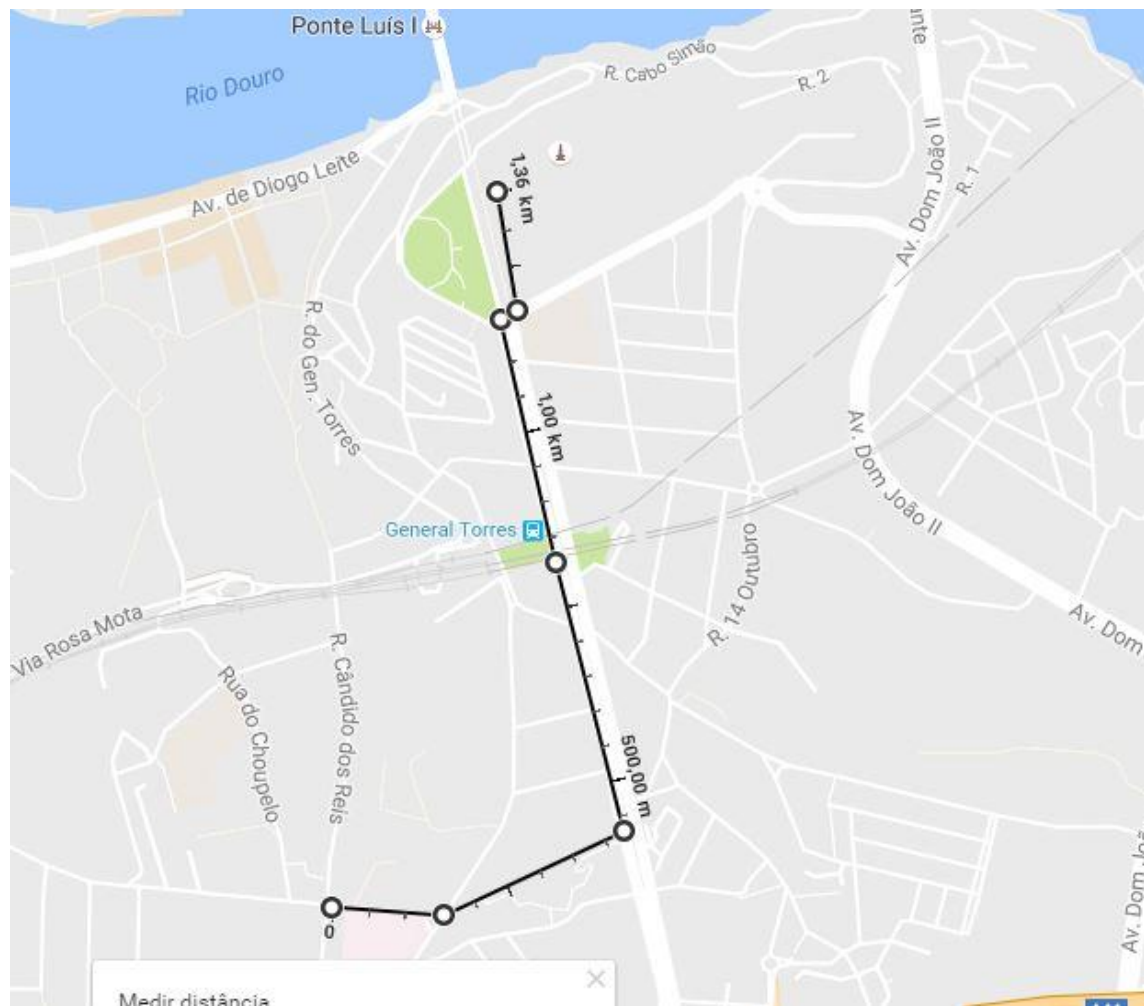
Fonte: autora

Ilustração 10.3 Detalhe em bronze dos portais da Igreja da Candelária do Rio de Janeiro, da autoria de Teixeira Lopes ⁷².



⁷² (https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Nossa_Senhora_da_Candel%C3%A1ria), acedido em 28.06.2016.

Ilustração 11. Rua Conselheiro Veloso da Cruz – mosteiro da Serra do Pilar.



Fonte: googlemaps.

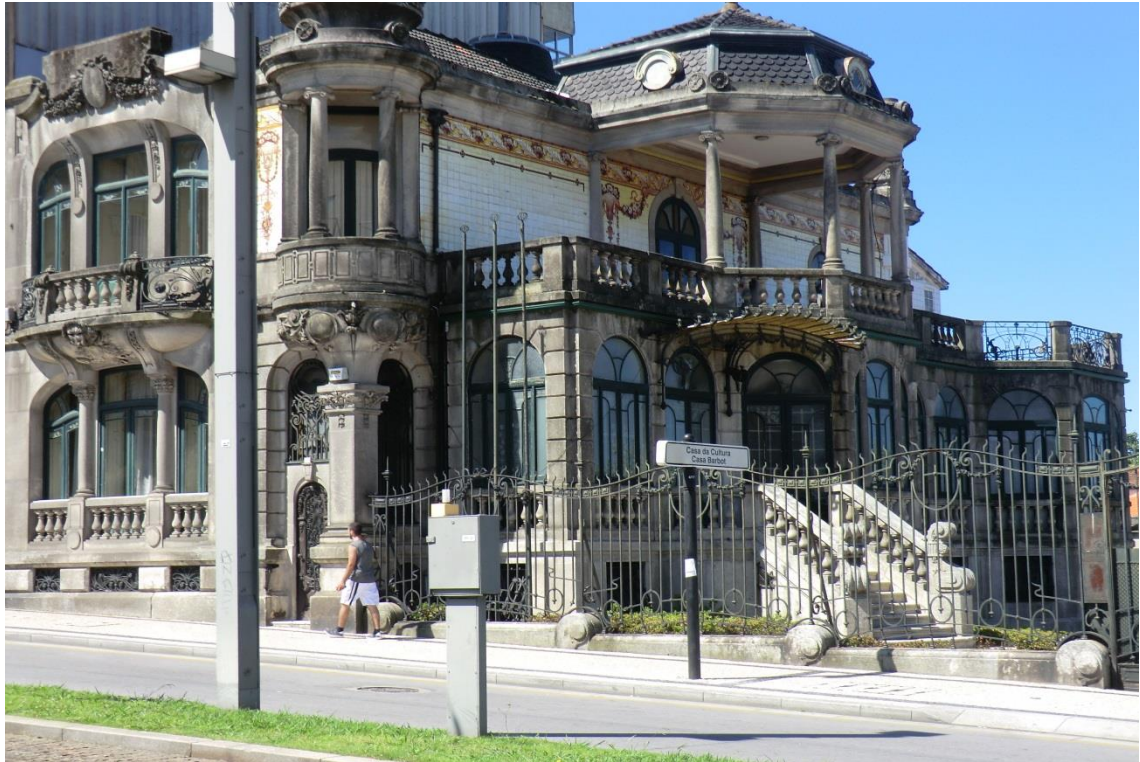
Segmento 7. Finalmente, pela rua Conselheiro Veloso da Cruz e rua Álvares Cabral, chegamos à avenida da República, junto ao edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Descendo a avenida da República, 500 metros abaixo deparamos com a Casa Barbot. E, ao fundo, o mosteiro da Serra do Pilar.

Ilustração 11.1. Edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.



Fonte: autora.

Ilustração 11.2 Casa Barbot.



Fonte: autora.

Ilustração 11.3 Igreja do mosteiro da Serra do Pilar.



Fonte: autora

A fotografia foi tirada numa manhã de domingo, aquando da celebração de missa.

Ilustração 11. 4 Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar.



Fonte: autora

Ilustração 11.5 Estátua de D. Afonso Henriques, de Soares dos Reis, no mosteiro da Serra do Pilar.



Fonte: autora

Ilustração 11.6 Vista a partir do mosteiro da Serra do Pilar.



Fonte: autora

Separados pelo rio Douro, à esquerda o cais de Gaia e à direita a ribeira do Porto. Em primeiro plano a ponte Luís I e ao fundo a ponte da Arrábida. Após os barcos, à esquerda e sobranceiro ao rio, o morro do Castelo de Gaia.

ANEXOS. GUIÕES DAS ENTREVISTAS

Anexo 1. Albergue de peregrinos (Grijó)

- a) Em que época(s) do ano o albergue recebe mais visitantes?
- b) Como viajam? A pé? De carro? De bicicleta?
- c) No ano passado, 2015, a afluência foi significativa? Tem dados? Jovens, seniores?
- d) A maioria dos visitantes/caminhantes é nacional ou estrangeira?
- e) No caso de serem estrangeiros, pode dizer quais os principais países emissores?
- f) No seu entender quais as razões/motivações dos visitantes/caminhantes que procuram este espaço?
- g) Interessam-se pela história do mosteiro de Grijó?
- h) Querem conhecer a história dos frades de Grijó?
- i) Considera que a visita a este espaço poderá contribuir para um melhor conhecimento desta zona? Porquê?
- j) Como descreve a acessibilidade, sinalética rodoviária, transportes, restauração, alojamento, paisagem?
- k) Pode mencionar se existem aspectos a melhorar na perspectiva de acolher mais visitantes/caminhantes/turistas?

Anexo 2. Solar Condes de Resende (Canelas)

- a) Em que época do ano o espaço recebe mais visitantes?
- b) No ano passado, 2015, a afluência foi significativa?
- c) A maioria dos visitantes é nacional ou estrangeira?
- d) É possível saber, no caso dos nacionais, as principais regiões de origem?
- e) No caso dos estrangeiros, pode dizer quais os principais países emissores?

- f) No seu entender, quais as razões/motivações dos visitantes que procuram este espaço?
- g) Considera este local de visita obrigatória? Porquê? Tem números?
- h) Há peregrinos de Fátima ou de Santiago entre os visitantes?
- i) Como estabelecem a comunicação com o potencial visitante?
- j) Considera que a visita a este espaço poderá contribuir para o melhor conhecimento desta zona? Porquê?
- k) Quais as experiências ou características que este espaço pode suscitar relativamente a outros espaços próximos? Como caracteriza essa suscitação?
- l) Do conteúdo do espaço pode salientar o que é mais relevante para comunicar ou promover junto do visitante?
- m) Realizam exposições temporárias?
- n) Como é que a população local interage com este espaço? Participa nas actividades?
- o) Como descreve a acessibilidade, sinalética rodoviária, transportes, restauração, alojamento, paisagem?
- p) Pode mencionar se existem aspectos a melhorar na perspectiva de acolher mais visitantes?
- q) Pode indicar iniciativas futuras?

Anexo 3. Casa-Museu Teixeira Lopes e Galerias Diogo de Macedo (VNGaia).

- a) Em que época do ano o espaço recebe mais visitantes?
- b) No ano passado, 2015, a afluência foi significativa?
- c) A maioria dos visitantes é nacional ou estrangeira?
- d) É possível saber, no caso dos nacionais, as principais regiões de origem?
- e) No caso dos estrangeiros, pode dizer quais os principais países emissores?
- f) No seu entender, quais as razões/motivações dos visitantes que procuram este espaço?
- g) Considera este local de visita obrigatória? Porquê? Tem números?
- h) Há peregrinos de Fátima ou de Santiago entre os visitantes?
- i) Como estabelecem a comunicação com o potencial visitante?
- j) Considera que a visita a este espaço poderá contribuir para o melhor conhecimento desta zona? Porquê?

- k) Quais as experiências ou características que este espaço pode suscitar relativamente a outros espaços próximos? Como caracteriza essa suscitação?
- l) Do conteúdo do espaço pode salientar o que é mais relevante para comunicar ou promover junto do visitante?
- m) Realizam exposições temporárias?
- n) Como é que a população local interage com este espaço? Participa nas actividades?
- o) Como descreve a acessibilidade, sinalética rodoviária, transportes, restauração, alojamento, paisagem?
- p) Pode mencionar se existem aspectos a melhorar na perspectiva de acolher mais visitantes?
- q) Pode indicar iniciativas futuras?

Anexo 4. Mosteiro da Serra do Pilar (VNGaia)

- a) Em que época(s) do ano o mosteiro recebe mais visitantes?
- b) No ano passado, 2015, a afluência foi significativa? Tem dados? Jovens, seniores?
- c) A maioria dos visitantes é nacional ou estrangeira?
- d) No seu entender, quais as razões/motivações dos visitantes que procuram este espaço?
- e) Interessam-se pela história do mosteiro?
- f) Interessam-se pelas razões ou causas da mudança dos frades de Grijó?
- g) Considera o mosteiro local de visita obrigatória para os viajantes? Porquê?
- h) Como estabelecem a comunicação com o visitante?
- i) Considera que a visita a este espaço poderá contribuir para um melhor conhecimento desta zona? Porquê?
- j) Quais as experiências ou características que este espaço pode suscitar relativamente a outros espaços próximos? Como concretizar essa ligação?
- k) Do conteúdo do espaço pode salientar o que é mais relevante para comunicar ou promover junto do visitante?